



**Universidade  
Estadual de Londrina**

---

**SANDRA REGINA NISHIMURA**

**GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA  
CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
EM LONDRINA - PARANÁ**

---

Londrina  
2005

**SANDRA REGINA NISHIMURA**

**GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA  
CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA  
EM LONDRINA - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de pós-graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Luiza Amaral Rizotti

Londrina  
2005

**Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de  
Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade  
Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

N724g Nishimura, Sandra Regina.

Grupos de geração de trabalho e renda na construção da economia  
solidária em Londrina - PR / Sandra Regina Nishimura. – Londrina,  
2005.  
187f.

Orientador : Maria Luiza Amaral Rizotti.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Univer-  
sidade Estadual de Londrina, 2005.

Bibliografia : f. 179-187.

1. Economia solidária – Teses. 2. Cooperativismo – Teses. 3. Traba-  
lho – Teses. 4. Renda – Teses. 5. Isolamento social – Teses. I. Rizotti,  
Maria Luiza Amaral. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

CDU 334(816.22)

**SANDRA REGINA NISHIMURA**

**GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA NA  
CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA EM  
LONDRINA - PARANÁ**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Valmor Schiochet  
Universidade de Brasília

---

Profª Drª Maria Luiza Amaral Rizotti  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

---

Profª Drª Jolinda de Moraes Alves  
Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de  
Assis

Londrina, 19 de agosto de 2005.

## **DEDICATÓRIA**

Ao Américo, pelo incentivo, companheirismo e carinho que tem demonstrado ao longo de nossas vidas e pelo apoio a todos os desafios a que me proponho a enfrentar.

A meus filhos, Nayara, Igor e Natália, que, com seus conhecimentos, questionamentos e dúvidas, proporcionam reflexões que me fazem repensar conceitos e atitudes.

A meus pais, Hideo e Clarice, que, pelo apoio e dedicação, muito contribuíram para a realização deste trabalho.

Com muito amor.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por me dar forças para continuar a enfrentar grandes desafios.

À professora e orientadora Maria Luiza, a minha sempre mestra, pelos grandes ensinamentos nos momentos de convivência profissional e na vida acadêmica.

Ao professor Valmor e equipe da Secretaria Nacional de Economia Solidária, pela luta incansável pelo fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

Às professoras Jolinda e Maria Ângela, pelas valiosas contribuições para a realização deste trabalho.

Às companheiras do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, pela oportunidade de partilharmos construções e desafios.

À Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária pela oportunidade da troca de experiências e por compartilharmos a construção da Economia Solidária no campo das políticas públicas.

À querida equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo apoio e companheirismo demonstrados durante a minha trajetória profissional e, em especial, para a elaboração deste trabalho e pelo árduo trabalho realizado para o desenvolvimento das potencialidades e novas capacidades ao público atendido com vistas a sua emancipação.

À equipe do Núcleo Intersetorial do Programa de Economia Solidária, que atua em busca da consolidação de uma forma de trabalho coletivo, autogestionário, democrático, como forma de valorização humana e de melhoria da qualidade de vida.

A todos os professores do curso de mestrado, que desempenharam um papel importante durante o período de formação.

Aos (as) companheiros (as) das outras secretarias, que compartilharam os diferentes momentos para a concretização deste trabalho.

À equipe do Provopar – Londrina, pelo apoio e compromisso sempre demonstrados na consolidação de políticas públicas.

Às equipes do Programa Habitar Brasil e da Incubadora da Universidade Estadual de Londrina, pela oportunidade de construirmos coletivamente uma proposição.

À pequena Maria Eduarda, minha afilhada, com quem pude viver momentos de alegria.

A meus sogros, cunhados (as) e sobrinhos (as), que acompanharam todo o processo para a concretização deste trabalho.

Às colegas de mestrado, pela oportunidade da convivência durante o período de formação e pela troca de conhecimentos.

Às mulheres do programa, que muito me ensinaram com suas experiências de vida, nos grupos de geração de trabalho e renda, pois, em todos os momentos, dispuseram-se a compartilhar suas sabedorias.

NISHIMURA, Sandra Regina. **Grupos de Geração de Trabalho e Renda na Construção da Economia Solidária em Londrina - Paraná**. 2005. 187f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

## **RESUMO**

O presente estudo analisa o processo de construção do modelo da Economia Solidária nos grupos de geração de trabalho e renda do município de Londrina, compreendendo a Economia Solidária como uma estratégia de enfrentamento à pobreza, enquanto uma nova forma de trabalho e de organização da produção, comercialização e consumo, permeada por princípios como a solidariedade, autogestão, cooperação e prática democrática. A revisão bibliográfica aborda as diferentes vertentes que tratam o tema, as determinações estruturais da pobreza sob a ótica da contínua restrição do mercado de trabalho e as formas de proteção ou desproteção do Estado com relação à classe trabalhadora. A pesquisa de campo, dentre o universo de 28 grupos fomentados pelo Programa de Economia Solidária desenvolvido pela Prefeitura de Londrina, definiu como amostra 6 (seis) grupos de geração de trabalho e renda. Pode-se identificar, como resultado do estudo, que a Economia Solidária para estes grupos de geração de trabalho e renda: a) valorizou as capacidades produtivas; b) valorizou o princípio da solidariedade; c) valorizou as relações interpessoais; d) instalou o princípio da articulação em rede; e) permitiu um reconhecimento dos princípios e diretrizes da Economia Solidária; f) facilitou a expressão destes princípios pelo processo de capacitação e apoio do Poder Público; g) possibilitou início de organização descentralizada por meio dos Núcleos Regionais de Economia Solidária como espaços de articulação e interlocução da Economia Solidária no território. Nesta construção conceitual, foi possível avaliar que os grupos de Londrina encontram, na Economia Solidária, espaços para a edificação de uma nova proposição de trabalho, cujas possibilidades de inserção, até então, sempre estiveram longe do seu alcance.

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Exclusão Social. Trabalho e Renda.



NISHIMURA, Sandra Regina. **Working Groups, Income Generation and the Construction of the Sharing Economy in Londrina - Paraná.** 2005. 187f. DISSERTATION (Master's degree in Social Service and Social Politics) - Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2005.

## **ABSTRACT**

The present study analyzes the construction process of the Sharing Economy for work and income generation groups in Londrina. Sharing Economy is comprehended as a strategy to take on poverty and as new work and organization forms of production, commercialization and consumption, all pervaded by principles such as solidarity, self-management, cooperation and democratic practice. The bibliographic revision approaches to the different aspects related to the theme: the structural poverty determinations under the continuous restriction in the job market and the forms of protection or "lack of protection" from the State regarding to the working stratum. Six (6) groups, among the universe of 28 groups fomented by the Program of Sharing Economy developed by local government, were evaluated. The results demonstrated that the referred groups: a) valued the productive capacity; b) valued the principles of solidarity; c) valued the interpersonal relationships; d) established the principle of in-net articulation; e) allowed to the recognition of the principles and guidelines for the Sharing Economy; f) facilitated the expression of these principles by training processes and support of the Government; g) established the principles of decentralized organization through the Regional Nuclei of Sharing Economy with space for articulation and dialogue about the theme. Nevertheless, it was possible to evaluate that the groups from Londrina recognize the Sharing Economy as spaces for the construction of a new working proposal, which inserts possibilities that were always distant from its members before.

**Key Words:** Sharing Economy. Social Exclusion. Work and Income.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULOS .....</b>	<b>17</b>
<b>2 A DES-PROTEÇÃO SOCIAL AO TRABALHADOR .....</b>	<b>17</b>
2.1 Alterações no mundo do trabalho .....	17
2.2 Estado Brasileiro na regulamentação do trabalho .....	31
2.3 Exclusão Social .....	41
 <b>CAPÍTULO II .....</b>	 <b>48</b>
<b>3 ECONOMIA SOLIDÁRIA .....</b>	<b>48</b>
3.1 Histórico da Economia Solidária .....	49
3.2 Abordagens acerca do tema Economia Solidária .....	52
3.2.1 Economia Solidária .....	52
3.2.2 Redes de Colaboração Solidária .....	56
3.2.3 Economia Popular .....	60
3.2.4 Economia Popular Solidária .....	65
3.2.5 Economia Popular de Solidariedade .....	67
3.2.6 Socioeconomia Solidária .....	69
3.2.7 Economia do Trabalho .....	74
3.2.8 Economia da Dívida .....	75
3.2.9 Economia de Comunhão .....	76
3.2.10 Economia Moral .....	78
3.3 Algumas convergências e controvérsias sobre os diferentes conceitos que envolvem a economia solidária .....	79
3.3.1 Princípios .....	79
3.3.2 Definição da economia solidária .....	80
3.3.3 Dimensão cultural, política, econômica e educativa .....	81
3.3.4 Organização em rede e o consumo ético, justo e solidário .....	82
3.3.5 A Integração de Mercados .....	83
3.3.6 A Economia Solidária e sua relação com a Política Pública .....	83

<b>CAPÍTULO III .....</b>	<b>85</b>
<b>4 O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA .....</b>	<b>85</b>
4.1 Programa Londrina Fome Zero.....	86
4.2 O Programa de Economia Solidária em Londrina.....	92
4.3 Cenário estadual e nacional da Economia Solidária .....	109
4.4 A Construção no Cotidiano .....	115
 <b>CAPÍTULO IV.....</b>	 <b>118</b>
<b>5 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA .....</b>	<b>118</b>
 <b>CAPÍTULO V .....</b>	 <b>135</b>
<b>6 MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA .....</b>	<b>135</b>
6.1 Concepção de Economia Solidária.....	136
6.2 Forma de enfrentamento ao desemprego.....	147
6.3 O papel do Poder Público .....	163
6.4 As relações intra-grupo.....	170
6.5 Fortalecimento da Economia Solidária .....	183
 <b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>195</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>200</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Debruçar-se sobre o grave quadro de realidade social e encontrar formas de enfrentamento tornou-se, na contemporaneidade, um desafio colocado por diferentes ideologias, governos de países centrais e periféricos, pois, do contrário, corre-se o risco de inviabilizar sócio-economicamente uma sociedade.

As contradições são visíveis. Tem-se, de um lado, o avanço tecnológico, a rapidez nas informações, o gerenciamento e o fechamento de negócios no mundo globalizado virtual e, de outro, o mundo daqueles que não têm acesso a essa tecnologia, excluídos da informação, do emprego, dos serviços de primeira necessidade.

As alternativas de geração de trabalho e renda vêm sendo adotadas tanto por organismos públicos nas esferas federal, estadual e municipal, bem como por meio de iniciativas da sociedade civil vinculadas aos movimentos populares, organizações comunitárias, sindicais, universidades, entre outras.

Nesse sentido, está no contexto da discussão do presente trabalho o tema da Economia Solidária, cuja proposição aponta para uma nova constituição de trabalho. Compreende-se o trabalho, nessa linha, aquele organizado sob a égide da gestão democrática e coletiva, de autogestão, de respeito ao meio ambiente, como fonte de realização e valorização do trabalhador e de atendimento às necessidades humanas nos processos de produção, comercialização e consumo.

Trata-se de um modelo que representa uma alternativa de criar novos postos de trabalho, capaz de constituir-se enquanto estratégia de enfrentamento à pobreza e exercício de organização política, na perspectiva da inclusão social, cuja acepção refere-se à idéia de solidariedade, em contraposição ao individualismo competitivo presente na sociedade capitalista.

Os valores presentes na relação de trabalho no atual sistema sócio-econômico já demonstraram que estão muito longe de alcançar o patamar da equidade, da inclusão e da justiça social. A população, alijada do mercado formal de trabalho, para a garantia, ainda que ínfima, de sua sobrevivência, engrossa a fileira do trabalho informal, coloca sua força de trabalho à disposição do capital e submete-se ao exercício de ocupações irregulares sem quaisquer garantias legais, sem proteção social, sem olhar para as condições de trabalho e sujeita-se, ainda, a

trabalhar longas jornadas para ganhar um mínimo.

Há uma outra organização das pessoas em torno de uma alternativa de trabalho, que é a constituição de grupos de geração de trabalho e renda, muitas vezes formados entre aqueles que se encontram em situações semelhantes, sejam de proximidade por local de moradia, por nível de escolaridade, por área de habilidades, entre outras. Organizações instituídas para que possam oportunizar trabalho e renda, mas que, dentro da estrutura econômica vigente, não possuem um marco regulatório que lhes possibilite o efetivo reconhecimento de outras formas de trabalho.

Assim, pensar em mecanismos e estratégias para o enfrentamento dessas questões como uma nova forma de trabalho, diferente dos padrões vigentes, é um grande desafio, tanto para o Poder Público em geral e, em particular, para políticas que atuam no campo social, sobretudo a política de Assistência Social, como também para os próprios participantes dos grupos de geração de trabalho e renda.

Por isso, investir no fortalecimento de outras relações e práticas de trabalho alinhadas com os princípios da solidariedade, cooperação, ética, decisão coletiva e no enfoque da organização da rede solidária de produção, comercialização e consumo é tarefa que está na agenda dos diferentes atores que compõem a Economia Solidária - empreendimentos solidários, organizações escolares, comunitárias, religiosas, de classe, Poder Público, entre outros.

Como forma de apoiar outras iniciativas de trabalho e renda, o Município de Londrina estruturou uma ação pública de Economia Solidária, que, em 2003, integrava um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero. O desenvolvimento deste trabalho foi apontando para a necessidade de aprofundamento na perspectiva da economia solidária. Em um primeiro momento, a Secretaria Municipal de Assistência Social criou uma gerência de inclusão produtiva, porém, para corresponder à visão integrada e multifacetária proposta pela Economia Solidária, fez-se necessária a criação de um Programa Intersectorial do Governo Municipal com a participação das diversas secretarias, que hoje se configura no Programa de Economia Solidária.

A participação profissional junto ao Programa desencadeou o interesse em estudar o tema, por se tratar de uma ação nova no município, na medida em que se trata também, de experiências recentes tanto para os governos

locais quanto no âmbito nacional.

O trabalho, que teve início no ano de 2003, girou em torno da incorporação da lógica da economia solidária. A assessoria prestada pela Secretaria Municipal de Assistência Social aos grupos de trabalho e renda teve como primeira tarefa a socialização dos princípios e diretrizes. Portanto, passados doze meses, tornou-se necessário conhecer o processo de construção do modelo da economia solidária nos grupos de geração de trabalho e renda do município de Londrina.

Este estudo aborda a temática a partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o trabalho, realizando uma análise da falência dos modelos tradicionais adotados de enfrentamento à pobreza e geração de empregos e aponta para as fragilidades no campo da proteção social direcionada ao trabalhador. Faz também um estudo dos diferentes enfoques presentes no tema da Economia Solidária.

A pesquisa tem como objetivo avaliar em que medida houve a apropriação dos princípios da economia solidária no cotidiano dos grupos de geração de trabalho e renda. Também se apresenta como objetivo a avaliação do Programa de Economia Solidária, a partir da ótica dos participantes dos grupos de geração de trabalho e renda.

Para a delimitação da amostra da pesquisa, a partir das informações do cadastro dos respectivos grupos no Programa, escolheram-se, dentre os 28 grupos, aqueles que se caracterizavam com os seguintes critérios: grupos de 3 a 4 membros e grupos acima de 4 membros; grupos com até dois anos de funcionamento e grupos com mais de 2 anos de funcionamento; e grupos que mais participaram das feiras propostas pelo Programa de Economia Solidária.

Optou-se por esses critérios por entender que a quantidade de membros do grupo e o tempo de funcionamento interferem no processo grupal, o que pode implicar maior ou menor adesão aos princípios da Economia Solidária. O terceiro critério, que se refere à participação nas feiras propostas pelo programa, compreende que os grupos mais envolvidos tiveram maior oportunidade de vivenciar as proposições da Economia Solidária do Programa Municipal em execução.

Assim, na definição da amostra a ser pesquisada, do total de 6 grupos, tem-se, com o critério do tempo de funcionamento, 3 grupos mais novos e 3 grupos mais velhos; e, com o critério de grupos menores ou maiores, 4 grupos pequenos e 2 grupos grandes. Na combinação desses critérios, percebe-se que a amostra ficou diversificada com 2 grupos mais novos e pequenos, 1 grupo mais novo

e grande, 2 grupos mais velhos e pequenos e 1 grupo mais velho e grande.

Além dos critérios já descritos, verifica-se que dos 6 grupos entrevistados, 2 localizam-se na região norte, 2 na região oeste e 2 na zona rural. Desses, 5 grupos trabalham com artesanato e 1 grupo trabalha na produção de sabão.

Para a pesquisa de campo, adotou-se a entrevista grupal, realizada com cada grupo e, para a análise dos dados coletados, foram consideradas 5 categorias: Concepção de Economia Solidária, Forma de Enfrentamento do Desemprego, O papel do Poder Público, As relações Intra-Grupo, Fortalecimento da Economia Solidária.

O caminho trilhado para o estudo proposto exigiu uma análise dos componentes que caracterizam a economia solidária e suas diferentes concepções.

Diante deste desafio proposto, foi necessária a realização de um estudo minucioso sobre as diferentes vertentes da economia solidária e a identificação de características e princípios comuns que pudessem se constituir como categorias de análise, as quais foram assim definidas: a concepção de Economia Solidária presente para o grupo; a adoção ao grupo de geração de trabalho e renda como uma forma de enfrentamento ao desemprego; o papel do Poder Público na análise dos participantes dos grupos e a indicação das potencialidades e aspectos positivos, assim como os pontos que devem ser alterados nesse processo de apoio aos grupos de geração de trabalho e renda; as relações intra-grupo, no que se refere à tomada de decisões, à divisão do trabalho, ao processo de produção, à divisão da renda; e os aspectos apontados para o fortalecimento dos grupos de geração de trabalho e renda.

O conteúdo sistematizado do processo desta pesquisa, tanto no que se refere à construção de referencial teórico quanto à sistematização e análise dos dados empíricos, está aqui organizado em cinco capítulos.

O Capítulo I realiza um estudo sobre as transformações no mundo do trabalho, no qual se buscam elucidar as alterações que ocorreram nas relações de trabalho para responder à demanda de um projeto global hegemônico sócio-econômico capitalista em vigor, e as fragilidades decorrentes dessa ordem, no que se refere aos direitos sociais dos trabalhadores. Explicita-se, ainda, que a crise da sociedade salarial e a forma de trabalho adotada sob a ótica da exploração e expulsão do trabalhador do campo do trabalho trouxeram sérias consequências

sociais, e há necessidade de se reconhecer outras formas de trabalho hoje presentes na sociedade.

Parte-se da avaliação de que o pleno emprego e a centralidade no assalariamento estão cada vez mais longínquos da massa de trabalhadores e a perspectiva que a Economia Solidária aponta como uma nova forma de organizar a produção, comercialização e consumo, conciliando diferentes dimensões como o social, cultural, econômico e político e, assim, no Capítulo II, discorre-se sobre o histórico da Economia Solidária, seus princípios, valores, formas de manifestação, o marco conceitual e as possibilidades que essa proposição aponta.

Para situar o leitor sobre o desenvolvimento das ações no âmbito local, o Capítulo III tem por objetivo contextualizar e explicitar o Programa de Economia Solidária de Londrina.

O Capítulo IV desenvolve uma breve caracterização dos grupos de geração de trabalho e renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária, explicitando-se a área de produção do grupo, localização regional, tipo do grupo, tempo de funcionamento, número de membros, documentação do grupo, renda do grupo, local de produção, necessidades apontadas, organização interna, idade dos membros, renda familiar, condições habitacionais, horas trabalhadas no grupo, escolaridade dos membros e a execução ou não de outra atividade econômica por parte dos membros do grupo.

O Capítulo V constitui-se da sistematização dos dados e da análise do resultado da pesquisa de campo com a intenção de elucidar os mecanismos de construção da economia solidária nos grupos de geração de trabalho e renda.

Para finalizar, discorre-se sobre algumas considerações, com o intuito de elucidar as perspectivas da Economia Solidária demonstradas no decorrer do presente estudo, a necessidade de fortalecimento do movimento da Economia Solidária com a participação de diferentes atores e o papel do Poder Público no processo de construção da Economia Solidária no âmbito local.



## **CAPÍTULO I**

### **2 A DES-PROTEÇÃO SOCIAL AO TRABALHADOR**

Este capítulo realiza uma abordagem das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e as formas de enfrentamento suscitadas com a intervenção do Estado na proteção social, mecanismo adotado para estabelecer limites e conter a exploração do trabalhador e de sua família. Intervenção que se fez necessária em razão de que a relação estabelecida entre patrão/empregado chegou a um estágio que comprometeria a vida da classe trabalhadora e, conseqüentemente, o processo de desenvolvimento econômico almejado.

Faz, ainda, uma análise no âmbito da exploração da força de trabalho, isto é, da apropriação do trabalho alheio, da expulsão do trabalhador do mercado de trabalho, da formação do exército de reserva, configurando-se no desemprego estrutural. Mostra as fragilidades das conquistas dos trabalhadores e a des-proteção social a que são submetidos.

Assim, também tem como objetivo situar o Brasil neste contexto e como se configurou a legislação trabalhista, optando-se pelo período de 1910 a 1930, que marca a regulamentação do trabalho no país.

Por fim, explicita-se a Economia Solidária como uma alternativa viável na atual conjuntura para avançar na construção de uma proposição na área do trabalho e renda.

#### **2.1 Alterações no mundo do trabalho**

A deterioração da condição de vida do trabalhador é resultante de um processo histórico, de determinações estruturais do sistema capitalista. Singer (1979) demonstra como a reprodução da força de trabalho foi se alterando no modo de produção capitalista. Entre os séculos XVI a XVIII, predominava a “indústria doméstica”, em que famílias camponesas trabalhavam na produção de mercadorias

em troca de salários, sem se desvincularem da terra.

No capitalismo pré-industrial, toda a família, inclusive as crianças, a partir de quatro anos de idade, trabalhavam. O salário servia para complementar algumas necessidades materiais da família, cuja subsistência era assegurada com a terra. No entanto, para a produção da força de trabalho, o capital, na fase da acumulação primitiva, expropriava parte da terra dos camponeses.

Com a Revolução Industrial, começou a disputa entre a produção fabril e produção artesanal. A produção, por meio das máquinas, fez crescer a produtividade e diminuir o valor das mercadorias, tanto das confeccionadas nas fábricas como da produção artesanal, refletindo negativamente sobre os salários. Nesse processo de desenvolvimento, a economia familiar do trabalhador foi substituída pelo proletariado fabril.

A nova configuração fez com que se abandonasse a ligação com a terra, toda a família era obrigada a se inserir na produção para o capital, com jornadas extensas que não permitiam tempo para qualquer atividade doméstica. O salário do homem não era suficiente para a manutenção de sua família, correspondia apenas a uma parte da necessidade e sustento, e deveria ser somado com outras parcelas provenientes do trabalho dos outros membros da família.

Nesse sentido, argúi Singer (1979), fazendo referência à Marx:

na medida em que a maquinaria torna dispensável a força muscular, ela se torna meio de utilização de trabalhadores sem força muscular, ou de desenvolvimento corpóreo incompleto mas com membros mais flexíveis. O trabalho de mulheres e de crianças foi, em consequência, a primeira manifestação do emprego capitalista de maquinaria. Este poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores tornou-se assim imediatamente um meio de multiplicar o número de assalariados mediante a incorporação de todos os membros da família do trabalhador, sem qualquer diferença de sexo e idade, sob o imediato domínio do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do jogo infantil mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro do limite costumeiro, para a família mesmo (apud SINGER: 1979 p. 122 – 123).

Mudanças profundas na vida do trabalhador foram desencadeadas com a Revolução Industrial, entre as quais Singer (1979) enfatiza a deterioração das condições de vida da família proletária. Essa deterioração foi ocasionada pela ausência da mãe no ambiente doméstico, pois ela saía para trabalhar, somada às

péssimas situações de higiene e nutrição, o que refletia nas altas taxas de mortalidade infantil e colocava em risco a própria reposição de vida do trabalhador.

A reação e organização do operariado quanto a essa forma de vida alteraram esse quadro. Assim, para que houvesse condições para a continuidade da reprodução da força de trabalho, foi necessária a intervenção do Estado, que estabelecesse alguns limites para a relação capital e trabalho, como a fixação da jornada de trabalho, idade mínima para entrada e saída do trabalhador, regulamentação do trabalho feminino.

Faz-se importante destacar que estão presentes na reprodução da força de trabalho aspectos econômicos e políticos que se inter-relacionam. Dessa forma, estão contemplados os diferentes elementos que permeiam a luta entre o capital e trabalho, desde o aumento e diminuição da demanda e oferta da força de trabalho, assim como o grau de organização da classe trabalhadora.

Isso significa que, se anteriormente à segunda metade do século XIX a reprodução da força de trabalho era determinada pelos capitalistas, observando apenas a reposição física do trabalhador, essa realidade passa a mudar após este período. Tal alteração ocorreu pela organização dos trabalhadores, que lutavam também para introduzir ao seu padrão de vida os “novos produtos” trazidos com o avanço tecnológico. Em contraposição, vinham os empresários para frear essa proposição.

De um lado, adotavam-se mecanismos de reforço ao capital, alterando-se processos de trabalho, relações de produção, relações entre capital e trabalho, a necessidade de intervenção do Estado para impor limites à ameaça à vida dos trabalhadores e, de outro, acontecia a luta realizada pelos trabalhadores na busca de melhores condições de vida.

A análise da construção do sistema de proteção social é imprescindível para o entendimento do processo de desenvolvimento capitalista e Singer (1979) destaca que há dois aspectos que devem ser considerados na reprodução da força de trabalho. O primeiro refere-se à manutenção do trabalhador, ou seja, a recomposição de sua força de trabalho por meio da alimentação, vestuário, moradia, lazer, higiene, saúde, etc.. O segundo refere-se à sua reposição quando da necessidade de seu afastamento por aposentadoria, invalidez ou falecimento, o que resulta em condições de criar seus filhos e prepará-los de forma adequada às necessidades do capital.

A reprodução da força de trabalho não se restringe ao acesso ao salário, mas envolve relações de produção que ocorrem no ambiente doméstico, como o preparo da alimentação, a higiene da casa, etc., porquanto:

[...] depende, pois, tanto do montante do salário real, ou seja, da quantidade e qualidade dos valores de uso adquiridos no mercado, como dos bens e serviços 'domésticos' e 'estatais' de que o trabalhador e sua família podem dispor em cada momento (SINGER: 1979 p. 120).

Marques (1997) refere-se à constituição do sistema de proteção social, concomitante à construção da sociedade salarial, elencando duas fases. Em um primeiro momento, a organização do amparo aos trabalhadores teve início com os próprios trabalhadores da indústria, como uma espécie de “ajuda mútua” e garantia mínima para os casos de desemprego, doença, morte e velhice. Tal mecanismo vinha responder a uma lacuna deixada com a suplantação das formas de solidariedade relacionadas às corporações de ofício e à vida no campo.

A ação executada pelo Estado nesse período eram as “casas de trabalho”, as quais não prestavam assistência e se configuravam em instrumento de disciplina do trabalhador.

Posteriormente, diante da omissão do Estado, existiram algumas iniciativas de empresários para cobrir, de forma ainda precária, os principais riscos e necessidades dos trabalhadores.

O Estado teve sua intervenção marcada na proteção social no início do século XX, a qual ocorreu em momentos diferentes nos diversos países, face aos seus diferentes graus de industrialização. Essa intervenção se desenvolveu em decorrência da expansão da organização, independente dos trabalhadores, assim como pela modificação no padrão de acumulação capitalista.

O sistema de proteção social passou a desempenhar um papel preponderante na formação da sociedade salarial, propiciando que o assalariamento passasse a ser absorvido em massa por ter cobertura dos riscos de trabalho.

A gestão do Estado no sistema de proteção social, como já citado anteriormente, desenvolveu-se em diferentes momentos nos países. O mesmo não ocorreu com a cobertura dos riscos, que aconteceu de forma mais homogênea, relacionada mais aos acidentes de trabalho, velhice e invalidez. Nesta primeira fase,

somente os trabalhadores urbanos recebiam cobertura, cuja fonte de recursos eram as contribuições de empregados e empregadores. Para Marques (1997), a segunda fase do sistema de proteção social é demarcada ao término da II Guerra Mundial, período em que o modelo fordista passou a ser hegemônico no mundo.

No modelo fordista, adotavam-se processos de trabalho baseados na produção industrial na linha de montagem cronometrada, em série, de forma verticalizada, concentrada, com separação entre quem planeja, pensa, elabora e quem operacionaliza.

Vale lembrar que, sob os princípios do fordismo, a organização da produção pressupunha a especialização extrema do trabalhador e uma cadência acentuada do ritmo de trabalho [...] Ford introduziu a linha de montagem, organizando os trabalhadores e as peças de acordo com a ordem natural da montagem [...] eliminando assim o deslocamento dos trabalhadores [...] a velocidade da esteira é aumentada ou diminuída de acordo com o interesse da empresa. Dessa forma, o trabalhador torna-se quase um elemento agregado à máquina, pois esse tipo de organização da produção inibe qualquer autonomia no tocante ao desenvolvimento das tarefas (MARQUES: 1997 p. 44).

Para a garantia de continuidade do desenvolvimento preconizado à época, constituiu-se o Welfare State – Estado de Bem-Estar Social. É preciso entendê-lo como “resultado da luta realizada pelos trabalhadores na conquista de melhores condições de vida e, simultaneamente, entendê-lo como instrumento de viabilização de uma particular forma de exploração do capital sobre o trabalho” (MARQUES: 1997 p. 35).

Nessa segunda fase, pautados pela universalização de cobertura para a população, houve a ampliação da cobertura do sistema de proteção social a novos segmentos de trabalhadores e população, com incorporação de novos riscos e problemas sociais. Nesse sentido, introduziu-se a garantia de renda para as situações de desemprego, moradia, qualificação da mão-de-obra, etc.. Na previdência, estabeleceu-se a solidariedade entre gerações com a introdução do sistema de capitalização coletiva, o que alterava a sistemática de repartição simples e não dependia mais da solidariedade entre os ativos.

Desenvolvia-se o capitalismo, desenvolvia-se o Welfare State. A população, com raras exceções, tornava-se urbana, a escolaridade aumentava, a

taxa de mortalidade caía, a expectativa de vida aumentava, bens e serviços até então considerados de luxo passavam a ser incorporados no padrão de consumo da população.

Houve simplificação das tarefas no modelo fordista e a especialização do trabalhador com o conseqüente aumento no ritmo de trabalho. Ford reduziu a jornada de trabalho em uma hora, dobrou os salários e prestou atendimento extensivo à família como estratégia de mantê-los na fábrica. Assim, os sistemas de proteção social:

[...] foram utilizados como instrumentos de barganha para promover a 'aceitação' das normas de produção fordistas no interior dos locais de trabalho (o que permitiu implantar a produção de massas) e para conter o avanço do movimento de massas do imediato pós-guerra (MARQUES: 1997 p. 46).

Para tanto, no âmbito da fábrica, apesar de não haver legislação que a assegurasse, ocorria a estabilidade no emprego e também o aumento de salários. O Welfare State intervinha com a regulamentação do trabalho e reconhecia os sindicatos como órgãos representativos dos trabalhadores, o que fazia com que a renda não se restringisse só ao salário, com a introdução de benefícios sociais destinados às famílias ou ao próprio trabalhador, como pensões e auxílios.

No entanto, o modelo fordista, no final da década de 60, passou a ser questionado pelos próprios trabalhadores quanto às condições de trabalho, como os próprios limites postos quanto a sua produtividade. A organização da produção adotada pelo fordismo causava "retrabalho", isto é, a necessidade de se refazer determinado trabalho, devido ao sistema de produção. Além disso, a produção em série homogeneizava o tempo gasto por todas as atividades produtivas, e algumas delas exigiam maior tempo que outras, assim, não aproveitavam o tempo integral do trabalhador e gerava, ainda, pela atividade repetitiva, taxas de absenteísmo.

No momento em que a taxa de lucro começou a cair, a crise – cuja origem é o enfraquecimento do fordismo como técnica de organização e controle dos trabalhadores -, atingiu o cerne da acumulação. A partir daí a concorrência intercapitalista se acirrou, fortemente, e as empresas passaram a buscar, de todas as formas, redução dos custos e aumento de produtividade (MARQUES: 1997 p. 56).

A crise se instalou na medida em que houve necessidade de recuperar as condições ideais de produção e lucro e o modelo fordista de organização da produção e controle dos trabalhadores não respondia mais às demandas postas, o que ocasionou um esgotamento da tecnologia relacionada a esta proposição.

A ação combinada desses limites impediu a manutenção da trajetória anterior de produtividade. Essa, embora ainda crescesse, aumentava as taxas cada vez menores. Como a política salarial não havia se alterado, concedendo aumentos reais aos trabalhadores, a taxa de lucro das empresas começou a cair (MARQUES: 1997: p. 54).

Assim, o fordismo entrou em crise nos anos 70 e o toyotismo ganhou força nesse período. Segundo Antunes (1999), esse novo modelo já vinha de um processo de desenvolvimento na fábrica da Toyota, no Japão, e buscava novos padrões de gestão, o que pressupunha não mais a concentração, mas a desconcentração, a qualidade total, a gestão participativa e o aumento da produtividade sem aumento dos trabalhadores.

Este autor ressalta que, na década de 1950, com a demissão em massa da Toyota, que atingiu de 1600 a 2000 trabalhadores, houve um movimento grevista contra essa situação, que foi derrotado. A partir disso, surgiu em 1954 um novo sindicalismo sob a denominação “Família Toyota”, com o lema de proteção da empresa para a defesa da vida. Era o sindicalismo cooptado e manipulado.

Esta era do toyotismo, porquanto:

[...] é mais consensual, mais envolvente, mais participativa, em verdade mais manipulatória [...] sob a aparência da eliminação efetiva do fosso existente entre elaboração e execução no processo de trabalho [...] a decisão do que e de como produzir não pertence aos trabalhadores [...] seu comando permanece movido pela lógica do sistema produtor de mercadorias (ANTUNES: 1999 p. 34).

Assim, com o toyotismo, houve a introdução do processo produtivo flexível, a polivalência e a multifuncionalidade do trabalhador e a linha individualizada de produção passou a ser executada em equipe. Mecanismos que difundiam as novas tecnologias, novas formas de organização da produção, do trabalho, novas relações entre capital e trabalho foram incorporadas na busca de recuperar a taxa de lucro, como “uma tentativa de recompor as condições ideais que [...] propiciassem [...] a produtividade e o lucro adequados para o capital” (MARQUES: 1997 p. 56).

Salama (1999) e Cocco (2001) apresentam um comparativo das mudanças ocorridas na organização do trabalho, do modelo fordista para organizações flexíveis/pós-fordismo. No primeiro, havia uma intensa divisão do trabalho; vendia-se o que foi produzido; o trabalhador era desqualificado e executava sua função mecanicamente e sem autonomia; o trabalho era repetitivo e monótono; o sistema organizacional era rígido e centralizado; a cada posto correspondia um homem e uma tarefa; havia um baixo grau de compromisso dos trabalhadores nas empresas; taxas elevadas de absenteísmo; havia frequência nos conflitos entre empregadores e trabalhadores. No segundo modelo de produção, havia uma intensificação do ritmo de trabalho; a produção era baseada naquilo que foi vendido; o trabalhador era polifuncional, trabalhava falando, tomava iniciativas, havia maior participação dos trabalhadores; as funções exigiam maior qualificação do trabalhador; havia maior responsabilização do trabalhador; o trabalho era organizado com base em equipes; havia redução da taxa de absenteísmo e redução dos conflitos entre empregadores e trabalhadores.

Ao analisar a difusão do toyotismo, Antunes (1999) cita quatro fases: utilização da experiência do ramo têxtil na indústria automobilística, na qual o trabalhador operava várias máquinas; aumento na produção sem aumento dos trabalhadores; utilização das técnicas de gestão dos supermercados dos EUA, que se referiam à produção do necessário com melhor tempo; e ampliação deste último



método para as subcontratadas e fornecedoras.

A produção desconcentrada avança fronteiras, alcança-se a internacionalização do mercado de trabalho, espalhando-se em países com menor custo de mão de obra e em localidades em que a organização sindical e de conquista de direitos é mais incipiente e fraca. O mundo do trabalho nas décadas de 80 e 90 vive a deterioração da condição de vida e de trabalho da classe trabalhadora.

Os direitos do trabalho, conforme aponta Antunes:

[...] são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES: 1999 p. 16).

Mostra-se a fragilidade das conquistas sociais, com a introdução de mecanismos que resultam na precarização das relações de trabalho. Conforme Castel (2001), o contrato por tempo indeterminado atingiu, em 1975, 80% das contratações e, na década de 90, este índice era menor que 65%. Os contratos por tempo indeterminado, na década de 90, ainda são majoritários, mas ao se analisar o fluxo das contratações, há uma inversão, com mais de 2/3 realizadas de forma chamada “atípica”. Refere-se à supressão de mais de um milhão de trabalhos com contratos por tempo indeterminado entre 1982 e 1990.

[...] O trabalho organizado foi solapado. Ocorreram altos níveis de desemprego estrutural e houve retrocesso da ação sindical. O individualismo exacerbado encontrou, também, condições favoráveis, entre tantas outras consequências negativas (MURRAY, FERGUS, cit in ANTUNES: 1999 p. 23).

Marques (1997) caracteriza como tecnológico parte do alto índice de desemprego, com a difusão e introdução de novas tecnologias no processo de produção, enfatizando aquela ligada à microeletrônica. O seu uso passa a ser propagado nos diferentes ramos de atividades. Por outro lado, “os empregos associados a novas empresas e suas ampliações são incapazes de compensar o nível de dispensa provocada pelos ganhos de produtividade” (MARQUES: 1997 p.

60).

Para Castel (2001), há um mercado primário, composto por trabalhadores qualificados, mais protegidos, mais estáveis e mais bem pagos, e um mercado secundário, composto por trabalhadores menos qualificados, que permanecem à mercê das flutuações da demanda. Há momentos em que os dois competem entre si e momentos em que o segundo interessa mais para atender demandas esporádicas por terem menos direito, não serem protegidos por convenções coletivas. Para este autor, o problema é também a “desestabilização dos estáveis”.

[...] A precarização do emprego e do desemprego se inseriram na dinâmica atual da modernização. São consequências necessárias dos novos modos de estruturação do emprego, a sombra lançada pelas reestruturações industriais e pela luta em favor da competitividade que, efetivamente, fazem sombra para muita gente (CASTEL: 2001 p. 516).

Aquele ciclo previsto na vida das pessoas do Primeiro Mundo, que era se inserir no mercado de trabalho a partir de uma certa idade e, após uma trajetória dentro do mundo do trabalho, aposentar-se, não corresponde mais à realidade do novo processo instituído, que é a acumulação flexível.

Marques (1997) refere-se também ao desemprego dos qualificados, cujo índice aumentou, como é o exemplo da França, país em que trabalhadores de segundo e terceiro graus tiveram taxa de desemprego, em 1971, de 1,3% para homens e 1,5% para mulheres; em 1991, 2,5% e 5,9% respectivamente.

A mesma autora chama atenção ainda para o desemprego de longa duração, há mais de um ano, que em vários países aumentou entre os anos de 1983 a 1993. No Japão, foi de 12,9% para 17,2%; na Irlanda, de 36,7% para 58,9%; no Canadá, de 9,9% para 14,1%.

Essa é a contrapartida, em termos de mercado de trabalho, do adjetivo flexível que se adiciona correntemente ao padrão de acumulação. Se, de um lado, os ganhos de produtividade provocam o desemprego, de outro, a flexibilidade do equipamento e da organização da produção, que permitem às empresas responderem rapidamente às alterações da demanda, suscita o surgimento de um contingente de trabalhadores, que ora são integrados à empresa, ora são dela expulsos. Evidentemente que, em nenhum momento, são, de fato, integrados à empresa, já que pressupõe, necessariamente, a idéia de permanência. Em outras palavras, a tão defendida flexibilidade da força de trabalho pressupõe, também, direitos flexíveis para os trabalhadores (MARQUES: 1997 p. 67 – 68).

A flexibilização, que responde às demandas, age por meio da flexibilização externa (subcontratação), “empresas satélite” ou de flexibilização interna, entrando em cena a polivalência do trabalhador, sob a responsabilidade da própria empresa na adaptação de seus trabalhadores, a qual expulsa aqueles que não respondem a esta exigência.

Tal realidade faz com que se vulnerabilize e se exclua, permanentemente, do quadro das empresas, os trabalhadores mais velhos e menos qualificados. A exigência quanto ao nível de qualificação afeta os jovens mesmo qualificados. Castel (2001) aponta que, em 1973, 2/3 dos jovens exerciam funções correspondentes a sua formação e, em 1985, aproximadamente 40% encontravam-se nessa condição.

Marques (1997) afirma que não há relação direta entre deterioração das condições de vida da classe trabalhadora com as novas tecnologias. Esta deterioração é resultante da tentativa de obter mais lucratividade com redução acentuada do custo da mão-de-obra, o que tem sido efetivado pela chamada flexibilização.

Para Grzybowski (2002), a globalização econômico-financeira é a hegemonia da economia sobre a sociedade. Vivemos em um mundo invertido, em que a economia não serve à sociedade, não está conectada às necessidades humanas.

A globalização, acompanhada da retirada do Estado, provoca direta e indiretamente uma redistribuição significativa da renda; as desigualdades entre capital e trabalho se acentuam à medida que a financeirização das empresas se expande e que os mercados financeiros se tornam ‘emergentes’; as desigualdades no interior do trabalho se acentuam entre trabalhadores qualificados e não qualificados [...] A flexibilidade tende a se acentuar em razão da evolução geral das técnicas mas também como resposta às condições particulares de valorização do capital em economias submetidas a uma concorrência cada vez menor controlável [...] A globalização tende a ser cada vez mais excludente, produzindo num lugar região de integração do tecido social e em outro, regiões de desintegração (SALAMA: 1999 p. 39).

Nessa perspectiva, cada vez mais crescente é o poder dos mercados e o afastamento dos Estados nacionais, impossibilitados de estabelecerem mecanismos supranacionais que detenham a nefasta expansão excludente desse modelo.

A globalização neoliberal, conforme Soares (2003), aponta para um novo quadro de pobreza, como precarização e vulnerabilidade.

Em uma clara associação dessa situação de precariedade com o desemprego [...] ‘o trabalho se torna uma coisa rara, desejável a qualquer preço, submetendo os trabalhadores aos empregadores e estes, como se pode ver todos os dias, usam e abusam do poder que assim lhes é dado. A concorrência pelo trabalho é acompanhada por uma concorrência no trabalho, que é ainda uma forma de concorrência pelo trabalho, que é preciso conservar, custe o que custar, contra a chantagem da demissão. Essa concorrência, às vezes tão selvagem quanto a praticada pelas empresas, está na raiz de uma verdadeira luta de todos contra todos, destruidora de todos os valores de solidariedade e de humanidade e, às vezes, de uma violência sem rodeios’ (SOARES: 2003 p. 60 – 61).

A autora também se refere à estratégia de precarização como “flexploração”, que por meio da internacionalização da produção coloca trabalhadores de várias partes do mundo em concorrência, que se vêem compelidos a aceitarem “salários de miséria”.

Muitas vezes, a análise e a solução apontadas para a superação do desemprego perpassam pela qualificação da mão-de-obra. Essa proposta toma por base o avanço da tecnologia, a modernização e a necessidade dos trabalhadores

acompanharem esse processo.

A capacitação, qualificação e aperfeiçoamento do trabalhador são imprescindíveis, mas, por outro lado, há que se considerar as transformações ocorridas no mundo do trabalho com a automação e a robótica que alteraram as relações de trabalho e do capital.

Há deterioração das relações de trabalho, a qual, segundo Singer (2001), é atribuída a diferentes fatores, como a abertura de mercado, a desregulamentação pelos governos do comércio externo e sistema financeiro, extinção do controle de preços, adoção de sistema cambial para estabilização dos preços, tornando o Brasil dependente de capital externo, cuja consequência é a elevação do desemprego, do subemprego e da exclusão social.

No mercado de trabalho tem-se uma “massa sobrando” que funciona como estabilizadora do sistema, necessária para atividades pontuais, temporárias, parciais e faz com que os salários não subam e que direitos conquistados sejam precarizados. O desemprego estrutural, para Antunes (1999), contém:

[...] uma processualidade contraditória que, de um lado, reduz o operariado industrial e fabril; de outro, aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e os mais velhos. Há, portanto, um processo de maior heterogeneidade, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora ( ANTUNES: 1999 p. 41 – 42).

O mesmo autor, além do desemprego estrutural, refere-se a outra tendência, que é a subproletarização do trabalho, aparente nas formas do trabalho precário, temporário, subcontratado ligadas à economia informal.

Tais modalidades, vinculadas à economia informal fazem com que sejam adotadas estratégias de sobrevivência dia-a-dia, que se configuram em atividades esporádicas, ou seja, o trabalhador desenvolve serviços em diferentes ramos e setores, ligados à construção civil (servente de pedreiro, pedreiro, eletricitista, poceiro – furador de fossas), jardinagem (plantação e capina), ou mesmo na coleta seletiva do lixo (papel, latas, vidros, entre outros). Essas atividades estão relacionadas a serviços empregáveis (contratados) ou por conta própria.

O desemprego recorrente constitui, pois, uma importante dimensão do mercado do emprego. Toda uma população [...] aparece como relativamente empregável para tarefas de curta duração, alguns meses ou algumas semanas, e mais facilmente ainda passível de ser demitida. A expressão 'interino permanente' não é um mau jogo de palavras. Existe uma mobilidade feita de alternâncias de atividade e de inatividade, de virações provisórias marcadas pela incerteza do amanhã (CASTEL: 2001 p. 528).

Incerteza marcada pela busca da estratégia de sobrevivência, o que demonstra a necessidade imposta de viver dia após dia. Isso significa a dificuldade da falta de planejamento, da falta de perspectiva, da insegurança de saber se terá acesso à alimentação, vestuário, aquilo que é básico para a vida.

[...] A precarização do trabalho afeta o conjunto dos trabalhadores. Para os que vivem a situação de desemprego há muito tempo, não houve perda somente do trabalho. Sua inutilidade social os desqualifica, também, sobre o plano cívico e político. Para os que ainda têm a felicidade de estar empregados, parcial ou totalmente, a possibilidade da demissão ou o fim do contrato determina que vivam somente o dia de hoje, não havendo mais, no seu horizonte, o amanhã. Nesse quadro de incerteza, o trabalho perde crescentemente sua capacidade de integrar os indivíduos na sociedade (MARQUES: 1997 p. 69).

Há uma série de perdas a uma parcela significativa da população que se depara com ínfimas condições de vida, tendo que se submeter a qualquer situação para conseguir minimamente sobreviver. Perdas estas, ligadas a perda da capacidade de produção, do trabalho entendido como ato criativo do homem, da renda, da capacidade de participação política.

Para Bertucci (2003), as chamadas "outras formas de trabalho", que não a assalariada, não podem mais ser desconsideradas. Bertucci (2003) aponta que dados da OIT demonstram que, no fim do século XX, havia quase um bilhão de desempregados no mundo, o que correspondia a aproximadamente 30% da força de trabalho.

As estatísticas mundiais demonstram uma cruel realidade enfrentada por milhões de pessoas, conforme argúi Mance:

[...] dados do último relatório do Programa de Desenvolvimento Humano, enquanto os 20% mais ricos da população mundial são responsáveis por 86% do total de gastos em consumo privado, os 20% mais pobres respondem apenas por 1,3%. Conforme o documento, bem mais de um bilhão de pessoas estão privadas de satisfazer suas necessidades básicas de consumo. Por outro lado, as 358 pessoas mais ricas do mundo, já em 1993, possuíam ativos que superavam a soma da renda anual de países em que residiam 2,3 bilhões de pessoas, isto é, 45% de toda a população do mundo (MANCIE: 2001 p. 204).

Esta lógica capitalista tem gerado uma massa de excluídos dos bens e serviços, são bilhões de seres humanos sem acesso ou com restrito acesso à alimentação, vestuário, moradia, trabalho, renda, entre outras necessidades básicas de sobrevivência.

Este cenário de provável caos social passou a exigir dos governos ações que respondessem às necessidades criadas pelo modelo capitalista de produção e às consequências na manutenção da classe trabalhadora e de seu exército de reserva.

Nesta linha, faz-se importante analisar como se constituiu a intervenção do Estado no Brasil, ainda que por um período determinado, mas cujos reflexos são vividos na atualidade.

## **2.2 Estado Brasileiro na regulamentação do trabalho**

Para analisar a realidade brasileira neste contexto de exclusão social, da falta de acesso a bens e serviços, e de apropriação por outros do fruto de trabalho da classe trabalhadora, é necessário relacioná-la com o processo histórico, que, no século XIX, tinha na escravidão a característica da economia e da sociedade. A pobreza era encarada como natural e inevitável, enquanto que na Inglaterra e nos Estados Unidos, nesse período, já aparecia a questão da igualdade de direitos.

As formas de organização das fazendas de açúcar e café, que tinham sua base no trabalho escravo, foram se alterando. A economia do açúcar já vinha em decadência e a economia do café buscou outra forma de resolutividade

para a mão-de-obra, com a imigração.

Scwartzman (2004) mostra dados importantes sobre braços livres e escravos no Brasil, em 1875. O número de trabalhadores livres na lavoura era superior ao de escravos, cujo número total equivalia a 1.434.179 trabalhadores livres empregados na lavoura e 65.054 trabalhadores escravos empregados na lavoura nas províncias de Minas Gerais, Ceará, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. O que chama atenção, também, é o número total de trabalhadores livres desocupados (13 a 45 anos de idade), correspondendo a 2.822.583, isto é, 88% a mais do que os trabalhadores livres e escravos empregados.

Era assim a população brasileira, ao final do século XIX: uma pequena elite branca, os remanescentes de uma economia escravocrata em decadência, e uma multidão de escravos libertos, filhos bastardos, descendentes de índios e brancos empobrecidos, e pobres migrantes trazidos da Europa e do Japão. Viviam sobretudo no campo, muitas vezes em grandes fazendas, mas em grande parte como parceiros, produzindo, se tanto, o suficiente para a sobrevivência; mas também nas cidades como vendedores, artesãos, caixeiros, biscateiros, agregados, desempregados e mendigos ocasionais. Muito parecidos com as 'classes perigosas' de Marx, mas que, longe de serem os resíduos de uma ordem social e econômica em transição, eram a maioria da população de uma país que se formava (SCWARTZMAN: 2004 p. 20).

Schwartzman refere-se a Marx, citando que:

[...] a 'classe perigosa' é 'a escória social, as massas que apodreciam ao serem expelidas pelas camadas mais baixas da sociedade antiga'. Esses grupos poderiam, eventualmente, participar dos movimentos revolucionários do proletariado, mas o mais provável é que fossem corrompidos e manipulados pela 'intriga reacionária' da burguesia (apud SCHWARTZMAN: 2004 p. 16).

No período da República, em decorrência da miséria que tomava conta de grande parte da população brasileira, foram tomadas medidas de enfrentamento a essa questão, pois, para alguns, o país precisava de um governo forte e centralizado e, para outros, os problemas eram decorrentes de características raciais e culturais que dificultavam a incorporação adequada de hábitos de higiene e trabalho.



Na análise da intervenção do Estado brasileiro no sistema de proteção social, há que se considerar que foram anos de luta para a instituição de uma legislação. Não será objeto desse capítulo a análise detalhada, mas vale ressaltar alguns aspectos importantes neste processo e, igualmente, considerar a correlação de forças existente entre o Estado, trabalhadores e patronato.

Isso tudo é resultado, de um lado, dos avanços, retrocessos e dificuldades da produção e, de outro, das pressões do movimento operário que, em 1917, “[...] está assinalado pelas grandes agitações do movimento operário [...] o que, obviamente, tem intrínseca relação com o surgimento de uma preocupação mais regular sobre a legislação social por parte dos meios políticos e empresariais (GOMES:1979 p.25). O movimento operário tem, como reivindicação, a regulamentação do horário de trabalho e proteção ao trabalho dos menores e mulheres.

A intervenção do Estado brasileiro é marcada principalmente entre 1917 a 1920, período em que se tem a discussão de quase todas as medidas que envolvem a regulamentação trabalhista e a criação dos primeiros órgãos governamentais ligados ao trabalho.

A importância da compreensão deste processo reside no fato de ser esta a legislação que regulamenta o fator de produção trabalho assalariado, constituindo um ponto-chave na remodelação das relações de produção que caracterizam o estabelecimento de uma sociedade industrial moderna. Isto é, o estabelecimento de uma legislação social significa a adoção de normas jurídicas que regulam e controlam o exemplo mais característico de contrato de compra e venda numa sociedade de mercado que é a compra e venda das mercadorias força de trabalho (GOMES: 1979 p. 23).

A partir de 1917/1918, o patronato começou a admitir, pelo menos teoricamente, a necessidade da intervenção do Estado para prevenir e impedir perturbação da ordem pública, garantir a paz e harmonia social, para o bom entendimento entre capital e trabalho.

A intervenção estatal, justificada dentro de certos parâmetros, não deveria provocar perturbações profundas ao desenvolvimento do comércio e da indústria, quer onerando-os indevidamente, quer destruindo direitos e liberdades necessários à conservação e expansão da iniciativa privada (GOMES: 1979 p. 161).

Nesse sentido, houve questões consideradas pelo patronato como de âmbito exclusivo da empresa, porque envolviam autonomia e autoridade ligadas às práticas disciplinares, como a regulamentação salarial, participação nos lucros, normas para dispensa ou admissão do trabalhador. Para esses assuntos não deveria ocorrer intervenção do Estado.

O patronato buscou mecanismos para prevalecer suas idéias, por meio da sua articulação em associações de classe patronais, para interferir na questão social, e ser mediador entre o Estado e os setores de produção, representados na associação. Interferiu nos assuntos referentes à regulamentação do trabalho da mulher e da criança, ao estabelecimento do direito de férias, aos assuntos relacionados ao seguro contra acidentes. A postura firme e organizada adotada pelo patronato fez com que legislações fossem revisadas, projetos de lei fossem alterados e/ou suspensos e que se estabelecessem mecanismos que garantissem a sua participação na definição de regulações referentes ao trabalho.

A questão social, que já vinha como pauta de discussão política, provocou, em 1921, a regulamentação do Departamento Nacional do Trabalho, cuja criação era datada de 1917. Esta regulamentação recebeu forte crítica do patronato pelo momento inoportuno da campanha eleitoral e, por conseqüência, propício para reivindicações dos trabalhadores. A oposição ao Departamento era em razão de sua competência mediadora entre capital e trabalho, o que, até então, era tratado no âmbito policial.

Em 1923, o canal de participação do patronato no Estado foi consolidado com a criação do Conselho Nacional do Trabalho e do Conselho Superior de Comércio e Indústria, órgãos vinculados ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, os quais contemplavam a representação do comércio, indústria e o primeiro órgão também contemplava a representação de trabalhadores.

Ainda neste mesmo ano, em decorrência da greve dos tecelões do Rio de Janeiro, voltou a ser discutido na Câmara o projeto de lei nº 265 – Projeto de Código de Trabalho, que, devido às críticas do patronato, foi suspenso. Quando voltou à Câmara, em 1925, referia-se somente àqueles pontos consensuais sobre o trabalho da mulher e do menor. Na década de vinte, ainda foi votada a lei que regulamenta as férias e o trabalho de menores. Em 1925, foi sancionado o decreto da lei de férias que atingia todos os trabalhadores, recebendo severa oposição dos industriais, que alegavam ter ocorrido alterações no projeto original, o qual se referia

aos empregados comerciais. O comércio acatou a legislação de férias, que não foi cumprida pelos industriais até 1930, fato este de conhecimento dos órgãos do governo.

Com relação à questão da regulamentação do trabalho dos menores, foi aprovada uma emenda pelo Senado em 1927 que autorizava o trabalho de 8 horas para menores entre 14 a 18 anos. No entanto, o Código de Menores também é desrespeitado até 1930 pelo empresariado.

A discussão do projeto das caixas de seguro contra doenças, o qual objetivava assegurar a obrigatoriedade da assistência médico-farmacêutica para os casos de doença do trabalhador, mais uma vez recebeu influência dos industriais, que alegavam a “falta de necessidade” de tal projeto, uma vez que isso já ocorria na prática e que os operários não estavam preparados para essa nova contribuição sobre seus salários. Este projeto também não foi votado até 1930.

A realidade econômica do país, desde 1928, encontrava dificuldades, e culminou, em 1929, com a multiplicação de falências, e um número significativo de indústrias trabalhando com 50% de sua capacidade, paralisando a outra metade, crescendo o índice de desemprego na cidade e também no campo.

Todos esse fatores fizeram com que a política adotada na 1ª República fosse repensada. Havia necessidade de se valorizar a atividade agrícola, o café, mas também a indústria e o comércio. A industrialização era entendida como uma estratégia para a saída da crise e desenvolvimento do país.

O vazio deixado com o rompimento do pacto político no início de 1930 e a eclosão dos problemas econômicos constituíram-se em campo, tanto para pressões do patronato industrial e comercial, como para o movimento operário.

O debate sobre a necessidade de enfrentamento e superação dos problemas econômicos e sociais conduzia para um novo modelo de Estado. Nesse sentido, a questão social ganhava relevância e o Estado passava a ter um papel a cumprir como árbitro na criação do direito social.

A elaboração de uma política social pelo Estado, sem abandonar as feições e objetivos controladores que já faziam parte de sua própria concepção, passa a revestir-se de uma dimensão fundamental que consistia no atendimento mais eficaz às demandas operárias por melhores condições de trabalho. Ou seja, as burlas e a não implementação da legislação já aprovada seriam verificadas por mecanismos de fiscalização oficial. A política social tornava-se uma área de interesse político do Estado e, numa certa dimensão, com isso também ganhavam as camadas populares (GOMES: 1979 p. 203).

Para o patronato, a legislação social transformara-se em mecanismo de defesa e promoção de seus interesses e necessária ao crescimento econômico. Isso não significa que o patronato deixara para traz sua postura de crítica à regulamentação do mercado de trabalho, mas seu discurso confundia-se com o do governo quando se referia ao atendimento aos “reclamos do trabalhador”, à paz social e à garantia do desenvolvimento econômico.

Havia, na conjuntura mundial dessa época, a eclosão do movimento operário, do socialismo, tomados como ameaça constante à ordem vivenciada. Nesse sentido, o problema a ser enfrentado era a convivência entre as classes, a “pluralidade de classes”, o que tornava necessário não apenas “defender o proletariado, mas igualmente a burguesia, ‘salvando-a’ de seus erros passados, frutos de um liberalismo selvagem que a conduzia ao caminho de sua própria destruição” (GOMES: 1979 p. 206).

O ponto fundamental era a centralidade da questão social como problema do Estado, resultando na construção de uma política social como instrumento que assegurava a pluralidade de classes em cooperação. Dessa forma, os erros cometidos anteriormente não poderiam ser repetidos, como a exploração do trabalhador ao máximo de rendimento com menor custo, intervenção do Estado de proteção do trabalhador “contra” o patrão. A nova política social deveria, então, seguir uma nova orientação, conforme aponta Gomes:

[...] a intervenção necessária do Estado na questão social não teria mais o sentido da proteção física do trabalhador e sim o objetivo da organização de um sistema de instituições sociais que permitisse a harmonização dos interesses de patrões e operários. Portanto, se de um lado podemos apontar, na legislação do pós-trinta, uma alteração no que se refere ao alcance e extensão das leis, podemos igualmente situar esta mudança crucial do 'sentido' da referida legislação, orientada por uma proposta clara e globalizadora (GOMES: 1979 p. 208).

Segundo a autora, para a implementação dessa nova política social havia dois obstáculos que deveriam ser superados. O primeiro referia-se ao “espírito antipatronal do operariado” e o segundo “à mentalidade reativa da burguesia a uma política de incorporação do trabalhador à empresa e à sociedade”. Para tanto, era necessária a estruturação de organizações corporativas em sindicatos profissionais sem nenhuma vinculação de natureza político-partidária, em especial a socialista.

No Brasil a estruturação de uma doutrina que postula a implementação da legislação social, assumindo a visão da burguesia, faz-se no sentido do abandono do liberalismo [...] A fórmula para a construção de um outro tipo de democracia, de base corporativa e religiosa, seria justamente a junção dos poderes econômico, político e espiritual (GOMES: 1979 p. 211).

O formato corporativo não recebeu o mesmo tratamento nas diferentes classes. A relação do Estado com as camadas populares foi marcada pelo controle, repressão e desmobilização dos sindicatos livres. A relação com a classe industrial e comercial destacou-se pelo "mútuo controle" e por alianças.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1931, num momento de grave situação social, teve como principal missão regularizar as relações entre capital e trabalho sob o lema da “colaboração de classes”. A intenção do governo era a implantação das leis sociais, mas com espaços para participação do empresariado nesse processo.

Nesse período, o Estado reconheceu o seu papel frente à legislação

social e assumiu a primazia na condução desse processo, na busca de soluções consensuais, sem deixar de ouvir os interesses de classes. No entanto, no corpo da lei, eram colocadas questões que interessavam ao patronato.

No tocante às organizações de classes, desde 1907, as associações patronais tinham sido regulamentadas com total liberdade sindical, sem intervenção do Estado. No pós-trinta, esse quadro foi alterado, havendo a interferência do Estado para tomar para si o controle dos organismos privados de representação de classe.

Para Gomes (1979), a lei de sindicalização possuía objetivos diversos em relação ao patronato e trabalhadores. A grande inovação do pós-trinta seria o interesse do governo não somente na desmobilização da organização dos trabalhadores, mas, ao mesmo tempo, na constituição de uma nova base de apoio social.

No período de 30 a 37 e após o Estado Novo, o tratamento diferencial para a organização do trabalhador e patronal continuou existindo. Os sindicatos, livres do controle do Estado ligados aos trabalhadores, tinham seus líderes presos e perseguidos. As associações patronais que não se adequavam no modelo instituído mantiveram-se e desenvolveram-se.

Percebe-se que, neste período histórico, a classe patronal exerceu forte influência no estabelecimento dos mecanismos de proteção social e buscou a prevalência de seus interesses. No entanto, não se pode desconsiderar o papel que teve a luta da classe operária na garantia da regulamentação do trabalho.

Fica claro que a trajetória e a história do trabalhador no Brasil foram marcadas pela degradação das condições de vida e de trabalho e sofrimento com as desregulamentações e supressões do mínimo que já havia sido conquistado no sistema de proteção social.

A realidade brasileira demonstra a crise do trabalho assalariado, na qual o poder de produção transnacional trouxe fortes rebatimentos com a globalização neoliberal.

Na fragmentação e dispersão do processo produtivo, articulam-se diferentes formas de contratos de trabalho, desde a contratação nos moldes convencionais, até outras alternativas como a mão-de-obra familiar e a utilização da mão-de-obra em tempo parcial por meio de contratos mais precários ou terceirizados.

Contraditoriamente, abrem-se espaços e convive-se com pequenas e médias empresas que “podem, assim, orbitar em torno das grandes corporações, subordinadas e alimentadas por sua lógica” (DUPAS: 2001 p. 15).

O estudo de Bertucci (2003) mostra uma face cruel dessa reestruturação produtiva, na qual o Brasil teve, na década de 90, a extinção de aproximadamente três milhões de empregos formais, compondo um quadro de 7,7 milhões de desempregados. Em 1980, o país ocupava a décima posição mundial quanto ao desemprego e, na atualidade, está como o quarto pior país em índice de desemprego.

Essa realidade abrange os jovens, a área rural, o setor terciário, a indústria, e os números atestam o crescimento do trabalho informal. A taxa de desemprego dos jovens (IBGE), em 1998, foi de 4,8% e, em 1997, foi de 13%. Os postos de trabalho para o jovem, entre 1989 e 1996, tiveram uma redução de 23,8%, correspondendo a 3,363 milhões. Ainda neste período, os postos de trabalho suplantados equivaliam a 1,309 milhões de empregos formais e 2,54 milhões de empregos sem registro.

Na área rural, o impacto não é diferente. Até 1985, havia 23,4 milhões de ocupações rurais e, em dez anos, de 1985 a 1995, desapareceram 5,5 milhões de ocupações rurais, caindo para 17,9 milhões e, em 1996, para 16,5 milhões. A agricultura familiar, que em 1995, compunha 85,2% dos estabelecimentos agrícolas, ocupava 13,8 milhões de pessoas. Isto significa que, nesta época, a forte concentração de ocupações rurais encontrava-se na agricultura familiar, com 76,8% do total. Ao analisar o índice dos assalariados na área rural, este percentual, segundo o Ministério do Trabalho, restringe-se a 7% e, dentre estes, 29% possuem carteira assinada.

A legislação nacional indica avanços quanto à proteção integral à criança e ao adolescente, o que pode ser constatado pela Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990. No entanto, dados do próprio Ministério do Trabalho revelam ainda que, mesmo após a promulgação das respectivas leis, a triste realidade de 522 mil crianças trabalhando na área rural, das quais 81% se situam entre 5 e 6 anos de idade.

Para Bertucci (2003), tomando-se por base informações da RAIS (Relatório Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego, houve um crescimento de empregos formais no setor terciário, ou seja, de comércio

e serviços, de 10,9 milhões em 1996 para 11,6 milhões em 1998. Por outro lado, o autor afirma que:

o que se constata é o inchamento de ocupações precarizadas, informais, sem carteira assinada, em condições de subemprego e a redução de ocupação de segmentos anteriormente protegidos. Os subsetores modernos do comércio e das instituições financeiras tiveram o seu nível de emprego reduzido. No caso do setor bancário, seu contingente de trabalhadores foi reduzido a menos da metade (BERTUCCI: 2003 palestra EPS – Ceará).

Na indústria, há uma contradição entre aumento de produtividade, o que para alguns correspondeu a mais de 100%, e a diminuição do emprego entre a década de 80 e 90, de 40% a 70%. Em 1995, o número de trabalhadores na indústria equivalia ao número da década de 70.

Bertucci (2003) aponta ainda o desassalariamento ocorrido, citando que, entre 1940 a 1980, para cada 100 novos postos de trabalho, 80 eram assalariados (70 com registro e 10 sem registro) e 20 não assalariados. Entre 1980 a 1991, a cada 100 novos postos de trabalho, 99 eram sem registro e 1 com registro.

Há um crescimento do trabalho precário, desprotegido e informal, dado reforçado pelo mesmo autor com a estatística de que entre 1986 e 1998 o emprego sem carteira aumentou para 35%, e para 61% os que trabalhavam por conta própria nas áreas metropolitanas. Tal estatística volta a ser confirmada com os percentuais de empregos formais nos vários ramos de atividade: serviços, 46%; comércio, 26,2%; indústria da construção, 15,5% e indústria de transformação, 11,9%.

Verifica-se, portanto, um crescimento das ocupações denominadas informais, como consequências do aumento do desemprego, do processo de desassalariamento, do crescimento dos trabalhadores sem registro e das ocupações por conta própria. Este fator, somado ao aumento do tempo médio em que o trabalhador permanece desempregado, empurram parcelas cada vez maiores da população para formas alternativas de ocupações, colocando novos problemas a um mercado de trabalho historicamente desigual e excludente. As pessoas que sempre viveram de trabalhos informais, sobretudo através das ocupações por conta própria, soma-se um novo contingente, composto pelos trabalhadores expulsos do emprego regular e pelas pessoas que ingressam no mercado de trabalho a cada ano, exacerbando uma situação de total desamparo social para os trabalhadores que transitam para a informalidade (BERTUCCI: palestra EPS – Ceará).



Percebe-se que essa condição de exploração é um efeito das políticas macro-econômicas implantadas e que demonstram cada vez mais o seu êxito e sucesso para o desenvolvimento do capital, que se traduz na liberdade de mercado, livre concorrência, fazendo com que sobrevivam a esta ótica aqueles que efetivamente possuem “competência e capacidade”, mesmo que seja uma minoria. A “massa de sobrantes” passa a ser o ponto de equilíbrio para o funcionamento desse sistema, parcela que se submete a qualquer condição, pela simples razão de minimamente garantir sua sobrevivência. É a exclusão social que vem em escala alarmante.

### **2.3 Exclusão Social**

Vale acentuar que a crescente exclusão social deve ser relacionada ao processo de precarização das relações de trabalho. O desemprego estrutural deve ser analisado não somente sob o aspecto de que aumenta o número de pessoas sem trabalho, mas que desregulamenta, precariza e deteriora as relações de trabalho para quem vende sua força de trabalho, sua capacidade de produzir.

Talvez melhor do que a palavra ‘desemprego’, precarização do trabalho descreve adequadamente o que está ocorrendo. Os novos postos de trabalho, que estão surgindo em função das transformações das tecnologias e da divisão internacional do trabalho, não oferecem, em sua maioria, ao seu eventual ocupante as compensações usuais que as leis e contratos coletivos vinham garantindo (SINGER: 2001 p. 24).

Aqui está uma das contradições - o posto de trabalho nunca passou a ser algo tão desejável como nos últimos tempos, a contratação nos moldes convencionais com registro em carteira por "tempo indeterminado" constituiu-se exclusividade de um núcleo de trabalhadores. A representatividade dos trabalhadores através dos sindicatos teve momentos de avanços na conquista de direitos e retrocessos com a cooptação, manipulação ou repressão do movimento,

por parte do capital. O trabalhador que possui um posto de trabalho tem medo de perdê-lo para dezenas, centenas e milhares de pessoas que estão almejando este posto.

Sabe-se da fragilidade das conquistas sociais, do sistema de proteção social que, a partir da ótica do capital, foram sendo destruídos. Para Dupas (2001), o debate acerca da exclusão social surgiu no contexto do processo de globalização e de mudança do papel do Estado.

Neste contexto, houve a desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho, redução das ações do Estado no campo do bem-estar social com a privatização, cortes nos gastos sociais, a descentralização, centralização dos gastos sociais públicos em programas seletivos contra a pobreza.

Assim, a descentralização neoliberal não visa assegurar e garantir a democratização das ações, nem a participação e o respeito às realidades locais, mas se constitui como forma de desresponsabilização do Estado, de privatização dos benefícios sociais, de sua remercantilização.

Os reflexos podem ser vistos sob diferentes aspectos, conforme já demonstrados pelos índices mundiais e do Brasil, em especial sobre o trabalho, cujos dados apontam para o desemprego, a precarização nas relações de trabalho.

A precarização do trabalho contribui tanto para agravar as condições dos trabalhadores impedindo o acesso aos direitos legais, como ampliando a “massa sobrando”, constituída pelo “exército de reserva”.

Houve um aumento da exclusão social no mundo, o que para Singer (2001):

Trata-se, na realidade, de um processo cumulativo: a precarização do trabalho tornou sem efeito para uma parcela crescente da força de trabalho a legislação do trabalho, inclusive a que limita a jornada a 8 horas, determinando ainda descanso semanal e férias. Essas conquistas históricas do movimento operário foram decisivas para limitar a extensão do desemprego em face do crescimento acelerado da produtividade do trabalho durante os anos dourados (1945 – 73). Agora todos os ocupados por conta própria, reais ou formais, perderam estes direitos. Seus ganhos em geral se pautam não pelo tempo de trabalho dado mas pelo montante de serviços prestados (SINGER: 2001 p. 29 – 30).

Para Singer (2001), a partir da década de 80, com o afastamento do

Estado na proteção social e a diminuição dos salários mais baixos, ampliou-se o número de pobres e a miséria dos pobres. Refere-se à “nova pobreza”, composta por aquelas pessoas que perderam seus empregos para uma máquina ou para outros trabalhadores de outros países e, no Brasil, atinge aqueles trabalhadores mais tradicionais, cuja atividade teve demanda e salários reduzidos. Aborda, ainda, que no Brasil há o “desemprego aberto”, do qual fazem parte aqueles que não desempenham outra atividade senão a de viver em busca de um trabalho.

[...] A exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo. Não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, mal cuidadas, mal consideradas, etc (CASTEL: 2001 p. 568 – 569).

Neste sentido, a exclusão social deve ser considerada no seu aspecto multidimensional, ou seja, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e psicológicos.

Para Dupas (2001), a exclusão social refere-se à falta de acesso a bens e serviços, a falta de segurança, justiça e cidadania. Pontua níveis de exclusão: exclusão do mercado de trabalho (desemprego); exclusão do trabalho regular, tendo acesso ao trabalho temporário precário e parcial; exclusão do acesso à moradia digna; exclusão do acesso a bens e serviços básicos; exclusão dentro do próprio mercado de trabalho, cujas exigências dificultam o acesso a bons empregos, o que pode estar relacionado ao preconceito racial, sexual e até de nacionalidade; exclusão da possibilidade de garantir sobrevivência; exclusão do acesso à terra; exclusão à segurança física, de sobrevivência, proteção contra contingências; exclusão dos direitos humanos.

Desemprego, por exemplo, é o contrário de cidadania, não no seu aspecto formal, mas na sua realização substantiva, o que significa dizer que a questão da exclusão ou marginalização social e econômica está diretamente ligada ao tema das lutas sociais, da capacidade que certos grupos têm de se organizar e de levar adiante suas reivindicações para a conquista de benefícios. Daí as lutas sociais estarem ligadas ao tema exclusão e consolidação da cidadania (KOWARICK : 1999 p. 139).

Segundo Sposati (1999), a exclusão é a negação da cidadania e confronta-se com a concepção de universalidade. Deve-se ter como patamar a igualdade, eqüidade e a cidadania, direitos positivados na metade do século XX.

A exclusão social se refere também à discriminação e a estigmatização [...] A exclusão alcança valores culturais, discriminações. Isto não significa que o pobre não possa ser discriminado por ser pobre, mas que a exclusão inclui até mesmo o abandono, a perda de vínculos, o esgarçamento das relações de convívio, que necessariamente não passam pela pobreza” (SPOSATI: 1999 p. 129).

No Brasil, a universalidade da cidadania de fato inexistente, não há cobertura universal dos riscos sociais. O acesso, até então, foi concebido para aquelas situações de extrema vulnerabilidade social, de forma seletiva, fragmentada, setorial e circunstancial.

Esta realidade demonstra a precariedade do Estado implantado em âmbito nacional, como nos mostra Kowarick (1999), enfatizando que, no processo republicano e capitalista, uma forma de marginalização foi produzida e reproduzida.

[...] Há falta de proteção social, aumento de desempregados, do assim chamado trabalho precário, além do difícil acesso à saúde, à previdência, à habitação, etc.. Além da questão da cidadania do ponto de vista dos direitos sociais, do Estado de Bem-Estar Social, que foi sempre extremamente frágil no Brasil, a questão da exclusão hoje, diz respeito também aos direitos civis; direito civil na sua acepção a mais elementar que é a integridade física das pessoas (KOWARICK: 1999 p. 139).

Percebe-se, pelos estudos acima citados, que, mesmo se utilizando de diferentes indicadores e metodologias para se analisar a questão da exclusão social, há uma cruel realidade social, em que milhares de pessoas são despojadas dos direitos mais elementares à sobrevivência humana.

Apesar dos direitos sociais positivados pela Constituição Federal de 88, o Estado brasileiro buscou atacar esse sistema de direitos instituídos. A perspectiva econômica sobrepôs-se às necessidades humanas e, assim sendo,

reforçou a estrutura social desigual, precarizou as relações de trabalho de milhares de pessoas, expulsou uma massa de trabalhadores de seus postos, fez com que a vida de parcela significativa da população tivesse como única certeza a insegurança e a desesperança do dia de amanhã.

Este cenário macrosocial dificulta a superação das vulnerabilidades/desvantagens individuais e sociais (pouca instrução formal, deficiência física, mental, ou sensorial), agrava a condição de perda de vínculos familiares, fragiliza os indivíduos e famílias frente às situações de violência e de risco social, além de dificultar e até mesmo impedir o acesso aos direitos sociais e políticas públicas de proteção social. Como se sabe, a exclusão social não é só econômica, mas um somatório de destituições, de perdas e de arranjos precários, em termos de: moradia, trabalho, saúde, alimentação, expectativas diante da vida, etc (PAIVA: 2004 p. 10).

O Instituto Econômico de Pesquisa – IPEA (2004), ao analisar o mercado de trabalho, mostra alguns sinais de alteração deste quadro no período em que corresponde ao atual governo federal e faz a seguinte abordagem:

O comportamento do mercado de trabalho tem se caracterizado, nos últimos meses, por uma gradual recuperação dos seus principais indicadores. Iniciada com a retomada do nível de ocupação, ela já se reflete no indicador que mais chama a atenção da sociedade: a taxa de desemprego. Os indicadores de rendimentos também começam a mostrar variações positivas, interrompendo a trajetória de deterioração que vinham apresentando (IPEA: 2004 p.15).

Apesar dos indicativos iniciais de avanço, estes não rompem com a precariedade estrutural dos vínculos formais de trabalho. As ações no âmbito federal têm demonstrado a busca da inclusão, quer pelos programas de transferência de renda, quer pela oportunidade de acesso às novas formas de organização do trabalho. Tais políticas encontram-se no campo de proposituras e proteção e se desvinculam da tradicional seguridade que compunha os benefícios sociais oriundos de contribuições previdenciárias.

Tem-se percebido que uma das ações do Estado frente à exclusão social tem sido canalizada para a política de assistência social.

É conhecida a situação do país, composta de um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há acesso aos benefícios pecuniários ou à proteção social decorrente da sociedade salarial e que, por isso, estão a demandar um tipo mais amplo de proteção social, que seja não-contributivo e incondicional, como os direitos integrantes do campo da assistência social. Nessa medida, há que superar a lógica de distribuição do fundo público, que tem aprisionado a assistência social numa esfera periférica ou residual, em decorrência das antigas e deletérias estratégias de mistificação das desigualdades e do ocultamento de suas causas, inserindo-a no conjunto das respostas às necessidades sociais de cidadãos e cidadãs, que as ações do governo federal estão a promover (PAIVA: 2003 p.9).

No campo da assistência social, a lei complementar n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - coloca esta política pública no enfrentamento à pobreza de forma integrada às demais políticas setoriais. Há a preocupação, na lei, em estabelecer competências aos municípios que podem executar projetos nesta área em parceria com organizações da sociedade civil.

Dessa forma, entende-se que cabe à política pública de assistência social a instituição de programas que resgatem ou que possam proporcionar novas capacidades para o público alvo desta política, cujas ações podem ser pautadas em programas multisetoriais de enfrentamento à pobreza.

Ganham relevância proposições que se apresentam como alternativas e indiquem formas possíveis de enfrentamento à pobreza, como a Economia Solidária que se caracteriza por uma proposição diferenciada dos moldes atualmente em vigor nesse sistema excludente, organizando a produção, comercialização e consumo com ações que fomentem a solidariedade, colaboração e gestão democrática nos grupos de trabalho e renda, organizados sob a forma de cooperativas, grupos produtivos e de prestação de serviços.

O acesso a essa proposição traduz-se num diferencial na medida em que não estão presentes, no processo produtivo, formas de exploração de uns sobre os outros. Também constituem-se como diferenciais a oportunidade do trabalho ser entendido e exercido enquanto capacidade criativa dos homens e mulheres, a possibilidade de se estabelecer relação entre iguais, a tomada de decisão coletiva dentro do grupo de trabalho, a possibilidade de inserir valores e princípios diferentes dos praticados em nossa sociedade, a possibilidade de incorporar elementos políticos e coletivos tanto no âmbito do grupo de trabalho como

na comunidade em geral.

Assim, este movimento vem se constituindo como estratégia de acessibilidade da população marginalizada ao trabalho, à renda e a determinados bens de consumo. Para tanto, discorre-se, no próximo capítulo, sobre o histórico e as diferentes abordagens sobre a Economia Solidária.

## **CAPÍTULO II**

### **3 ECONOMIA SOLIDÁRIA**

O presente capítulo tem por objetivo introduzir os diferentes debates que permeiam a Economia Solidária. Busca, inicialmente, desenvolver um breve histórico da Economia Solidária e, a partir das diferentes abordagens deste tema, identificar os aspectos comuns levantados por diferentes autores e aqueles que serão trabalhados no decorrer deste estudo.

Apesar de sua origem coincidir com o surgimento do capitalismo industrial, a proposição da Economia Solidária está em construção atualmente por diferentes atores, tais como participantes de empreendimentos solidários, gestores públicos, agências de fomento e assessorias ligadas a organizações não governamentais, universidades e poder público.

Esse processo de construção continuada apresenta algumas contradições afetas ao tema que passam basicamente por duas formas de entendimento da Economia Solidária: uma, como forma de superação do capitalismo, o que implica alteração do modo de produção econômica, como modelo macro-econômico, constituindo-se, assim, numa sociedade pós-capitalista; e outra, que a entende como uma alternativa de enfrentamento à pobreza e de melhoria da qualidade de vida.

Permeado, tanto por uma ou por outra concepção, uma das proposições desenvolvidas para a alteração do grave quadro social atual é a adesão cada vez maior a esse movimento, que significa o envolvimento de uma massa crescente capaz de interferir, seja com a mudança das relações econômicas de produção, seja na alteração das condições de vida e de trabalho. Tal compreensão encontra-se vinculada diretamente à mudança cultural, de forma a interferir na prática da produção, comercialização e consumo, isto é, a presença forte do mercado solidário resultaria na mudança da cultura do consumo. Também ocupa papel fundamental neste processo a dimensão educativa, capaz de dotar as pessoas com elementos que lhes oportunizem optar por práticas de trabalho alinhadas sob a égide da solidariedade, apoio mútuo, gestão coletiva democrática,



entre outras. Além disso, a construção de condições objetivas que permitam a organização da produção sob outras bases, o acesso ao crédito solidário, ao comércio justo e ao consumo solidário constituem-se como instrumentos básicos para o seu fortalecimento.

Torna-se imprescindível, ainda que breve, uma retrospectiva da Economia Solidária para entender seu histórico, sua origem e, posteriormente, evidenciar as perspectivas que essa proposição aponta.

### **3.1 Histórico da Economia Solidária**

A origem da Economia Solidária tem intrínseca relação com o surgimento do capitalismo industrial, que provocou a expulsão dos trabalhadores do campo. Estes tornaram-se modernos proletariados nos sistemas fabris, não só os adultos, como também as crianças, sem nenhuma proteção e regulamentação do trabalho, inclusive quanto a sua jornada, cuja exploração do trabalho era ilimitada. A difusão da máquina provocou um ascendente empobrecimento dos artesãos.

A pobreza e o desemprego, conseqüências desse modo de produção do início do século XIX, provocaram reação por parte dos operários que se organizaram em cooperativas como forma de resistência à Revolução Industrial e seus resultados, já em seus primórdios. Essa organização ocorreu como forma de “recuperar trabalho e autonomia econômica, aproveitando as novas forças produtivas” (SINGER: 2002 P. 83).

Essa organização teve por base os valores de igualdade e democracia do movimento operário, havendo sua difusão no Reino Unido, além de Londres, Birmingham, Liverpool e Glasgow.

Há registros, conforme aponta Singer (2002), da existência de 4 cooperativas em 1828; em meados de 1829, de 70 cooperativas; no final de 1829, de 130 cooperativas e, em 1830, de mais de 300 cooperativas.

Esse movimento ocorreu simultaneamente à efervescência do sindicalismo, ocasionada pela revogação dos “Combination Acts” (SINGER: 2002 p. 27) que proibiam a organização dos trabalhadores. No entanto, a nascente burguesia industrial reagiu frente ao grande crescimento desse movimento com

demissões, detenções e condenações. Esta ação desmobilizou as organizações existentes e desencadeou o seu fechamento uma após outra. Singer (2002) argumenta:

[...] A grande aventura sindical estava chegando a um fim sem glória ( apud COLLE: 1944 p. 29). Esta é a origem histórica da economia solidária. Seria justo chamar esta fase inicial de sua história de 'cooperativismo revolucionário', o qual jamais se repetiu de forma tão nítida (SINGER: 2002 p. 35).

Foi a derrota e o esmagamento do movimento operário nos anos 30, conseqüentemente, as cooperativas entraram em colapso. Somente vinte anos depois, nos anos 50, é que ocorreu um novo crescimento do cooperativismo.

Um marco para a Economia Solidária foi a cooperativa de consumo de Rochdale com o nome de Pioneiros Equitativos de Rochdale, que surgiu em 1.844, considerada como a “mãe das cooperativas”. Nasceu para se tornar uma colônia auto-suficiente e apoiar outras que tivessem as mesmas finalidades. Além do consumo, estendeu-se posteriormente para as cooperativas de produção.

Conforme Singer (2002), os princípios adotados por esta primeira cooperativa passaram a ser os princípios universais do cooperativismo:

- voto único para cada membro;
- número aberto de membros;
- pagamento de taxa de juros fixa sobre o capital emprestado;
- sobras divididas conforme as compras de cada um;
- vendas realizadas à vista;
- produtos não adulterados;
- desenvolvimento de educação cooperativa;
- neutralidade nas questões religiosas e políticas.

Em 1.864, a cooperativa de Rochdale transformou-se em uma empresa convencional, cujos trabalhadores não tinham mais o direito de participar do capital da cooperativa.

O cooperativismo de crédito surgiu em 1850 como forma de responder a uma ação complementar à cooperativa de consumo, que era o de subsidiar empréstimos.

Em 1870, a realidade da classe trabalhadora começou a sofrer

alterações com o reconhecimento do direito à greve, à organização sindical e ao sufrágio universal. A condição de assalariado passou a ser almejada pelo proletariado, o que significava um dos elementos para o alcance da cidadania. A luta dos trabalhadores caminhou para a manutenção da situação conquistada.

Percebe-se que tal movimento passou por momentos de fluxo e refluxo, conforme o processo histórico de conquistas e perdas da classe trabalhadora, organizada por meio de seus órgãos representativos. Houve períodos em que a luta ocorreu muito mais para a garantia das conquistas obtidas na relação patrão - empregado do que pela relação de igualdade, autonomia e posse dos meios de produção.

Para Singer (2003), a revivência da economia solidária pode ser datada de 1956, na Espanha, local em que o Padre José Maria Arizmendiarrreta fundou uma cooperativa de produção que se transformou no complexo de Mondragón, com cooperativas de produção industrial, de serviços comerciais, de seguro social e banco cooperativo.

No entanto, para Singer (2003), é a partir de 1980, época em que Thatcher na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos tomaram medidas drásticas quanto à suspensão das concessões feitas ao proletariado; ajustes fiscais e monetários; livre comércio que ocasionou a mudança das multinacionais para países sem tradição sindical e com baixos salários; diminuição da carga tributária para os ricos; redução nos gastos sociais; que se pode analisar a reinvenção da economia solidária.

Neste contexto, também ocorreram mudanças na gestão empresarial, o modelo taylorista e fordista, que separava o trabalho manual e o de concepção, passou a ter nova orientação a partir da experiência japonesa na indústria automobilística, com o toyotismo. Introduziu-se o rodízio de tarefas, o trabalhador tornou-se polivalente dentro da célula de trabalho. Nesta perspectiva, assumiu responsabilidade quanto ao desempenho da célula, precisou de mais escolaridade, mais especialidade para trabalhar com equipamentos mais sofisticados.

Neste processo histórico, no qual o capitalismo produz e concentra riquezas para uma minoria, agravam-se as desigualdades sociais, a miséria e a exclusão social. É a crise estrutural do mercado de trabalho, com políticas recessivas e de abandono às políticas sociais.

Com o alto grau de desemprego, conforme argúi Singer:

[...] a desindustrialização dos países centrais e mesmo de países semi-desenvolvidos, eliminando muitos milhões de postos de trabalho forma [...] muitos foram obrigados a aceitar a flexibilização de seus direitos e a redução de salários diretos e indiretos. Sobre tudo a instabilidade no emprego se agravou [...] (SINGER: 2002 p. 110).

Essa massa de alijados do mercado de trabalho, sem proteção social, busca alternativas para criar suas oportunidades de trabalho e de sobrevivência e encontra, na Economia Solidária, uma forma diferente de produzir, comercializar e consumir. Essa proposição permite atuar na perspectiva da inclusão social. Isso faz com que em muitos países ressurgja a economia solidária “... a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos” (SINGER: 2002 p. 111).

### **3.2 Abordagens acerca do tema Economia Solidária**

Ao se adentrar no tema da Economia Solidária, encontram-se diferentes denominações acerca dessa proposição: Economia Solidária, Redes de Colaboração Solidária, Economia Popular, Economia Popular Solidária, Economia Popular de Solidariedade, Socioeconomia Solidária, Economia do Trabalho, Economia da Dádiva, Economia de Comunhão e Economia Moral. Pretende-se, a seguir, elucidar os principais aspectos apontados em cada denominação.

#### **3.2.1 Economia Solidária**

Para Singer (2000), a modalidade básica da Economia Solidária é a cooperativa ou outra forma de associação, cooperativa de produção, cooperativa de comercialização, cooperativa de consumo e cooperativa de crédito.

A cooperativa de produção é composta por trabalhadores que se unem para a produção de bens ou serviços; a de comercialização é, em geral, formada por produtores autônomos, indivíduos ou famílias que executam compras em comum e/ou vendas, conforme o caso; da cooperativa de consumo participam aqueles que se aliam para o consumo de produtos comuns e a cooperativa de crédito, tem a adesão de pessoas/grupos que visam proporcionar e facilitar o crédito aos empreendimentos, diferentemente da ótica de mercado, que pratica juros exorbitantes e critérios extremamente rigorosos, e somente podem acessá-los aqueles que detêm capital e meios de produção compatíveis com os requisitos exigidos.

A organização dessas cooperativas pauta-se em princípios como a posse coletiva dos meios de produção, processo democrático de gestão, distribuição da renda e sobras por meio de critérios e aprovação em assembléia.

A Economia Solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram (ou temem ficar) marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição (da produção simples de mercadorias) com o princípio da socialização destes meios (do capitalismo). Sob o capitalismo, os meios de produção são socializados na medida em que o progresso técnico cria sistemas que só podem ser operados por grande número de pessoas, agindo coordenadamente, ou seja, cooperando entre si. Isso se dá não somente nas fábricas, mas também nas redes de transporte, comunicação, de suprimento de energia, de água, de vendas no varejo etc. O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos (SINGER e SOUZA:2000 p.13).

A Economia Solidária é reinventada e “o que distingue este novo cooperativismo é a volta aos princípios, o grande valor atribuído à democracia e à igualdade dentro dos empreendimentos, a insistência na autogestão e o repúdio ao assalariamento” (SINGER: 2002 p.111).

Em outro estudo, Singer (2003) analisa que, apesar das diferentes abordagens em torno da Economia Solidária, as idéias referem-se à solidariedade em contraposição ao individualismo e competitividade que imperam nesse sistema excludente.

O conceito se refere a organizações de produtores, consumidores, poupadores, etc., que se distinguem por duas especificidades: (a) estimulam a solidariedade entre os membros mediante a prática de autogestão e (b) praticam a solidariedade para com a população trabalhadora em geral, com ênfase na ajuda aos mais desfavorecidos (SINGER: 2003 p.116).

Dessa forma, para este autor:

Economia solidária é ou poderá ser mais do que mera resposta à incapacidade do capitalismo de integrar em sua economia todos os membros da sociedade desejosos e necessitados de trabalhar. Ela poderá ser o que em seus primórdios foi concebida para ser: uma alternativa superior ao capitalismo. Superior não em termos econômicos estritos, ou seja, que as empresas solidárias regularmente superariam suas congêneres, oferecendo aos mercados produtos ou serviços melhores em termos de preço e/ou qualidade. A economia solidária foi concebida para ser uma alternativa superior por proporcionar às pessoas que a adotam, enquanto produtoras, poupadoras, consumidoras, etc., uma vida melhor. Vida melhor não apenas no sentido de que possam consumir mais com menor dispêndio de esforço produtivo, mas também melhor no relacionamento com familiares, amigos, vizinhos, colegas de trabalho, colegas de estudo, etc., na liberdade de cada um de escolher o trabalho que lhe dá mais satisfação; no direito à autonomia na atividade produtiva, de não ter de se submeter a ordens alheias, de participar plenamente das decisões que o afetam; na segurança de cada um saber que sua comunidade jamais o deixará desamparado ou abandonado (SINGER: 2002 P.114 -115).

Para demarcar o contraste entre uma prática e outra, Singer (2003) faz uma distinção entre empresas solidárias e empresas capitalistas. As empresas capitalistas, nesse jogo competitivo da lógica da livre concorrência, vão se reestruturando de forma a cada vez mais “abocanhar fatias e mais fatias” do mercado. Para tanto, é necessário maximizar os lucros, produzir e vender mais com menor custo. Os meios de produção pertencem a uma minoria e a maioria detém somente a força de trabalho. Direitos conquistados são flexibilizados sob a lógica da permanência e/ou crescimento da empresa e sob o falso discurso da divisão dos resultados. O poder decisório não pertence aos trabalhadores, os ganhos são desiguais, o trabalho é determinado pela oferta e demanda, o que ocasiona oscilações no salário, em geral para sua queda, o lucro obtido é apropriado pelos acionistas.

Já na empresa solidária, as decisões ocorrem por meio da participação dos sócios, não há salário e sim retiradas conforme a receita obtida, a destinação das sobras é definida pelos sócios, sendo aplicadas em benefício do coletivo dos associados, como investimento na empresa, em ações que estimulem e que apóiem experiências nesse campo e contribuam para o desenvolvimento da comunidade e de práticas que estejam permeadas pela solidariedade, cooperação, colaboração, havendo a prática da autogestão. Para Singer (2000), a economia solidária tem sua razão de existir na medida em que efetivamente altere para melhor as condições de vida do trabalhador.

[...] a economia solidária só se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda a população oportunidades concretas de autosustento, usufruindo o mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ela terá de alcançar níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis aos da economia capitalista e de outros modos de produção, mediante o apoio de serviços financeiro e científico-tecnológico solidários (SINGER: 2002 p. 120 – 121).

Compreende-se que não será suficiente apenas a difusão da economia solidária em larga escala, seja local, regional, estadual, nacional e na integração com outros países, mas, na perspectiva apontada pelo autor, ela somente se constituirá como uma alternativa superior na medida em que a produção, comercialização e consumo interferirem concretamente para o alcance de mudanças qualitativas na vida das pessoas e no bem-estar de parcelas crescentes da população.

A economia solidária pode se transformar de um modo de produção intersticial, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma geral de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. O que implica que os empreendimentos solidários, que hoje se encontram dispersos territorial e setorialmente, cada um competindo sozinho nos mercados em que vende e nos que compra, teriam que se agregar num todo economicamente consistente, capaz de oferecer a todos os que a desejassem a oportunidade de trabalhar e viver cooperativamente (SINGER: 2002 p. 116).

### 3.2.2 Redes de Colaboração Solidária

Mance (2001/2002), em seus estudos sobre a Economia Solidária, enfoca as redes de Colaboração Solidária. Enfatiza que a Economia Solidária abrange uma diversidade de ações econômicas ligadas à produção, comercialização, financiamento, consumo e não há consenso sobre seu significado. Para o autor, os estudiosos deste tema defendem práticas ora ligadas mais sobre um eixo, ora outro e, com entendimentos de diferentes níveis de democracia, participação coletiva, autogestão, cooperação, igualitarismo, auto-sustentação, preservação do ambiente, que permeiam a Economia Solidária.

Para Mance (2001), o avanço da Economia Solidária em 90 é resultado da expansão das diferentes experiências de organização de redes.

A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva, no momento de autopoiese em que cada elemento concorre para a reprodução de cada outro, na potencialidade de transformação de cada parte pela sua relação com as demais e na transformação do conjunto pelos fluxos que circulam por meio de toda a rede. Assim, a consistência de cada membro depende de como ele se integra na rede, dos fluxos de que participa, de como acolhe e colabora com os demais (MANCE: 2001 p. 189).

Dessa forma, as ações que se relacionam à produção, comercialização, consumo devem estar organizadas sob o prisma da rede para a auto-sustentação e consolidação da proposição. No processo produtivo, faz-se importante considerar que a aquisição dos insumos para a produção possa ser proveniente de empreendimentos solidários e que no planejamento do produto haja vinculação com a necessidade humana. A comercialização deve ser efetivada de forma a estabelecer relação direta com o consumidor, facilitar o acesso, a ênfase no preço justo e solidário. O consumo passa a ser fundamental nesse processo, pois ele pode vir a fortalecer e consolidar uma prática diferenciada de produção baseada em alguns princípios de cooperação, respeito à natureza, autogestão, entre outros, ou continuar reforçando um processo produtivo permeado pela exploração do trabalho.



Neste aspecto, Mance (1999) refere-se às redes de Colaboração Solidária na defesa de que este conceito é mais complexo que o de Economia Solidária.

A Colaboração Solidária significa pois um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-viver de todos e de cada um em particular [...] o bem-viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização (MANCE: 2001 p. 17).

Assim, considera que as redes locais que se organizam por meio de demandas pelo trabalho, melhoria da condição de vida, também atuam contra o atual sistema de dominação e “começam a implantar um novo modo de produzir, consumir e conviver em que a solidariedade está no cerne da vida” (MANCE: 2001 p. 195). Neste aspecto, nas redes de Colaboração Solidária ressaltam-se três dimensões: econômica, política e cultural, que estão intimamente relacionadas.

Na dimensão econômica, destacam-se os aspectos inerentes às demandas, ao diagnóstico dos produtos, dos serviços necessários, unidades produtivas já existentes, análise do potencial para atendimento ao consumo final (consome o produto final) e consumo produtivo (consome para a produção), estabelecimento de sistemas de gerenciamento de informação e comunicação, adoção de estratégias que possibilitem a conexão em rede das unidades produtivas, consumo, serviço, constituição de fundo solidário por meio do excedente que permita dar suporte às novas atividades que gerem trabalho e renda. As redes de Colaboração Solidária contêm a dimensão política porque assumem uma nova concepção, com princípios e práticas sob a égide da colaboração, cooperação e solidariedade.

Segundo Mance (2001), a rede, ao difundir essa postura e com adesão maior da população, terá um aumento progressivo do poder político, na medida em que influencia as pessoas a superarem o consumo compulsório e a atingirem o consumo em razão do “bem-viver” pessoal e coletivo, o consumo ético e solidário para promover “liberdade pública e privada”, em nível micro e macropoliticamente.

No aspecto cultural, vale destacar a importância do acesso das pessoas às informações de qualidade que permitam a análise e auxiliem na tomada de decisão pessoal e coletiva. Torna-se imprescindível o desenvolvimento de ações educativas que possibilitem a socialização de informações para que cada vez mais pessoas possam aderir ao consumo solidário em razão do “bem-viver”.

A organização das redes de Colaboração Solidária, além das dimensões acima mencionadas, para o alcance de seus objetivos, possui como características: “descentralização, gestão participativa, coordenação e regionalização, que visam assegurar a autodeterminação e autogestão de cada organização e da rede como um todo” (MANCE: 2003 p. 221).

Para esse mesmo autor, as Redes de Colaboração Solidária constituem-se estratégias que vão aglutinando e conectando os diferentes empreendimentos solidários, auto-sustentáveis rumo à construção de uma globalização solidária, antagônica ao capitalismo.

Para tanto, há critérios para participação nas redes que se referem à não exploração do trabalho, empreendimentos que respeitem a natureza, partilha de excedentes para investir no crescimento das redes, práticas ligadas aos princípios de cooperação e colaboração.

O processo produtivo, de comercialização, financiamento e consumo passa a ter uma outra lógica, que não é a da escassez que atualmente impera, que parte da premissa da lógica de mercado para a obtenção e maximização dos lucros. Nesta, não há preocupação com as necessidades vitais e básicas com a sobrevivência humana, com as pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, que passam fome. Quando ocorre uma super oferta na produção, há, conseqüentemente, queda nos preços, o que faz com que safras sejam jogadas “no lixo” para a manutenção dos lucros.

Já, sob o enfoque da abundância, Mance argumenta sobre a distribuição da riqueza, enfatizando que quanto:

[...] mais se distribui a riqueza, mais a riqueza de todos aumenta, uma vez que tal distribuição se faz remunerando o trabalho que gera ainda mais riqueza a ser reinvestida e repartida. Desse modo, as populações que estavam anteriormente excluídas, ao serem incorporadas ao processo produtivo e ao receberem uma justa remuneração pelo seu trabalho, podem consumir produtos e serviços solidários que garantam o seu bem-viver, realimentando o próprio processo produtivo sob parâmetros ecologicamente sustentáveis (MANCE: 2001 p. 197).

Dessa forma, o autor questiona os índices atualmente utilizados para se analisar a pobreza. Com a melhora desses índices não significa que haverá alteração na qualidade e condição de vida das pessoas, a exemplo do Produto Interno Bruto - PIB - maior ou menor, não indicando que o crescimento econômico mudou substancialmente a vida da população, em especial aquela em situação de pobreza.

Nesse sentido, propõe não apenas considerar o desenvolvimento humano a partir da baixa esperança de vida, do analfabetismo, baixo percentual do acesso aos serviços de saúde, água potável, percentual de crianças menores de cinco anos com insuficiência de peso, mas que sejam acrescidos de outros elementos como:

[...] insuficiência das mediações necessárias ao exercício da liberdade que [...] supõe condições econômicas, exercícios autônomos de poder na vida privada e pública, acesso à informação e educação, e condições éticas para que se exerça de modo a promover o conjunto das liberdades públicas e privadas (MANCE: 2002 p. 226-227).

Nessa perspectiva, para Mance (2001), as redes de Colaboração Solidária se constituirão em estratégias de enfrentamento à pobreza em suas raízes econômicas, políticas e culturais, como alternativa para erradicação da pobreza e de organização de sociedades pós-capitalistas.

### 3.2.3 Economia Popular

A autora Lia Tiriba (2003) tem realizado estudos referentes à Economia Popular. Parte da análise que o atual modelo de acumulação neoliberal faz com que se busquem novas formas de trabalho, sejam individuais ou grupais na luta pela sobrevivência.

Faz uma distinção entre economia informal e popular. A economia informal, para a autora, serve ao capital, inclusive como forma de mercado para as empresas capitalistas sob a lógica da exploração da força de trabalho. É utilizada como necessária às formas agudizadas da flexibilização das relações de trabalho, evoluídas em grande escala com o acirramento da investida neoliberal. A economia popular possui como características a posse dos meios de produção pelos trabalhadores, a negação do emprego da força de trabalho como mercadoria e o investimento na força de trabalho.

[...] ao invés do emprego da força de trabalho alheio o princípio é a utilização da própria força de trabalho para garantir não apenas a subsistência imediata, como também para produzir um excedente que possa ser trocado no mercado da pequena produção mercantil, por outros valores de uso. Não se caracterizando pelo investimento em força de trabalho, o trabalho se constitui no principal fator de produção, constituindo-se como a gênese e, ao mesmo tempo, resultado do conjunto dos demais fatores do processo de produção de bens e serviços (ICAZA e TIRIBA: 2003 p. 41).

Tiriba reconhece que a divisão entre a economia informal e economia popular é muito tênue, mas analisa que, nesta última, as atividades estão voltadas para a “reprodução ampliada da vida (e não do capital)” (ICAZA e TIRIBA: 2003 p. 43).

Reconhece que a economia popular compartilha a mesma lógica da economia solidária, que nega o emprego da força de trabalho como uma mercadoria. No entanto, a economia solidária refere-se às iniciativas associativas, por meio das cooperativas ou por outras formas associativas, e na economia popular consideram-se as atividades “marginais” no mercado capitalista.

Assim, analisa, a partir dos estudos de Razeto (2001), que os

trabalhadores da rua fazem parte da economia popular, dividindo-os em cinco categorias: trabalhadores da cultura, que têm por objetivo divertir as pessoas que passam pelas ruas, tais como os malabaristas, homens e mulheres estátuas; trabalhadores preservadores da natureza, compostos por aqueles que coletam material reciclável, a exemplo das latas de refrigerantes; trabalhadores-malandros, cujas atividades encontram-se no âmbito da ilegalidade e envolvem-se até em pequenos delitos, podendo ser citados/as os/as prostitutas/as, bem como aqueles que se envolvem no pequeno ponto de venda de drogas”, não inclusos aqueles reféns do narcotráfico; trabalhadores-moradores de rua, que desenvolvem diferentes atividades para sua sobrevivência, pedem esmolas, catam latas de refrigerante, entre outras; e trabalhadores-caminhantes que, para exercerem sua atividade, percorrem as ruas com seus produtos de fabricação caseira.

Ao considerar que o sentido da economia popular é a reprodução da vida, da melhoria da qualidade de vida, não restringe o foco ao ganho monetário, mas enfoca as relações de solidariedade que devem existir no âmbito das famílias e da comunidade. “ Como protagonistas ou atores coadjuvantes da economia popular, são pessoas que, unidas por laços sociais de amizade ou de parentesco, promovem e estimulam redes de solidariedade, em diferentes níveis e estilos” (ICAZA e TIRIBA: 2003 p. 47). Dessa forma, para a autora, a economia popular ultrapassa o aspecto econômico, incorporando valores como a cooperação, comensalidade e reciprocidade.

Tiriba (2000) avalia que o reconhecimento de um saber popular na questão econômica, fora da perspectiva informal, trouxe o componente cultural e o reconhecimento da economia popular como projeto de resistência ao processo excludente no âmbito da política, da cultura e do social.

Refletir sobre a possibilidade da constituição de uma nova cultura do trabalho pode se tornar um mero exercício intelectual se não temos como referência a realidade concreta das iniciativas dos trabalhadores que, ante a crise do emprego, vêm buscando novas formas de sobrevivência fundadas no trabalho participativo e solidário. Do ponto de vista político e ideológico, os pressupostos que nos sinalizam os marcos fundamentais de uma nova cultura do trabalho [...] seriam relações de produção que se caracterizam pela perspectiva do valor de uso e não de troca, em que o trabalhador recupera o sentimento de produtor e sujeito criador de si mesmo e da história [...] Uma nova cultura teria como requisito a desmercantilização da força de trabalho, por meio de um processo de desalienação do trabalhador com respeito ao produto, ao processo e a si mesmo como trabalhador, como produtor de conhecimento e de cultura (TIRIBA: 2000 p. 223).

Portanto, para a autora, a economia popular poderia constituir-se como o “embrião de uma nova cultura do trabalho.” Cultura do trabalho aqui entendida como aquela que, segundo Tiriba (2000), inclui:

[...] tanto os elementos materiais como imateriais da produção; como um conjunto de práticas, valores e conhecimentos que se materializam e se manifestam tanto no plano econômico como no plano das relações que o trabalhador estabelece com seu trabalho, com os demais trabalhadores e com a sociedade (TIRIBA: 2000 p.222).

Segundo a autora, pensar em uma nova cultura do trabalho nos empreendimentos solidários significa entender que esse processo não ocorre no sistema capitalista, mas está intimamente relacionado a uma questão mais ampla, que envolve as relações sociais, e é exatamente aqui que se constitui o desafio da construção de elementos que facilitem novas relações sociais e econômicas.

Para Razeto (2001), a Economia Popular deve ser analisada a partir de dois processos estruturais. Por um lado, verificam-se a modernização, a sofisticação e o avanço tecnológico aliados à expansão globalizada, além da não possibilidade de absorção de mão de obra e a satisfação das necessidades daqueles que detêm somente a força de trabalho. De outro, percebe-se o enxugamento do Estado em atender demandas dos setores populares por serviços.

É no contexto desses grandes processos estruturais que surge o que denominamos economia popular. Essa é, com efeito, o resultado das diferentes atividades, iniciativas e experiências que os setores populares, marginalizados crescentemente dos dois grandes sistemas formais de destinação e distribuição de recursos (o mercado e o Estado) vêm tendo que enfrentar, com o objetivo de assegurar sua subsistência e perseguir a satisfação de suas necessidades econômicas (RAZETO: 2001 p. 35-36).

Nas diferentes formas de manifestação da Economia Popular, Razeto (2001) cita cinco categorias principais: microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual, ou de dois ou três sócios que, em geral, funcionam no local de moradia ou próximo dela, administrados pelos membros da própria família; organizações econômicas populares, que se constituem por pessoas que se unem solidariamente para enfrentar dificuldades econômicas, sociais e culturais; iniciativas individuais não estabelecidas e informais, que desenvolvem atividades consideradas como “interstícios do mercado”, não ofertadas pelo mercado formal, como os ambulantes, catadores de entulho, guardadores de carro; atividades ilegais e com pequenos delitos, as quais incluem a prostituição, o pequeno ponto de venda de drogas, atividades estas que se encontram fora da lei; e soluções assistenciais e inserção em sistemas de beneficência pública ou privada, que se constituem dos subsídios financeiros oficiais aos que se encontram em situação de pobreza.

Estas diferentes categorias de organização da Economia Popular constituem-se em estratégias de sobrevivência, quando cumprem apenas a satisfação das necessidades básicas de sobrevivência fisiológica e de caráter emergencial e transitório; estratégias de subsistência, quando possibilitam a satisfação das necessidades básicas; e estratégias de vida, quando incluem outros elementos, como liberdade, companheirismo, autogestão e extrapolam a busca somente da subsistência.

Razeto (2001) refere-se às organizações econômicas populares, constituídas por pessoas que estão excluídas do mercado formal e das políticas redistributivas do Estado, que se organizam como forma de enfrentamento e sobrevivência. Essas organizações integram a economia popular e se aliam a outras com uma perspectiva transformadora para construir uma economia alternativa e solidária.

Para Coraggio (2003), a economia popular configura-se como:

[...] conjunto de relações atualmente existente, que inclui os recursos que os trabalhadores controlam, as atividades - mercantis ou não – que realizam para satisfazer as suas necessidades, as regras, valores e conhecimentos que orientam tais atividades e os agrupamentos, redes e relações que instituem através da organização formal ou da repetição destas atividades os grupos domésticos que dependem para sua reprodução da realização ininterrupta do seu fundo de trabalho (CORAGGIO cit ARRUDA: 2003 p. 236).

Para o autor, o fundo de trabalho é composto pelas capacidades que os integrantes da unidade doméstica possuem para viver solidariamente. A base da economia popular é constituída por unidades domésticas (UD) que incluem, do ponto de vista econômico e sociopolítico, possibilidades para alternativas coletivas de reprodução ampliada da vida de seus integrantes. As UD's podem ser formadas por uma ou mais pessoas que se articulam por parentesco, por proximidade de moradia, entre outros. Tais movimentos podem estar relacionados à luta por melhoria de recursos (saúde, educação, habitação, etc.), ligados às questões de gênero, ecologia, diminuição do custo de vida, associações e cooperativas de serviços, abastecimento.

Neste sentido, as UD's não se restringem aos aspectos de bens e serviços materiais, mas abrangem as questões afetivas, de identidade, relações humanas, sendo assim caracterizadas:

- como trabalho de reprodução propriamente dito na produção de bens e serviços;
- como trabalho mercantil de forma autônoma ou comprando do trabalho assalariado para manutenção e produção dos bens e serviços;
- como trabalho de formação para que as capacidades possam ser melhor potencializadas;
- como trabalho comunitário ou de organização coletiva que visem à melhoria das condições coletiva de vida.

Percebe-se que a análise de Tiriba (2000) é marcada pela compreensão da economia popular composta por atividades marginais e individuais da economia e constitui-se como o gérmen de uma outra cultura do trabalho, a qual



não ocorrerá no sistema econômico em vigor. Razeto (2001) considera que a forma de organização desta economia acontece por meio das organizações econômicas populares que, articuladas, podem construir uma economia alternativa. Já, para Coraggio (2001), a base da economia popular é composta pelas unidades domésticas, nas quais estão presentes diferentes aspectos, dentre eles, materiais, humanos e outros, capazes de contribuir para uma outra economia com foco no trabalho.

### **3.2.4 Economia Popular Solidária**

Gaiger (2001), em seus estudos, refere-se à Economia Popular Solidária como a intersecção da Economia Popular com a Economia Solidária. A Economia Popular se organiza pela necessidade de geração de renda para o consumo. A Economia Solidária caracteriza-se pela crítica ao sistema econômico capitalista e proposições concretas de transformação dos valores do capital para outros valores como o da justiça, equidade, autonomia. Dessa forma, na primeira, estão presentes diferentes arranjos, desde formais, informais e até ilícitos. Nos empreendimentos solidários, há a preocupação com a eficiência, com a viabilidade financeira, “buscam fazer da cooperação uma alavanca que sustente o seu desempenho e os qualifique como agentes, a título pleno, da economia contemporânea” (GAIGER: 2001 p. 111).

Os empreendimentos solidários tendem a buscar ou criar mecanismos e instituições de articulação, representação e intercâmbio, tanto no âmbito econômico como no político. Constituem, dessa forma, a célula propulsora básica, com suas vinculações e extensões, da economia solidária (GAIGER: 2003 p. 135).

Tais empreendimentos organizam-se em diferentes setores como produção, comercialização, crédito, financiamento, sob os princípios de autogestão, cooperação, eficiência e viabilidade. Há uma nova racionalidade produtiva a partir da solidariedade, comprometida com a coletividade, com a presença de ações

relacionadas não só ao aspecto econômico, mas educativo e cultural.

Para o autor, os empreendimentos solidários podem ser considerados como uma forma de economia alternativa voltada à reprodução social, cujo êxito depende das condições objetivas e subjetivas e do grau de investimento.

Relaciona o surgimento dos empreendimentos solidários a partir de cinco situações:

- prática associativa, comunitária ou de classe, que favoreça identidade e vínculo;
- organizações populares que possuam legitimidade;
- alto grau de seletividade no mercado de trabalho e insuficiência de políticas públicas voltadas ao trabalho e renda;
- presença de organizações que atuem na perspectiva do associativismo;
- conjuntura política favorável capaz de difundir essa alternativa para que seja absorvida pelos movimentos.

Pontua, ainda, que os empreendimentos solidários devem estar alinhados, a partir de oito características: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, viabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento humano. Mesmo alinhados sob esses parâmetros, sob essa lógica

[...] no que respeita aos empreendimentos solidários, a condição incipiente de seu desenvolvimento e a diversificada relação de seus membros com a esfera econômica impedem de falar de um modo de produção em sentido estrito [...] no entanto [...] essas experiências agem desde o presente, tornando mais incômodo e negociada, para o capitalismo, a sua reprodução hegemônica (GAIGER: 2003 p. 140).

Para o autor, fundamental é se ter a perspectiva de uma nova forma de inserção do trabalho no mundo, é a possibilidade dessas práticas serem superiores às vigentes quanto ao desenvolvimento econômico e viabilização do bem-estar social.

### 3.2.5 Economia Popular de Solidariedade

Razto (2001) introduz o conceito de economia de solidariedade, referindo-se a ela

[...] como uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas – no campo da produção, comércio, financiamento de serviços, etc. -, que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica comportamentos sociais e pessoais novos, tanto no plano da organização da produção e das empresas, como nos sistemas de destinação de recursos e distribuição dos bens e mecanismos de consumo e acumulação (RAZETO: 2001 p. 40).

Nesta perspectiva, enfatiza que, na Economia de Solidariedade, deve estar presente na produção o “fator C”, identificado como cooperação, comunidade, colaboração e coletividade. Percebe-se que tal fator influencia diretamente no processo produtivo para que as relações possam ser de cooperação para com o outro, de troca de informações e conhecimento na tomada de decisões conjuntas.

O autor enfatiza que a distribuição da produção não se reduz à simples troca, mas nela estão presentes as formas de doação, reciprocidade, comensalidade e cooperação, que envolvem diferentes atores e grupos ligados por laços familiares, de vizinhança, religiosos, culturais, de amizade, de confiança.

Ainda, no consumo, estão presentes a proximidade entre produção e consumo, isto é, a não intermediação para a realização da troca; a preferência pelo consumo comunitário sobre o consumo individual, proporcionando o uso comum; integralidade na satisfação das diferentes necessidades em processos coletivos e a opção pelo consumo não permeado pelo consumismo.

Ressalta que a economia de solidariedade possui potencial para constituir-se em uma economia que opere com outros setores da economia. “É em tal sentido que falamos de economia alternativa e não de um modelo macroeconômico que se postule como alternativa econômica de reorganização da

economia global” (RAZETO: 2001 p. 45). Neste sentido, acrescenta que nem toda economia solidária integra a economia popular,

[...] pois há expressões solidárias também em outros níveis sociais e em organização e atividades econômicas não-populares, como são as funções sociais e solidárias, as formas cooperativas e autogestionárias existentes em outros contextos sociais, as instituições não-governamentais constituídas por profissionais, cientistas e técnicos, etc (RAZETO: 2001 p. 45).

A partir destes dois enfoques, da economia popular e da economia da solidariedade, Razeto faz a seguinte abordagem sobre a “Economia Popular de Solidariedade”:

[...] como um conjunto concreto das experiências, atividades e organizações econômicas que se encontram na intersecção entre os dois conjuntos anteriormente mencionados [...] A economia popular de solidariedade é aquela parte da economia popular que manifesta alguns traços especiais que permitem identificá-la também como economia de solidariedade, ou, pelo contrário, é aquela parte da economia de solidariedade que se manifesta no contexto da que identificamos como economia popular (RAZETO: 2001 p. 45-46).

O autor, ao analisar as experiências concretas do Chile e da América Latina atribui algumas características às iniciativas da economia popular de solidariedade: desenvolvem-se nos setores populares; são associativas, envolvem um grupo de pessoas; surgem como forma de enfrentamento de necessidades como alimentação, trabalho, renda, etc.; fazem-se presentes valores de solidariedade, cooperação, de ajuda mútua; são autogestionárias, democráticas, e oportunizam a participação nas decisões; tendência a serem integrais, isto é, além da atividade exercida pelo grupo, como por exemplo, produção de gêneros alimentícios, propõem-se a participar das atividades culturais, sociais, educacionais, políticas, com envolvimento na associação de moradores, nos conselhos de políticas públicas, entre outras; buscam a articulação entre os grupos por meio da organização de redes horizontais que se baseiam na relação de troca, da cooperação, do apoio mútuo; colocam-se como diferentes e alternativas ao sistema excludente hoje vivenciado, em que estão embutidos princípios como o da competitividade,

individualismo, consumismo, porquanto:

[...] chegar assim, ainda que seja em pequeníssima escala, a uma mudança social, na esperança de uma sociedade melhor e mais justa [...] O nexo é a associação entre o alternativo e o transformador, que nas organizações solidárias se busca construir, constituem um dos elementos importantes da novidade que elas introduzem nas práticas sociais e nos modos de organização popular (RAZETO: 2001 p. 48).

### **3.2.6 Socioeconomia Solidária**

Arruda (2003), ao abordar alguns aspectos da Economia Solidária, faz inicialmente uma crítica ao desenvolvimento globalizado capitalista, no qual o crescimento econômico não significa mais trabalho, melhor condição de vida para toda a população, distribuição de riqueza, preservação da natureza. Ao contrário, tem trazido uma série de conseqüências à grande maioria da humanidade por meio de um processo excludente, de miséria, de desesperança, de injustiça e de opressão.

Para o autor, o desenvolvimento deveria ser realizado com base nas necessidades humanas, o que para ele pode ocorrer por meio da Socioeconomia Solidária, que considera semelhante à Economia Solidária, apresentando como único diferencial o enfoque no social que a economia deveria ter.

A origem do vocábulo economia significa a gestão (do grego nomos) da casa (do grego oikos). Aqui, assume o caráter mais amplo de todas as casas, da comunidade, do município e em âmbito mais global. Dessa forma, a raiz do conceito de socioeconomia solidária está ligada ao bem-estar das pessoas e à melhoria da condição de vida, ou seja, ela está a serviço da humanidade.

Existe atualmente uma variedade de termos e expressões para indicar a mesma busca de uma reconceitualização da economia a partir de outros paradigmas, tais como o da centralidade do trabalho, conhecimento e criatividade em vez do capital; a cooperação como modo privilegiado de relação socioeconômica, em vez da competição; o planejamento participativo do desenvolvimento, em vez do espontaneísmo dos interesses corporativos; a solidariedade consciente como valor central, em vez do egoísmo utilitário; e a sociedade trabalhadora como sujeito principal do seu próprio desenvolvimento, em vez do protagonismo do Estado ou do capital (ARRUDA: 2003 p. 232).

Ao considerar que a socioeconomia solidária deve dar ênfase às bases materiais que contribuam com o desenvolvimento humano, com suas potencialidades de forma solidária e autogestionária, o autor elenca alguns aspectos para esta proposição:

- socioeconomia do trabalho emancipado – voltada ao protagonismo do trabalhador e para o desenvolvimento humano e social;
- socioeconomia do suficiente – baseada no atendimento às necessidades humanas como planejamento e orientação aos investimentos para o desenvolvimento;
- socioeconomia do valor de uso – centrada no valor de uso para o bem-estar da humanidade e não no valor de troca que atualmente impera nesse sistema excludente;
- socioeconomia cujo desenvolvimento é a resultante dos vetores humano-social e econômico – resulta do acesso aos serviços básicos e fundamentais como saneamento, saúde, educação, moradia, entre outros;
- socioeconomia planetarizada geradora de uma globalização cooperativa e solidária realizada na perspectiva de uma outra globalização, fundada pelo caráter cooperativo e solidário que se organiza sob o prisma da satisfação das necessidades humanas e de seu bem-estar.

[...] Relaciona a socioeconomia solidária à complexa diversidade do ser humano, entendido como ser em processo de fazer-se numa teia de múltiplas relações, desenvolvendo seus sentidos, atributos e potenciais no contexto irreversível do espaço-tempo [...] a define como um sistema socioeconômico aberto, fundado nos valores da cooperação, da partilha, da reciprocidade e da solidariedade, e organizado de forma autogestionária a partir das necessidades, desejos e aspirações da pessoa, comunidade, sociedade e espécie, com o fim de emancipar sua capacidade cognitiva e criativa e libertar seu tempo de trabalho das atividades restritas à sobrevivência material, de modo a tornar viável e sustentável seu desenvolvimento propriamente humano, social e de espécie (ARRUDA: 2003 p. 237).

O autor concorda com Mance (2001) quanto à defesa da socioeconomia solidária como um sistema alternativo ao capitalismo, formada por redes de produção, comercialização, consumo de bens e serviços, com foco no trabalho emancipado e criativo, permeado por relações de colaboração e autogestão.

Para Arruda (2003), a difusão dessa proposição resultaria na ocupação de cada vez mais espaços, o que substituiria a economia do capital e construiria a economia do trabalho emancipado. Tal difusão estaria aliada a um processo de comunicação e educação solidária. Para que isso ocorra, o autor destaca a necessidade do protagonismo na economia do “melhor-viver” para todos.

Ressalta, ainda, a necessidade de “uma profunda mudança cultural (de valores, atitudes, comportamento, modos de relação, aspirações e desejos)” [...] para conseguirmos [...] “construir os novos sujeitos capazes de gerar novas instituições e novas relações societárias e humanas” (ARRUDA e QUINTELA: 2000 p. 327).

Lisboa (2001) também aborda, em seus estudos, o termo socioeconomia solidária. Para tanto, faz uma análise das transformações do trabalho por meio das mudanças ocorridas e a adoção de modelos de produção mais flexíveis como o toyotismo. A partir desta nova concepção e do avanço da tecnologia, formam-se sistemas verticais e ágeis constituídos de cadeias produtivas cada vez mais amplas e fragmentadas em diferentes localidades. É a produção mundializada, é a produção sem fronteiras, a instalação de grandes corporações.

Essa internacionalização do capital ocorre para países e áreas com maior facilidade para sua expansão, preferindo-se, assim, localidades em que há

maior receptividade e aceitação das condições de trabalho impostas decorrentes da não organização sindical.

Na atual reorganização da divisão internacional do trabalho, a flexibilização das relações de trabalho é inerente a este processo e leva ao capital a adoção de práticas de expulsão da força de trabalho, que é substituída por processos complexos efetuados por máquinas, ou quando da não possibilidade dessa substituição, há compra de serviços, a terceirização dos mesmos. Tal atitude permite maximizar o lucro com o aumento da rentabilidade e a desobrigação do capital em assegurar condições adequadas de trabalho. Neste movimento de planetarização, de ações extraterritoriais, o capital financeiro circula via sistema virtual, o que dificulta aos Estados controlar os fluxos e as fronteiras.

A lógica capitalista sempre atuou nesta perspectiva, para o autor, não é um fenômeno novo a produção de uma “superpopulação relativa” (exército de reserva), o que altera é o aumento da exclusão. Neste sentido, vive-se numa sociedade estruturada sob a égide do trabalho, mas sem “trabalho”. “O que temos assistido não é exatamente o desaparecimento do trabalho, mas sua mutação.” (LISBOA: 2001 p. 35)

Para este autor, trata-se de repensar o trabalho, a sua centralidade, compreender que não é somente por meio do trabalho que obteremos a dignidade de uma pessoa. Trata-se de entender que o acesso à riqueza não pode estar ligado apenas ao trabalho. “O desafio contemporâneo é superar a sociedade salarial a partir da reinvenção do trabalho, o que aponta para repensar e ampliar o direito do trabalho” (apud CASTEL: 1998). Para tanto, propõe, como resposta a essa conjuntura e esse desafio, a socioeconomia solidária.

Convém ressaltar que Lisboa (2001) tem utilizado a denominação socioeconomia solidária ou economia solidária sem fazer distinção do que diferencia uma ou outra denominação. Para este autor, essa proposição tem sido uma alternativa que aponta novas formas de gestão e tecnologias, com atuação em rede, a partir de organizações associativas e autogestionárias sob controle dos trabalhadores no processo de produção.

Faz, porém, uma ressalva às “pseudocooperativas”, organizadas sob a lógica capitalista, que têm sido utilizadas como forma de terceirização dos serviços e desobrigação das empresas capitalistas para com os direitos do trabalhador.



A socioeconomia solidária por se configurar num outro paradigma de consumo e de produção (alternativo em relação ao atual modelo consumista e produtivista que subordina o trabalho como meio de reprodução do capital), torna-se o eixo de uma nova perspectiva da mudança social, perspectiva na qual a dimensão dos valores [...] tem um papel fundamental (LISBOA: 2001 p. 44).

Para o autor, a solidariedade é o elemento central, cuja identidade solidária será constituída a partir de um processo pedagógico de educação. Considera que as diferentes formas de Economia Popular constituem-se em embriões da Economia Solidária por serem organizadas no trabalho e cooperação. Para tanto, utiliza a interpretação de Razeto (2001) para a Economia Popular, já citada anteriormente neste trabalho.

O que diferencia a socioeconomia solidária do velho cooperativismo baseado na autogestão e na cooperação é a nova estratégia de organização em rede das cadeias produtivas no nível meso e macro. Para tanto, refere-se à cidade ecológica e solidária composta por cidadãos “prossumidores”, aqueles que produzem e, ao mesmo tempo, consomem, “procurando satisfazer as suas necessidades por meio da auto-organização das capacidades pessoais e coletivas de produzir e consumir” (LISBOA: 2001 p. 48).

Dessa forma, considera o autor que:

[...] supera-se aqui a perspectiva de um outro desenvolvimento a partir do poder local e das experiências de autogestão. A economia solidária busca gerar sistemas integradores que agreguem as microexperiências, fortalecendo os contrapoderes que nascem na base da sociedade e que se constituirão na força social capaz de implementar e universalizar uma sociedade solidária. Esse processo de desenvolvimento local solidário pode ser potencializado se estiver apoiado em complexos cooperativos, ou seja, na sinergia de concentrações locais de empreendimentos solidários que atuam em estreita cooperação entre si envolvendo um conjunto de instituições (creditícias; de ensino, pesquisa e desenvolvimento tecnológico; de qualificação profissional; incubadoras, entidades de assessoria ...) (LISBOA: 2001 p. 46).

Considerando que essa proposição traz elementos que extrapolam o mundo do trabalho, a socioeconomia solidária, neste sentido, relativiza a centralidade do trabalho, na medida em que o foco passa a ser a organização social

dos consumidores e cidadãos em geral. Ela parte de uma nova racionalidade, torna-se um meio e não um fim da vida social.

### **3.2.7 Economia do Trabalho**

Coraggio (2003) vê a perspectiva de se “desenvolver uma economia centrada no trabalho para satisfazer as necessidades de todos e mediada por diversas relações de solidariedade” (CORAGGIO: 2003 p. 90).

Ressalta a importância da mudança cultural, pois na atual sociedade estão presentes os comportamentos consumistas e imediatistas que, caso não sejam alterados, reforçarão cada vez mais a exploração do trabalho e a degradação do meio ambiente. O objetivo de superar essas atitudes é que o foco seja voltado à reprodução da vida dos trabalhadores.

Mudar as estruturas do sistema atual a favor das maiorias não se consegue com programas unidimensionais (dar microcrédito ou capacitar em ofícios para ‘reciclar’ os recursos humanos são duas fórmulas prediletas), mas com uma estratégia consistente e apoiada com recursos importantes, que, por sua vez, implicam uma mudança da correlação de forças entre maiorias e as minorias sociais. Elementos tecnológicos econômicos, políticos e culturais devem estar vinculados sinergicamente para potencializar as iniciativas dos trabalhadores, orientando-as para a construção de um sistema de economia como o proposto. E isso exige um estado democrático, participativo, permeado por valores e critérios derivados do objetivo de reprodução ampliada da vida de todos (CORAGGIO: 2003 p. 94).

Para o autor, a economia do trabalho é um contraponto à economia do capital, esta última organizada sob a égide da acumulação do capital, maximização do lucro. No entanto, vincula a economia do trabalho à economia pública, descrevendo-a como aquela que se preocupa com o acesso ao trabalho como condição da qualidade de vida e reprodução ampliada da vida.

A economia do trabalho emergiria da superação da estrutura fragmentária da economia popular, o que para Arruda (2003) ocorreria:

[...] mediante programas destinados a consolidar e estender redes de difusão de informação, de intercâmbio, de cooperação, articulando e redirigindo os nós de pesquisa, capacitação e promoção, unificando ações a partir do Estado e da sociedade, ampliando a capacidade e suas organizações e ações conscientes de massa para exercer poder no mercado e na gestão pública, combinando a solidariedade social com a solidariedade orgânica através de mecanismos semi-automáticos como o mercado regulado e redes de reflexão e ação coletiva, de modo que os desenvolvimentos parciais e as diversas iniciativas autônomas se realimentem (apud CORAGGIO: 2001 p.98).

Portanto, acredita Coraggio (2003) que poderia ser construída uma economia do trabalho com vistas à qualidade de vida, maior justiça e igualdade em que alianças poderiam ser estabelecidas entre os trabalhadores e setores do pequeno e médio capital sob a primazia dos interesses e necessidades dos trabalhadores.

### **3.2.8 Economia da Dádiva**

Lechat e Schiochet (2003), ao abordarem a economia da dádiva, referem-se à necessidade da existência de três elementos: dar, receber e retribuir.

Ela implica a existência de uma economia não mercantil, onde não há fixação de preços nem pagamento em dinheiro. Tampouco se trata de trocas imediatas de objetos ou serviços considerados pelas partes como equivalentes. A dádiva é, ao mesmo tempo, obrigatória e espontânea, gratuita e interessada, incondicional e condicional (LECHAT e SCHIOCHET: 2003 p. 85).

Para os autores, a dádiva expressa-se na solidariedade, mas a economia solidária não é economia da dádiva, que se expressa quando há trocas de experiências entre um grupo e outro, quando há partilha de um grupo para com outro.

A relação estabelecida entre a economia da dádiva e a economia solidária é permeada pelo ato associativo, “entrar em associação é, antes de tudo, doação de si, de seu tempo” (apud CAILLÉ: 1998 p. 75). Para Lechat e Schiochet

(2003), a solidariedade, que deve conter as ações da economia solidária, é expressa na dívida. Assim, a economia da dívida. perpassa pelo conceito da “dívida como toda ação ou prestação realizada sem espera, garantia ou certeza de retribuição, e comportando unicamente por esse fato uma dimensão de gratuidade” (CAILLÉ cit. LECHAT e SCHIOCHET: 2003 p. 85).

### 3.2.9 Economia de Comunhão

Pinheiro (2000) analisa a Economia Solidária pela via da Economia de Comunhão, intitulando-a como uma experiência peculiar de economia solidária. Teve sua origem ligada ao movimento religioso em 1.943, na Itália, liderado por Chiara Lubich, que congregou diferentes tradições cristãs em torno da atividade ecumênica do Movimento Focolares, que se caracterizava nesta união para o alcance de objetivos comuns, principalmente ligados ao campo dos valores e ações relacionadas à questão urbana, agrária, de geração de renda, etc..

No Brasil, essa experiência passou a ter visibilidade a partir do início da década de 1990, impulsionada pelo agravamento da situação de exclusão social. Definiu-se, em 1991, o núcleo central da proposta da Economia de Comunhão, que lançado por Lubich, enfatizava que:

[...] sob o impulso da comunhão de bens, deveriam surgir indústrias, empresas. Empresas de tipos variados, organizadas por pessoas de todo o Brasil. Deveriam nascer sociedades empresariais das quais todos tivessem a possibilidade de participar, ainda que modestamente, mas de forma muito difusa. A gestão dessas empresas ficaria a cargo de pessoas competentes, capazes de fazê-las funcionar com a máxima eficiência e lucratividade. A novidade seria essa: o lucro seria colocado em comum. Deveria nascer assim uma economia de comunhão na liberdade [...]. Queremos que o lucro seja colocado em comunhão livremente. Com qual finalidade ? A mesma das primitivas comunidade cristãs: ajudar os que passam necessidades, oferecendo-lhes condição de melhoria de vida e possibilidade de emprego. Depois, obviamente, incrementar a própria empresa. E, por fim, desenvolver as estruturas desta pequena cidade, visando a formação de homens novos, porque, sem homens novos, não se constrói uma sociedade nova (apud LUBICH: 1991).

Desta forma, este projeto estaria cumprindo três finalidades, como o próprio investimento na atividade produtiva, a formação humana e a “ajuda” às pessoas em situação de pobreza. Para Pinheiro (2000), seu fundamento está na “cultura da partilha”, como renovação das práticas empresariais que têm outros parâmetros para o desenvolvimento de suas ações. Nesta perspectiva, sob um novo agir econômico, a formação humana é entendida como um processo contínuo é imprescindível para que contribua com o pleno desenvolvimento da pessoa humana e alcance a concretização da justiça.

A economia de comunhão, segundo Pinheiro (2000), tem se expandido e perfaz um total de 761 empresas em 40 países, que se situam em 5 continentes, cujo caráter jurídico abrange desde as empresas individuais, sociedades por ações, cooperativas, às que possuem cotas por responsabilidade limitada.

Com o desenvolvimento dessa proposição, foi fato marcante a elaboração da carta de princípios, que ocorreu em 1.997, no Congresso Internacional realizado em Roma. A carta continha os seguintes princípios:

- ao princípio inquestionável da primazia do homem sobre os demais fatores de produção;
  - ao compromisso efetivo com a geração de emprego e de renda a ser realizado, tendo por base a garantia de condições satisfatórias, saudáveis e adequadas de trabalho, favorecedor do desenvolvimento completo e permanente de todos os agentes envolvidos nesse processo;
  - a observância de critérios de cooperação e participação na tomada de decisões sobre a vida da empresa;
  - à defesa do repouso e das férias como elementos inquestionáveis, devendo ser respeitados e facilitados;
  - à realização de horas extras de trabalho como dispositivo a ser evitado, sempre que possível;
  - à preservação do meio ambiente e ao consumo racionado de energia, bem como de todos os demais recursos pertinentes às reservas naturais, medida que se alia às medidas contentoras de desperdício;
  - à implantação de estruturas organizacionais que favoreçam o trabalho em grupo e o crescimento individual e profissional dos agentes produtivos;
  - ao estabelecimento de critérios de seleção de pessoal, o qual deverá levar em consideração não somente a capacidade profissional mas, sobretudo, a adesão do candidato a esses quesitos;
  - à comunicação de experiências, informações e conhecimentos em todas as esferas e em todos os níveis, considerada como componente constituinte e constitutivo da dinâmica de comunhão.
- Nessa ótica as empresas estarão abertas, dentro dos limites, a todas as pessoas que se interessam em conhecê-las (PINHEIRO: 2000 p. 341).

Para Pinheiro (2000), a experiência acumulada de economia de comunhão demonstra a possibilidade de “[...] permanecer no mercado em condições vitais, sem com isso ceder à lógica que o orienta” (PINHEIRO in SINGER e SOUZA: 2000 p. 347).

### **3.2.10 Economia Moral**

Lechat (2003) refere-se, em seu estudo, à Economia Moral e analisa que, até o século XVIII, não havia separação entre o social, o econômico, o político e o religioso, ou seja, entre a economia e a moral. Com o desenvolvimento mercantilista, cada vez mais houve um distanciamento entre esta e aquela. O foco não era a satisfação das necessidades humanas gerais. Cabia ao Estado a responsabilidade do atendimento às necessidades básicas dos pobres para a manutenção da ordem estabelecida.

A evolução de tal sistema, longe de promover a abundância, colocou em risco a sobrevivência humana de milhões de pessoas privadas da satisfação de suas necessidades básicas.

A autora destaca que, nas sociedades primitivas, não havia falta de alimentos e que o dito “progresso”, decorrente da exploração do homem pelo homem, foi realizado em nome dos interesses individuais de acumulação, por meio da separação do social, da cultura e da moral.

Em seu estudo, referindo-se a Thompson (1971), relata que foi ele que, na contemporaneidade, abordou o tema economia moral para demarcar oposição entre dois modelos econômicos – um, que vigorava no pré-capitalismo, cujas relações, estabelecidas tanto no processo de produção, como na comercialização, eram permeadas por regras baseadas nos valores morais, que “[...] apela a uma norma moral – ao que devem ser as obrigações recíprocas dos homens [...]” (LECHAT: 2003 p. 99) e outro, em que não existe qualquer obrigatoriedade dos proprietários e comerciantes com os pobres.

Para a autora, a economia moral surge em oposição à concepção clássica neoliberal econômica como “[...] uma visão consistente de normas e valores que deveriam ser respeitados pela atividade econômica [...]” (LECHAT: 2003 p. 97).

Dessa forma, no âmbito da economia solidária valores como a justiça social, a solidariedade, o respeito à natureza, a socialização de riqueza podem ser considerados, conforme Lechat, como economia moral.

A partir das diferentes abordagens, pretende-se, a seguir, elucidar os principais aspectos elencados pelos diferentes autores, que apontam similaridades e divergências e, por fim, explicitar aqueles adotados neste estudo.

### **3.3 Algumas convergências e controvérsias sobre os diferentes conceitos que envolvem a economia solidária**

A leitura dos diferentes autores citados no presente trabalho permite afirmar que a Economia Solidária traz uma gama de interpretações que, em alguns aspectos, apresenta convergências e, em outros pontos, divergências, mas que, em vários pontos, não são excludentes, mas sim complementares.

Dessa forma, pretende-se analisar, a seguir, os aspectos principais pontuados pelos autores e enfatizar aqueles que são adotados no presente estudo. Partirá, assim, da discussão dos princípios presentes na economia solidária; das suas definições; das diferentes dimensões que a compõem; da perspectiva da organização em rede e o consumo ético, justo e solidário, e, da integração de mercados e da sua relação com o Poder Público na construção da economia solidária.

#### **3.3.1 Princípios**

A referência à Economia Solidária como aquela que se caracteriza por ações que fomentam a solidariedade, cooperação, autogestão, prática democrática é citação mais recorrente entre os autores citados. Aparecem ainda, como princípios, aqueles ligados à reciprocidade, participação, igualitarismo, colaboração, comensalidade, respeito à natureza, liberdade, comunidade, ajuda mútua, justiça social, auto-sustentação, partilha, viabilidade, responsabilidade social,

desenvolvimento humano e mutualismo. Apesar dessa caracterização ter sido expressa de forma mais recorrente nos quatro primeiros itens, percebe-se que são definições não excludentes.

Neste estudo, a opção será pelo enfoque da Economia Solidária relacionada aos princípios da solidariedade, cooperação, autogestão e prática democrática.

A solidariedade é aqui entendida como aquela que se refere ao respeito às diferenças, à co-responsabilidade, à reciprocidade. A cooperação supõe a complementariedade de uns para com os outros, que gera soma e potencialidades, integração e inclusão, é o “trabalhar juntos”, é a existência de regulamentos mutuamente acordados.

A autogestão, conforme aponta Singer (2000), significa a administração pelos próprios trabalhadores integrantes do empreendimento, as decisões são coletivas, as informações importantes são disponibilizadas, o sistema administrativo e contábil são transparentes.

A gestão ou prática democrática corresponde em considerar a decisão tomada de forma coletiva e a experiência de todos os integrantes do empreendimento para contribuir com o processo. Significa oportunizar aos participantes o direito de se sentirem integrantes daquele espaço e, igualmente, poderem decidir sobre seus rumos, a forma de organização, entre outros.

### **3.3.2 Definição da economia solidária**

Quanto à definição da Economia Solidária, tem-se a afirmação de Mance (2001), que a coloca no patamar de uma proposição “pós capitalista”; a de Singer (2000), que aponta a perspectiva de como poderá ser uma “alternativa superior ao capitalismo”; a de Gaiger (2001), que “não é um modo de produção em sentido estrito, mas que incomoda a reprodução do capitalismo”; a de Tiriba (2000), que a aborda como a possibilidade de constituir-se em “embrião de uma nova cultura do trabalho”; a de Coraggio (2003), que se refere à possibilidade de se estabelecer “alianças entre trabalhadores e setores do pequeno e médio capital com primazia dos interesses dos trabalhadores”; e a de Razeto (2001), que a entende



como uma “economia alternativa e não um modelo macroeconômico.”

Percebem-se, também presentes nesse estudo, proposições muito mais ligadas a componentes axiológicos como forma de alterar a grave realidade social vivenciada, o que pode ser verificado na Economia de Comunhão, na qual o enfoque na comunhão e partilha pode se alcançar a justiça social e manter a lucratividade. Outra proposição é aquela baseada na Economia da Dádiva permeada pela gratuidade, doação de si e retribuição. Aqui, vale ressaltar a dimensão restrita que estes conceitos nos apontam para um novo enfoque do trabalho, para uma nova forma de produzir, comercializar e consumir.

Como foco de compreensão do presente trabalho, a Economia Solidária constitui-se como um mecanismo de enfrentamento à pobreza que, baseada nos princípios que a orienta, indica diferenciais em relação a outras proposições, em decorrência da forma de trabalho coletiva que estabelece e no processo de produção, comercialização e consumo. Além disso, concorda-se com a proposição de Singer (2002), na qual este mecanismo pode vir a constituir-se numa nova economia, caso amplie e universalize o acesso às formas de trabalhar e viver cooperativamente e seja capaz de prover o bem-estar do trabalhador por meio de seu trabalho e renda.

### **3.3.3 Dimensão cultural, política, econômica e educativa**

Vale acentuar que Gaiger (2001), Mance (2001), Arruda (2000), Coraggio (2003), Lisboa (2001) e Tiriba (2000) realizam apontamentos com diferentes ênfases, ao abordarem a dimensão cultural, política, econômica, educativa da Economia Solidária.

Concorda-se também com as arguições de Mance (2001) que, ao analisar a dimensão econômica, coloca a necessidade de se estabelecer diagnóstico da demanda de produtos e serviços, dos recursos e empreendimentos disponíveis, análise do potencial de consumo, sistemas de gerenciamento e informação, estratégias de articulação em redes, ou seja, configura-se no estudo da viabilidade do empreendimento e em desenvolver ações internas e de integração que possam dar sustentação ao grupo.

No que diz respeito à dimensão política, trata-se da opção por práticas permeadas por novas posturas, diferentes das que estão vigentes nesse sistema excludente, mas alinhadas pela solidariedade, cooperação e gestão democrática.

Com relação ao aspecto cultural e educativo, entende-se que, para a tomada de decisão nesse processo democrático, há necessidade do acesso às informações, da apropriação de novos conteúdos, da mudança cultural, o que, para tanto, torna-se fundamental o desenvolvimento de um processo educativo.

#### **3.3.4 Organização em rede e o consumo ético, justo e solidário**

Alguns autores como Razeto (2001), Mance (2001), Singer (2002), Arruda (2003) e Lisboa (2001) enfocam a necessidade da implementação de redes de cadeias produtivas, de consumo, comercialização, crédito, serviços para o fortalecimento, crescimento e consolidação dessa proposição. Para tanto, Razeto (2001), Lisboa (2001) e Mance (2001) dão ênfase também à necessidade da mudança do consumo consumista, utilitarista para o consumo ético, justo e solidário.

Entende-se que a articulação dos empreendimentos em rede e a difusão do consumo solidário são imprescindíveis a esse processo de construção da Economia Solidária. A articulação em rede poderá permitir a troca de experiências, a complementariedade das ações de um grupo para outro, o apoio mútuo, o favorecimento da relação direta entre produtor e consumidor, a maior integração, seja por tipo de produção, ou serviços e/ou região. Já o consumo solidário, além de ser incorporado ao cotidiano dos integrantes dos empreendimentos solidários, extrapola este âmbito, o que pode estar presente nas práticas de outras pessoas da comunidade, que, com isso, reforçarão ações diferenciadas de produção, comercialização e consumo.

### **3.3.5 A Integração de Mercados**

Percebe-se, também, algumas divergências entre as leituras de Singer (2002) e Mance (2001). Um dos aspectos abordados por Singer é que o crescimento da Economia Solidária ocorrerá por meio de sua integração em mercados, nos quais competiria com empresas capitalistas e outras e também com outros modos de produção.

Para Mance, trata-se de uma interpretação com equívoco estratégico, pois ao haver o entreapoio entre empresas capitalistas e não capitalistas, o excedente das não capitalistas será apropriado pelas capitalistas. Singer fala da necessidade da competição entre as empresas que praticam economia solidária. Mance contrapõe, com a afirmação de que o crescimento e expansão das empresas solidárias não ocorrerá por meio de competição, e sim, pela avaliação pública dos consumidores.

No presente estudo, parte-se da compreensão de que empreendimentos solidários e empresas capitalistas convivem atualmente num mesmo sistema econômico. Isolar os empreendimentos solidários não significa dotar a economia solidária com mais possibilidades de consolidação e ampliação. Atuar na perspectiva de integrar mercados remete para a inserção, cada vez maior, nessa lógica de mercado vigente, de uma outra forma de organização do trabalho.

### **3.3.6 A Economia Solidária e sua relação com a Política Pública**

Este tópico está posto neste trabalho com o objetivo de situar o leitor sobre o conceito que se considera adequado para análise do desenvolvimento dos grupos de geração de trabalho e renda, bem como os limites e possibilidades da intervenção do Estado no desenvolvimento dos mesmos.

No que diz respeito à intervenção do Estado, Mance (2001) defende a tese de que esta pode impulsionar o desenvolvimento da Economia Solidária, mas não é condição necessária para o seu avanço. Em contraposição, Paul Singer (2002) reconhece a participação do Estado como vetor principal para a economia

solidária, sem a qual poderia ser um paliativo só para amenizar o desemprego e a exclusão social. Mance (2001) cita a posição de Singer:

[...] para enfrentar a política recessiva do plano nacional e lograr uma redução significativa do desemprego a luta pela organização dos excluídos terá que alcançar o plano político. Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas as formas de economia solidária [...] (apud SINGER: 1998 p.9).

Ao entender a importância da luta histórica dos trabalhadores para a conquista dos direitos sociais, o papel e responsabilidade do Estado para com a igualdade de oportunidades, acesso ao trabalho e, com o desenvolvimento social, econômico e político a ser adotado, faz com que a intervenção do Estado na economia solidária seja compreendida como crucial para o seu fortalecimento.

Uma reflexão importante, que deve ser considerada na proposição da Economia Solidária, é quanto aos limites impostos no cotidiano. No âmbito local, desencadeiam-se ações vinculadas a um programa municipal, e, nesse caso específico, pela Prefeitura Municipal de Londrina. Dessa forma, trata-se da questão na esfera local. Ao analisar as regras do processo produtivo, depara-se com a relação estreita e direta à opção macro-econômica vigente no país, no mundo globalizado e neoliberal. Assim, é preciso reconhecer as potencialidades e possibilidades que permeiam esse movimento, mas, ao mesmo tempo, não deixar de considerar os limites que hoje estão postos.

No presente trabalho, adota-se a nomenclatura Economia Solidária, com a compreensão de que esta se constitui foco de análise das outras formas denominações e que estão presentes diferentes dimensões que abarcam este novo enfoque do trabalho, tais como a questão da organização em rede, os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, educacionais, uma nova racionalidade produtiva, além da solidariedade, cooperação e gestão democrática.

A terminologia Economia Solidária utilizada nesse estudo é aquela que vem sendo adotada no programa desenvolvido no município de Londrina, cuja concepção e funcionamento serão detalhados no próximo capítulo.

### **CAPÍTULO III**

#### **4 O PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA EM LONDRINA**

Este capítulo tem como objetivo situar o leitor quanto à implantação do Programa de Economia Solidária em Londrina apresentando a sua configuração, a dinâmica de seu funcionamento, o contexto em que se insere, as linhas de ação adotadas, sua dimensão na esfera local, sua relação no âmbito estadual e nacional.

Para tanto, realiza-se o relato do processo de construção do respectivo Programa com a intenção de que o resgate detalhado resulte na compreensão da multiplicidade e universalidade da experiência profissional vivida e dos próprios grupos de geração de trabalho e renda.

Inicialmente, faz-se importante analisar, ainda que brevemente, a realidade social de Londrina. O município de Londrina vive os reflexos de um processo histórico excludente e enfrenta contradições que apresentam índices significativos demonstrados no quadro de pobreza.

Os dados da estimativa do IBGE (2003) apontam para uma população de 467.334 habitantes (LONDRINA, 2003). Destes, 47.721 pessoas, que equivalem a 8.751 famílias, residem em 59 favelas, assentamentos e ocupações (COHAB, 2003).

O Mapa da Pobreza (Iapar, 2003) aponta para a existência de 28.823 pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, aqui consideradas aquelas que possuem renda per capita de até  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo.

No tocante ao trabalho, a partir dos dados da estimativa do IBGE, 2004, a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Paraná possui um estudo o qual identifica que, das 248.000 pessoas que compõem a População Economicamente Ativa, 108.385 estão empregadas, há aproximadamente 35.000 empresários, 40.000 são profissionais liberais, 16.000 transitam pelo SINE à procura de emprego, o que poderia caracterizar que 48.615 estariam no trabalho informal.

Esse quadro confirma o déficit de empregos e traz demandas sociais, que necessitam ser assumidas como responsabilidade da política pública,

principalmente ligadas à necessidade de se apresentar estratégias de geração de trabalho e renda, as quais alcançaram maior relevância na Prefeitura de Londrina quando da implantação do Programa Londrina Fome Zero em 2003, o qual discorre-se, a seguir, com o intuito de elucidar o seu processo de implantação, as características centrais e os eixos de ação, num dos quais se encontra o Programa de Economia Solidária.

#### **4.1 Programa Londrina Fome Zero**

O Governo Lula, em 2003, preocupado com o enfrentamento da fome, lança o Programa Fome Zero em âmbito nacional. Este Programa, além de abranger ações mais emergenciais, também propõe o desenvolvimento de ações estruturantes que busquem a autonomia das pessoas.

Percebe-se estas duas dimensões na entrevista do então Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA, José Graziano da Silva, concedida à Revista Transformação:

[...] Existem medidas para atender de forma emergencial grupos de pessoas com risco sério de segurança alimentar, ao mesmo tempo em que criamos condições para as pessoas se tornarem cidadãos de fato, buscando por si próprias meios para melhorarem de vida e deixarem de passar fome. E promovendo o desenvolvimento no local onde essas pessoas moram. Faz parte, também do Programa Fome Zero [...], políticas estruturais destinadas a combater as causas da fome, com o incentivo à agricultura familiar, ao microcrédito, ao cooperativismo e o primeiro emprego. Ser assistencialista, na nossa visão, é simplesmente repassar recursos e não ter uma visão educativa e emancipatória, não adotando ações complementares de forma a tornar a família independente do benefício no prazo mais curto possível (REVISTA TRANSFORMAÇÃO: setembro 2003 p. 25 – 26).

O município de Londrina, também administrado por um governo democrático popular, pelo Partido dos Trabalhadores - PT, baseado no Programa Fome Zero e a partir do estabelecimento de suas diretrizes, princípios e orientações, buscou estruturar-se para a viabilização do mesmo nesta cidade.

Com a participação de técnicos de diferentes secretarias municipais,

como a Assistência Social, Agricultura e Abastecimento, Mulher, Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL, Projeto 1000 ONGS, Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina – PROVOPAR – Londrina, elaborou-se a proposta preliminar do Programa Londrina Fome Zero que, após discussões, teve a incorporação das secretarias municipais de Saúde, Educação e Idoso.

Esta proposta passou por um amplo debate envolvendo a participação de diferentes segmentos da sociedade civil, com a realização de uma audiência pública na Câmara de Vereadores, proposta pela vereadora do PT, Márcia Helena Carvalho Lopes, realizada em abril de 2003, e de uma reunião com os conselhos municipais de Assistência Social, dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da Criança e do Adolescente, do Idoso, Educação e Saúde, ocorrida no dia 5 de maio de 2003.

Algumas ações, que já haviam sido iniciadas em 2001, foram incorporadas de forma mais articulada com outras políticas públicas no Programa Londrina Fome Zero, como o Renda Mínima. O cupom de alimentação, atividade integrante do eixo das Ações de Combate à Fome, teve início efetivo em julho de 2003, entre outras atividades que foram desencadeadas. No entanto, o lançamento oficial do Programa ocorreu no dia 24 de outubro de 2003, com a presença do Ministro de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano.

O Programa Londrina Fome Zero possui como características centrais:

- programa intersetorial, isto é, propõe-se a intervir de forma multi e interdisciplinar, com o envolvimento das diferentes políticas setoriais: educação, saúde, agricultura e abastecimento, assistência social, mulher, idoso e desenvolvimento;
- interligação entre a sociedade civil e o poder público, por meio da articulação de proposições da sociedade civil organizada que estejam em execução;
- controle social, que pode ser exercido por meio da instituição do Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero, composto por representantes da sociedade civil e do poder público, que possuem como atribuição o acompanhamento, a fiscalização, a deliberação de ações que possam ampliar o âmbito de atuação do respectivo Programa;
- estímulo ao desenvolvimento das potencialidades do usuário/a do Programa visando a sua autonomia e de sua família, característica esta que deve

permeiar os quatro eixos do programa, o que pode ser viabilizado por diferentes ações de apoio sócio-familiar.

O programa tem por objetivo promover e otimizar ações de atendimento das necessidades sociais básicas e de segurança alimentar dos cidadãos e cidadãs que estão em situação de risco social, primando pelo atendimento descentralizado com vistas à melhoria da qualidade de vida e inserção nas políticas públicas, em conformidade com a promoção e garantia dos direitos sociais.

Fica explícita, na proposta do Programa Londrina Fome Zero, a pretensão de se desencadear, reforçar, reafirmar e implementar ações que consolidem o protagonismo dos cidadãos e cidadãs envolvidos/das e potencializem as capacidades individuais e coletivas com o intuito de alcançar a autonomia e o empoderamento destes.

Dessa forma, é explicitado no Programa que:

[...] já vencemos as explicações referentes às causas da pobreza desvinculadas de aspectos econômicos, sociais e políticos. A pobreza está diretamente vinculada à inclusão ou não [...] ao trabalho, uma visão de integração, de participação no usufruto do que é socialmente produzido. A desigualdade gerada nesta dimensão estrutural não pode e nem será combatida única e exclusivamente pelas políticas sociais de forma isolada, mas sim pela construção de um modelo econômico igualitário [...]. Porém, a construção deste novo modelo não pode desconsiderar a necessidade de implementarmos um conjunto de ações articuladas que possibilitem a busca da recuperação das perdas de capacidades advindas da condição de pobreza. Perdas estas que, no cotidiano da população, significam a perda da capacidade laboral, perda da capacidade de participação, perda da saúde, da formação intelectual, da auto-estima e muitas outras (PROPOSTA DO PROGRAMA LONDRINA FOME – ZERO: 2003).

Considerando que há diferentes formas de se trabalhar com as perdas e o desenvolvimento de novas capacidades nas ações emergenciais e naquelas mais estruturantes para o alcance dos objetivos propostos, o Programa estrutura-se em eixos de ação baseados, além das diretrizes nacionais, na realidade e especificidade do município, implementando, ampliando e implantando ações que contenham os quatro eixos: 1) Ações de Combate à Fome, 2) Abastecimento Alimentar, 3) Renda Mínima e 4) Geração de Renda e Capacitação Profissional.



1º Eixo: Ações de Combate à Fome – incluem ações de caráter emergencial que visem amenizar a fome, estando atualmente em funcionamento o cupom de alimentação, as cestas básicas e a merenda escolar. O cupom de alimentação consiste na distribuição de um cupom mensal no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) às famílias cadastradas no programa, que pode ser trocado nos mercados da periferia, de livre escolha do usuário/a, desde que estejam credenciados no Programa. Essa troca pode ser efetivada por diferentes produtos/itens de necessidade apresentada pela família, excetuando-se bebida alcoólica e cigarro. Essa alternativa junto aos mercados tem por objetivo incentivar os pequenos mercados da periferia, além de estimular que estes adquiram produtos provenientes de grupos de geração de renda existentes na localidade e da agricultura familiar. As cestas básicas são distribuídas em caráter emergencial e temporário para situações que envolvam doença, desnutrição e outras que caracterizem risco social. A merenda escolar é aquela distribuída às crianças e adolescentes na rede não governamental de educação infantil e rede pública de educação infantil e ensino fundamental. Faz-se importante destacar que as duas primeiras modalidades estão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social e a terceira afeta à Secretaria Municipal de Educação.

2º Eixo: Abastecimento Alimentar – envolve ações que facilitem o acesso da população em situação de pobreza aos alimentos procedentes da agricultura familiar ou mesmo produzidos pelas famílias participantes do Programa. Essas ações são realizadas por meio das feiras descentralizadas que ocorrem em diferentes pontos da cidade e de feiras que valorizam o produto da época, da disponibilização de um ônibus adaptado “Mercadão Popular”, que percorre os bairros da zona urbana e rural, levando alimentos e outros produtos de consumo básico com calendário pré-fixado. A compra pode ser em dinheiro ou com tíquete específico, naqueles locais em que não foi possível implantar o cupom de alimentação, devido à inexistência de mercado próximo que apresentasse possibilidade de credenciamento para a modalidade de cupom de alimentação.

Além disso, outra forma de facilitar o acesso aos alimentos ocorre por meio do incentivo e implementação das hortas caseiras e comunitárias. As famílias beneficiadas com o cupom de alimentação, cesta básica e outros são orientadas quanto à importância da presença de verduras e legumes na alimentação. A orientação é realizada nas reuniões já pré-agendadas, que trabalham

com o apoio sócio-familiar, ocorrendo aulas teóricas e práticas e, dentre os participantes, cada grupo elege seus monitores, que, por sua vez, recebem também orientação de um profissional da área.

Este eixo, devido a sua característica, encontra-se sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

3º Eixo: Renda Mínima – foi implantado em 2001 e atualmente congrega seis modalidades de “bolsas”: Bolsa Escola Municipal, destinada às famílias que possuem sob sua responsabilidade crianças e adolescentes que estejam entre 6 e 15 anos de idade e que tenham renda per capita de até ½ salário mínimo; Bolsa Auxílio para Moradores de Rua, que contempla moradores de rua que se encontram em situação de risco social, com perspectivas de serem inseridos em diversos programas de diferentes áreas que atendam suas necessidades, tais como educação, capacitação profissional, saúde, etc.; Bolsa Auxílio para Adolescentes, destinada a adolescentes, oportunizando o acesso a ações que dêem suporte a sua formação para o trabalho, assim como possibilitando que os mesmos retornem ou continuem na escola, além de atividades esportivas e culturais; Bolsa Auxílio para Pessoa com Deficiência, destinada ao público que corresponda ao critério de ter sob sua responsabilidade ou ser pessoa com deficiência e que possua necessidade de cuidados especiais; Bolsa Auxílio para Pessoa Idosa, dirigida àqueles que correspondem ao critério de ter sob sua responsabilidade ou ser pessoa idosa e que possua necessidade de cuidados especiais; Bolsa Família Acolhedora, atribuída a famílias que tenham sob sua responsabilidade crianças e adolescentes cujos pais ou responsáveis estejam temporariamente impedidos de cuidar de seus filhos.

Os usuários deste programa recebem um cartão bancário que corresponde ao valor de R\$ 100,00 (cem reais) por mês, exceto a modalidade de Bolsa Auxílio para Adolescente, que corresponde a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

4º Eixo: Geração de Renda e Capacitação Profissional – atua em duas perspectivas, aquela em que busca responder a uma demanda do mercado formal de trabalho, considerando assim, as necessidades por capacitação profissional, ação esta desencadeada em conjunto com o Sistema Nacional de Emprego - SINE, Sindicatos Patronais e de Trabalhadores; e, na perspectiva de fortalecimento e consolidação dos grupos de geração de trabalho e renda, com vistas a sua autonomia por meio do Programa de Economia Solidária.

Faz-se importante ressaltar que o público atendido com o cupom de

alimentação , cesta básica, renda mínima, além do subsídio financeiro, participa de atividades de apoio sócio-familiar. Estas atividades estão relacionadas a ações tanto individuais, familiares, quanto grupais. As individuais/familiares destinam-se a atender situações específicas que podem estar relacionadas a outros suportes necessários, sejam nas áreas de educação (ex. alfabetização de adultos), saúde (ex. drogadição, desnutrição), mulher (ex. mulher vítima de violência), entre outras. As atividades grupais têm procurado, de forma coletiva, propiciar debates acerca de temas relacionados ao cotidiano das pessoas e que contribuam para o resgate da auto-estima, na medida em que se sentem partícipes de um processo, que tenham acesso à informação, à participação política, ao reconhecimento das necessidades sociais coletivas, ao reconhecimento do pertencimento a uma comunidade, ao reconhecimento de sua potencialidade e capacidade, assim como de sua capacidade laborativa.

Dessa forma, os 4 eixos do Programa Londrina Fome Zero se entrelaçam, um complementando a ação do outro, um mesmo público pode, diante de suas especificidades e necessidades, estar inserido em diferentes ações que vão daquelas mais emergenciais até as mais estruturantes.

Tem-se chamado de estruturante aquelas que podem trazer maior independência e autonomia e que estão ligadas principalmente à geração de trabalho e renda.

Um outro aspecto importante a ser reforçado é a gestão do Programa Londrina Fome Zero, que ocorre por meio de equipes técnicas de cada eixo e modalidades, alocadas nas várias secretarias envolvidas , assim como o Comitê Executivo, que é composto por representantes dos diferentes setores, que tem a responsabilidade de coordenar a operacionalização. Atualmente, este Comitê é composto por técnicos das Secretarias Municipais, Companhia de Desenvolvimento e PROVOPAR – Londrina; e, ainda, na gestão, tem-se o Comitê Gestor, órgão composto por 22 representantes da sociedade civil e 9 pessoas do Poder Público, que possui como competência propor, acompanhar, fiscalizar, articular as ações desenvolvidas e a serem desenvolvidas, e atuar ainda na captação de recursos.

Com a explanação sobre o Programa Londrina Fome Zero, objetivou-se demonstrar a sua formatação geral para facilitar a compreensão do leitor quanto às suas ações e sua relação com o Programa de Economia Solidária, o

qual se discorre a seguir.

## **4.2 O Programa de Economia Solidária em Londrina**

Pretende-se, aqui, detalhar o processo de implantação do respectivo Programa, elencar seus eixos e linhas de ação, assim como relacionar a experiência local com os acontecimentos no âmbito estadual e nacional.

O marco inicial do Programa de Economia Solidária foi a realização do I Encontro de Economia Solidária em Londrina, no dia 29 de agosto de 2002, que contou com a participação de Euclides Mance, o qual proferiu palestra sobre “Redes de Economia Solidária” e “Economia Solidária: Sociedade Civil e Poder Público”, e Dalila Maria Pedrini, que abordou o tema “Gestão Cooperativa: Relato da Experiência da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Regional de Blumenau”. O evento contou com a participação de aproximadamente 172 pessoas.

Na ocasião, Mance reuniu-se com técnicos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento, CODEL para discutir a realidade de Londrina e o seu potencial para o desenvolvimento da Economia Solidária.

Identificou-se, ainda, por meio de consulta a diferentes Secretarias, a existência de grupos de geração de renda que, de uma forma ou outra, recebiam algum tipo de apoio, o qual ocorria através das Secretarias da Mulher, Assistência Social e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização – CMTU.

Havia 26 grupos classificados como organizações não governamentais trabalhando com resíduos sólidos, com apoio da CMTU; 2 com apoio da Secretaria Municipal da Mulher; 8 com apoio da Secretaria Municipal de Assistência Social, dos quais 3 também estavam vinculados à CMTU e 1 à Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. À época, algumas perspectivas eram apontadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social para a implantação de mais 15 grupos de geração de renda.

Percebeu-se, tanto nos grupos em funcionamento, como naqueles que teriam possibilidade de se estruturar, que a produção era direcionada a produtos

nas áreas da alimentação, artesanato, higiene e limpeza, hortaliças, reciclagem de resíduos sólidos.

Na reunião realizada em 30 de agosto de 2002, com Mance, foram elencadas as seguintes proposições:

- mapeamento do consumo atual da rede de serviços em geral, como forma de identificar o que representa necessidade que poderá ser suprida por grupos de produção;

- viabilização de assessoria técnica que contribua na orientação quanto às estruturas formais e legais a serem viabilizadas (ex. organizações cooperativas, associativas, micro empresariais, etc.);

- viabilização de formas e estratégias legais que permitam a prestação de contas de aquisição de produtos da Economia Solidária junto ao Poder Público;

- gestão, junto à universidade, para a formação de grupos técnicos de assessoramento e desenvolvimento da proposta de incubação;

- organização de um Fórum Municipal para que se discuta e desenvolva a idéia de rede e o estabelecimento de critérios de avaliação de empreendimentos solidários;

- mapeamento regionalizado da produção, do consumo produtivo no sentido de promover o cruzamento entre o que se produz e o que se consome no município como um todo e nas regiões;

- identificação, nas comunidades, de espaços públicos (escolas, instituições, igrejas, etc.), potenciais locais e estruturas para divulgação do consumo solidário;

- viabilização de discussões e seminário nas comunidades para avaliar possibilidades de ações de Economia Solidária;

- capacitação das equipes para assessoria;

- proposta de legislação municipal que contribua com o processo de Economia Solidária (tributos municipais, etc.);

- envolvimento da Educação tanto no que se refere à discussão com os alunos, quanto com a organização do consumo junto às Associações de Pais e Mestres;

- integração da população inserida nos programas de renda mínima;

- instituição de (comissão ) gestora interdisciplinar e intersetorial;

- reformatação dos programas municipais em desenvolvimento para que se estruturam dentro da proposta da Economia Solidária;
- identificação de locais de concentração de trabalhadores para instituição de processos de compra programada (encomendas);
- definição de logomarca para identificação dos empreendimentos solidários;
- estrutura de comercialização dos produtos advindos da Economia Solidária;
- inserção do município e das ações já realizadas no Portal Paranaense da Economia Solidária;
- análise da possibilidade de implantação de “Clubes de Troca” com moeda social.

Observa-se, pelas propostas arroladas, que o desenvolvimento da Economia Solidária envolve um rol de elementos necessários a sua formação e execução no âmbito da ação pública, dos empreendimentos solidários e da comunidade. Assim, práticas isoladas devem ser repensadas e as atividades executadas articuladamente; o tema é dotado de uma transversalidade e pode ser incorporado tanto nas ações finalísticas do Poder Público, como nos serviços meio; requer infra-estrutura de pessoal, física, material e equipamento para o processo de produção, comercialização e consumo; exige a incorporação de uma nova cultura de trabalho; a absorção de uma outra forma de consumo; a participação de diferentes atores na construção deste processo; e no conhecimento da realidade local e na valorização do potencial produtivo de cada território.

A partir das proposições definidas com Mance, uma comissão, composta por técnicos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Agricultura e Abastecimento, CODEL, Projeto 1000 ONGS, responsabilizou-se pela construção de um projeto de Economia Solidária em Londrina que incorporou, em 2003, um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero.

As propostas contidas no Programa de Economia Solidária são:

- Compras Coletivas: consiste em apoiar e incentivar os grupos de geração de renda a adquirirem insumos para a produção, de forma coletiva, para que possa baratear o custo e melhorar a qualidade. Essa prática contribui para a difusão do conceito da Economia Solidária, fortalecimento da rede de produção e consumo solidários e o fomento a grupos para produção de insumos necessários já

utilizados na cadeia produtiva;

- Incubadora Solidária – INSOL: constitui-se não enquanto espaço físico de incubagem para produção, mas enquanto apoio, orientação, acompanhamento e assessoria aos grupos de geração de renda, ocorrendo dentro do espaço próprio já utilizado para a produção ou, em certos momentos, em espaços da comunidade local/regional e/ou central, conforme a necessidade apresentada, o que pode ser específica a um grupo ou comum aos vários empreendimentos;

- Grupo de Consumo Solidário: caracteriza-se pelo desenvolvimento de ações que estimulem a formação de grupos de consumo solidário, a partir de locais estratégicos com concentração de pessoas num mesmo lugar, o que se configura em espaços religiosos, de trabalho, de lazer, entre outros. A constituição de grupos de consumo solidário permite às pessoas adquirirem, de forma sistemática, produtos advindos de empreendimentos solidários, produzidos não sob a ótica da exploração do trabalho alheio, mas como resultado de uma produção coletiva;

- Estímulo para o consumo solidário: consiste em desenvolver e viabilizar estratégias para difundir a economia solidária, objetivando gerar o estímulo para o consumo solidário. Significa que, além de inserir a Economia Solidária na agenda pública, ela deve estar presente na agenda comunitária e política. Isso requer um esforço que possa mobilizar a sociedade londrinense por meio de feiras municipais, feiras descentralizadas, eventos de formação, entre outros, assim como o estabelecimento de mecanismos que propiciem aos segmentos estratégicos, como escolas, centros de educação infantil, etc., adquirirem produtos advindos da Economia Solidária;

- Cooperativa de Crédito Solidário: configura-se enquanto uma estratégia de organização dos produtores rurais familiares em sistema de cooperativa de crédito, visando à melhoria das condições de trabalho e vida do agricultor familiar e de sua família. Essa proposição possibilita a permanência do homem/mulher rural no campo, facilitando o acesso ao crédito que responda de forma adequada às suas necessidades e possibilidades. Esta ação, pelo público alvo atendido, recebe acompanhamento direto da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento. Diante disso, não será objetivo, nesse estudo, desenvolver um processo de reflexão sobre esta ação específica.

Com relação à gestão do Programa, há uma equipe que compõe o

Comitê Executivo do Programa Londrina Fome Zero, responsável por operacionalizar algumas ações da Economia Solidária, e dele participam representantes das Secretarias Municipais de Assistência Social, Mulher, Idoso, Companhia de Desenvolvimento de Londrina - CODEL e Programa do Voluntariado Paranaense de Londrina - PROVOPAR - Londrina, além de alguns representantes do Comitê Gestor deste Programa, que estão mais envolvidos com este eixo, que são os representantes da Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Caixa Econômica Federal - CAIXA, Cáritas Arquidiocesana de Londrina e Pastoral da Criança.

A Secretaria Municipal de Assistência Social designou uma equipe de técnicos para atuarem exclusivamente nesta ação. A equipe é composta por dois assistentes sociais e um instrutor de artesanato. Além destes, o programa conta com contribuições de três profissionais que não têm dedicação exclusiva, um engenheiro agrônomo (PROVOPAR – Londrina), uma assistente social (Secretaria Municipal de Assistência Social) e uma artesã, e ainda, com estagiários das áreas de Serviço Social (um), Psicologia (dois) e Administração (três).

Assumem, também, um papel importante junto aos grupos de geração de renda os técnicos dos Centros Regionais de Assistência Social – CRAS, localizados em diferentes regiões, nos quais se encontram os grupos de geração de renda. Cada CRAS designa um assistente social de referência para este trabalho de apoio e acompanhamento dos grupos.

No entanto, para a viabilização da proposta do Programa de Economia Solidária, entendia-se, como necessário, um conhecimento mais detalhado dos grupos de geração de trabalho e renda existentes no município de Londrina, para o qual, em maio de 2003, iniciou-se a parceria com a Universidade Estadual de Londrina - UEL, por meio da Pró-Reitoria de Extensão à Comunidade, com a participação da área de Administração e a equipe do Programa Londrina Fome Zero, para a construção de um instrumento de mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda.

A estratégia utilizada para a realização do mapeamento dos grupos de geração de trabalho e renda foi contemplar diferentes objetivos para um mesmo momento, ou seja, a realização de um evento formativo, informativo, de troca de experiência, que pudesse, concomitantemente, mapear os grupos presentes. A



primeira parte do mapeamento foi preenchida neste evento com o objetivo de identificar os grupos, número de participantes, tipo de produção, endereço para contato, local de produção, maiores dificuldades, escolaridade dos membros, cursos já efetuados pelos participantes e existência ou não de documentação do grupo.

Nesse sentido, no dia 11 de setembro de 2003, realizou-se o “Encontro de Geração de Renda e Economia Solidária”, no auditório do Instituto Filadélfia, com a palestrante Sandra Magalhães, do Banco Palmas, de Fortaleza – Ceará. Houve a participação de aproximadamente 300 pessoas, que tiveram a oportunidade de debater a experiência lá desenvolvida com Crédito Solidário; Cartão de Crédito Solidário; mapeamento do Consumo da Comunidade, com vistas a subsidiar a implantação de novos empreendimentos solidários; Moeda Solidária própria. Na ocasião, identificaram-se 69 grupos que estavam em funcionamento ou com potencial de se estruturar para a atividade de geração de renda.

A atividade de mapeamento não ocorreu de forma isolada, somaram-se a ela outras atividades anteriormente e/ou posteriormente desencadeadas pelas 3 linhas de ação do Programa de Economia Solidária: o apoio financeiro aos grupos de geração de trabalho e renda; a capacitação conceitual, técnica e de gestão e o apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

A primeira linha é operacionalizada por meio de repasse de materiais e não de recursos financeiros. O apoio financeiro, por meio de repasse direto, constitui-se um impeditivo legal. É importante mencionar que o orçamento utilizado para esta ação vem do tesouro municipal, em especial da política pública de Assistência Social, cujos recursos estão alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, na área de enfrentamento à pobreza. A sua aplicação é deliberada pelo Conselho Municipal de Assistência Social. Parte do recurso é repassada ao PROVOPAR – Londrina, cuja previsão de gastos é com materiais de consumo.

Para o fomento, estabeleceu-se uma data para apresentação de projetos que constem de justificativa, objetivos, característica e quantidade do público-alvo envolvido, histórico do grupo, recurso solicitado e recurso existente.

Aqui se situa um dos limites para o apoio aos grupos de geração de trabalho e renda, que é o fomento restrito aos materiais de consumo. Dessa forma, aqueles grupos que necessitam de bens duráveis precisam buscar outras alternativas para aquisição dos mesmos. Por outro lado, as formas de crédito

estabelecidas, muitas vezes, não correspondem à realidade dos grupos, no que se refere aos critérios de elegibilidade e o percentual de juros praticados. O Estado, compreendido como o guardião dos interesses públicos, assume, nesta linha, um papel preponderante, que é o de encontrar mecanismos que possam viabilizar, por meio de um marco regulatório, a acessibilidade dessa população às diferentes formas de crédito.

Esta linha de ação foi realizada somente no final do ano de 2003, e os projetos enviados tiveram análise da equipe técnica do Programa e de representantes, eleitos nas regiões, que compunham os Núcleos Regionais de Economia Solidária – NESOLs. Estes constituem-se enquanto estratégia da terceira linha de ação, isto é, do apoio à formação da rede.

O desencadeamento dessa forma de análise dos projetos procurava primar por um processo de construção em que estivessem presentes o caráter e exercício democrático e de respeito à realidade e especificidade local com a participação de organizações representativas da comunidade e dos próprios participantes dos grupos de geração de trabalho e renda.

Foram estabelecidos critérios de análise, como o valor solicitado em relação ao número de pessoas envolvidas, a possibilidade de autonomia do grupo a partir desse fomento, as condições já existentes para o funcionamento do grupo, o tipo de produto a ser produzido em relação ao seu uso na própria comunidade e o montante solicitado, considerando que todas as regiões deveriam ser contempladas.

Para 39 grupos, foram apreciados 42 projetos os quais envolviam 359 pessoas, assim distribuídos pelas regiões: zona rural – 8 projetos, 7 grupos com 134 pessoas; zona norte – 12 projetos, 12 grupos com 106 pessoas; zona oeste – 4 projetos, 4 grupos com 28 pessoas; zona sul – 9 projetos, 9 grupos com 52 pessoas e zona leste – 9 projetos, 7 grupos com 39 pessoas.

As experiências do fomento espalhadas pelo Brasil, em geral, ocorrem por meio do acesso ao crédito solidário, que estabelece mecanismos mais facilitadores, critérios menos exigentes e juros bem mais baixos dos que aqueles praticados pelos agentes financiadores.

Por outro lado, há aquele público que sempre esteve despojado de todas as possibilidades de acreditar e desenvolver o seu potencial e a sua capacidade e que, mesmo assim, não conseguiu acessar o micro-crédito solidário.

Para esse público, considera-se necessária uma outra forma de

acesso e apoios concretos e materiais, com ações de apoio sócio-familiar que objetivem alcançar o protagonismo e a autonomia dessas pessoas. Significa investir material e subjetivamente em potencializar homens e mulheres, significa compreender essas ações enquanto integrantes de uma política pública, política de direito.

Entende-se que o fomento adotado pelo Programa de Economia Solidária de Londrina está organizado sob as bases do investimento social. A partir dessa ótica, supõe uma contrapartida solidária por parte do grupo. Na contrapartida solidária, do valor total do apoio, 10% é revertido em produtos que podem atender instituições assistenciais da comunidade e outros, ou 30% em serviços, isto é, a habilidade do fazer daquele grupo pode ser repassada a outro grupo ou pessoas. O tempo estabelecido para a contrapartida depende do desenvolvimento de cada grupo, o que varia de 3 meses a 1 ano, podendo ser estendido esse tempo, a partir da avaliação conjunta entre técnicos e o próprio grupo.

O estabelecimento da contrapartida, em qualquer modalidade de programa, é algo que está cercado de controvérsias e divergências. De um lado, estão aqueles que, compreendendo a inserção no programa como uma questão de direito, questionam o porquê da contrapartida. De outro, há aqueles que consideram a ausência desta como paternalismo.

Trata-se de uma política de direitos, na qual a contrapartida oportuniza que as pessoas experienciem práticas até então não possíveis ou com dificuldades de se concretizar. Práticas em que estejam presentes o princípio da divisão de saberes, da troca de experiências, da solidariedade, da cooperação, de propiciar ao outro o resultado de sua capacidade criativa de produção.

Para ilustrar a contrapartida solidária, têm-se duas experiências. Em uma delas, um grupo confeccionou os aventais utilizados nas Feiras Municipais de Geração de Renda e Economia Solidária - FEISOL e, em outra, houve a divisão do conhecimento da técnica de produção de materiais de higiene e limpeza com um grupo de jovens que estavam em tratamento, devido ao uso de substâncias psicoativas.

A segunda linha de ação do programa, que é a capacitação técnica, de gestão e conceitual, busca, por meio dessas três dimensões, a implementação de ações qualitativas e quantitativas mais ampliadas no campo da Economia Solidária.

A capacitação técnica tem por objetivo a qualificação e o

aperfeiçoamento do fazer, o que inclui novas técnicas e o próprio desenvolvimento da capacidade criativa das pessoas.

A capacitação de gestão envolve os processos de gestão inerentes a todos os empreendimentos solidários, como controle de estoque, pedidos, gasto, comercialização, documentação, entre outros; processos estes que permitam a transparência das informações a todos os membros do grupo e que possam subsidiar o planejamento das ações e o controle coletivo.

Na capacitação conceitual, são trabalhados elementos presentes na Economia Solidária, que a diferenciam de uma prática excludente, cujo processo ocorre em discussões mais ampliadas, entre grupos, assim como no cotidiano dos grupos.

Esta capacitação também tem sido viabilizada por meio de visita in loco a experiências, como a COPAVI – Cooperativa do Movimento Sem-Terra, em Paranacity, no Paraná, ocorrida em 1 de dezembro de 2003, que contou com a presença dos participantes dos grupos de geração de renda, técnicos e membros do Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero.

Na visita, que se constituiu de palestra sobre o Movimento Sem-Terra, a forma de organização da COPAVI e visita às atividades lá desenvolvidas, foram levantados alguns itens observados pelo grupo de visitantes: qualidade de vida, considerando o não uso de agrotóxicos e ração de engorda para os animais, cuja carne é consumida pelas famílias do assentamento; almoço coletivo, que permite fortalecer vínculos e trocas entre os assentados; decisões tomadas de forma coletiva; divisão da renda de forma igualitária, independente do tipo de atividade; confiança mútua, inclusive com as pessoas que vêm de fora, o que foi percebido com a compra de alguns produtos por parte dos visitantes, sem estabelecimento de controle para pagamento dos produtos por parte dos assentados que os receberam.

Na capacitação conceitual, outra ação desenvolvida, a qual pretendeu desencadear a definição de objetivos comuns intra grupo e entre grupos, foi a vivência de um processo de planejamento grupal e com os Núcleos Regionais de Economia Solidária, que pudesse apontar, a partir da realidade e especificidade de cada grupo e região, mecanismos para o fortalecimento e consolidação da economia solidária.

Soma-se a esta outra atividade programada em conjunto com a

Pastoral da Criança, EMBRAPA, PROVOPAR –Londrina e Cáritas, que foi a realização do “Encontro de Economia Solidária – Um caminho para a Cidadania”, com o palestrante Ademar Bertucci, da Cáritas Brasileira, no dia 26 de abril de 2004, com o objetivo de trabalhar o conceito de Economia Solidária, propiciar a troca de experiência e a perspectiva da ação em rede.

Esse evento, além da palestra, contou com oficinas e uma delas referiu-se à discussão dos diferentes atores envolvidos na Economia Solidária e à organização em rede, o que apontou para a necessidade de melhor articulação . Uma das formas de explicitação das reflexões foi a identificação das várias células que compõem este movimento, mas ainda precisa-se avançar na integração destas células.

Convém ressaltar que as linhas de ação do Programa são definidas para fins de melhor elucidação do processo, mas elas acontecem ora concomitante, ora separadamente, ora se entrecruzam.

Assim, a terceira linha de ação, que é a de apoio à construção da rede solidária de produção, comercialização e consumo, tem sido explicitada com algumas atividades, como a que se realizou em junho de 2003, como forma de pautar a discussão da Economia Solidária de modo descentralizado, ocasião em que se iniciaram os debates regionalizados em Londrina, na zona rural e na zona urbana.

Participaram dessas discussões, na zona norte, leste, oeste, sul e rural, representantes de grupos de geração de renda, agentes comunitários de saúde, representantes de escolas, líderes comunitários de associações de moradores e associações de mulheres, representantes dos vicentinos (movimento ligado à igreja católica), pastoral da criança, entre outros, conforme a realidade de cada local.

Nessas reuniões, discutia-se a realidade da região com relação aos grupos de geração de renda, às dificuldades encontradas e suas potencialidades, a partir de um processo coletivo de organização. As reflexões contemplavam os princípios, valores e prática em vigor no sistema excludente em que vivemos, sob a égide da capitalismo e o contraponto que pode ser estabelecido com a economia solidária.

Para ilustrar os conteúdos trabalhados nos grupos, tomam-se, como exemplo, as questões abordadas na reunião da região sul, em 24 de julho de 2003.

Foi utilizada uma dinâmica, na qual os participantes elencavam quais as características e os valores disseminados em nossa sociedade: lucro, exploração da mão-de-obra, massacre das pequenas empresas, competição, lucro nas mãos de alguns, privilégios e sonegação de impostos, falta de investimento humano, individualismo, expansão do capital, distribuição injusta da renda, contratos de trabalho injustos (desproteção do trabalhador).

Em contraposição, ao abordar a questão da solidariedade, presente na prática da Economia Solidária, em um empreendimento solidário, eram explicitados os seguintes aspectos: união, doação, respeito mútuo, apoio mútuo, coletivo, respeito aos diferentes saberes (troca de experiência), igualdade social, distribuição de renda justa, comunicação e informação.

Como resultado da dinâmica, verifica-se que a geração de trabalho e renda, na perspectiva da Economia Solidária, incorpora diversos elementos até hoje não presentes nas ações desenvolvidas:

- atualmente não se conhecem nem os grupos existentes na região, o que dificulta qualquer tipo de integração das ações, apontando, assim, para a necessidade de constituir mecanismos que possibilitem esse conhecimento e articulação;
- buscar gerar renda e distribuir renda de forma mais justa, discutindo e decidindo juntos;
- estímulo ao consumo dos produtos na própria comunidade, vencendo os preconceitos internos que acontecem nos bairros;
- estímulo ao consumo solidário dos integrantes dos programas assistenciais, a exemplo do renda mínima;
- organização coletiva na região de espaços conjuntos para comercialização.

Para discutir, pensar, organizar, fortalecer e consolidar o processo local, estruturou-se uma comissão regional composta por representantes dos diferentes segmentos presentes, a qual foi denominada de Núcleo Regional de Economia Solidária – NESOL.

Esse processo foi desencadeado em todas as regiões, o que culminou na organização desses núcleos locais.

Durante esse trabalho, outro aspecto que chamou a atenção foi a discussão provocada pelos representantes da zona rural que, por meio de uma outra

dinâmica, referiram-se à seguinte frase: “todos nós somos especiais”. Na interpretação da frase, ficou explícito que o grupo demonstrou que, no atual sistema excludente em que vivemos, é vedada a oportunidade igualitária de todos desenvolverem a sua capacidade; ao invés de se sentirem capazes e especiais, sentem-se incapazes. Contrariamente a isso, a economia solidária proporciona o estímulo ao desenvolvimento das potencialidades de cada um, a partir de diferentes saberes e experiências.

As reuniões que se sucederam nos Núcleos Regionais de Economia Solidária – NESOL, objetivaram construir, de forma coletiva, o pacto intra e entre grupos, isto é, identificar e acordar os indicativos imprescindíveis no trabalho da geração de renda na perspectiva da economia solidária.

Os itens levantados pelos grupos contêm elementos de gestão democrática, solidariedade e cooperação, dentre eles, podemos citar:

- decisão coletiva do que produzir, como produzir, como comercializar;
- respeito mútuo;
- divisão igualitária de renda;
- possibilidade de diálogo para todos os participantes do grupo;
- consumo para uso familiar e grupal, dos produtos dos outros grupos de geração de renda;

Tem-se a avaliação que esse processo de constituição dos núcleos Regionais de Economia Solidária, assim como da construção do pacto intra e entre grupos, não está totalmente incorporado e legitimado pelos grupos.

O apoio à constituição da rede também ocorreu com a participação dos grupos de geração de renda e técnicos em eventos de âmbito estadual e nacional, a exemplo do Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado em Maringá entre 21 a 23 de novembro de 2003; do I Encontro Estadual de Empreendedores de Economia Solidária, realizado em agosto de 2004 e do I Encontro Nacional de Empreendedores de Economia Solidária, também realizado em agosto de 2004.

Uma outra ação, desencadeada nesta terceira linha, é aquela que partiu das primeiras discussões com os grupos de geração de renda, as quais pontuavam sobre as dificuldades enfrentadas com a comercialização e a necessidade de um grupo conhecer o outro, como forma de entreapoiamento e

fortalecimento do movimento da Economia Solidária.

Nesse sentido, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2003, foi realizada a 1ª Feira de Economia Solidária e Geração de Renda – FEISOL, numa promoção do Programa de Economia Solidária, PROVOPAR – Londrina, Secretarias Municipais de Assistência Social, Agricultura e Abastecimento, Mulher, Idoso, com apoio da SERCOMTEL, Companhia de Desenvolvimento de Londrina, Secretaria Municipal da Cultura – Museu de Arte de Londrina e Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização.

Participaram cerca de 50 grupos, dentre eles, aqueles fomentados pelo Programa de Economia Solidária, acompanhados pela Secretaria Municipal de Assistência Social, e outros que recebiam apoio das Secretarias Municipais da Mulher, Idoso e Agricultura e Abastecimento.

Nas discussões que antecederam a FEISOL, junto com os grupos de geração de renda, foram pontuados alguns aspectos: organização da feira municipal em razão da necessidade levantada nos NESOL's; dar visibilidade à geração de renda na perspectiva da Economia Solidária; não garantia de comercialização, mas como oportunidade de experiência coletiva de comercialização; necessidade de todos os atores divulgarem a feira.

Após a realização da 1ª FEISOL, foi realizada uma reunião de avaliação com o objetivo de provocar visão crítica nos aspectos relacionados à organização, solidariedade, cooperação, qualidade dos produtos, entre outros. Os participantes destacaram como pontos positivos: organização da feira (divisão do espaço; segurança, das pessoas e dos materiais, efetuada por meio da ação preventiva da polícia militar e dos guardas do museu; barracas já montadas quando da chegada dos grupos); local de fácil acesso; existência de iluminação noturna; disponibilização de lanche; apresentações artísticas; apoio da equipe do Programa de Economia Solidária; vendas efetuadas; fornecimento de vale transporte aos membros dos grupos; divulgação ocorrida em diferentes meios (TV, rádio, Unidade Básica de Saúde, etc.); aprendizagem adquirida com a feira; experiência de atendimento ao cliente; confiança estabelecida entre os participantes; troca de experiência de um grupo para com outro; configuração de um momento de confraternização e de encontro; sensibilidade demonstrada pelos visitantes da feira para com a proposta do programa; apoio e solidariedade entre os grupos.

Percebe-se que, na avaliação positiva, são pontuados não só



aspectos objetivos, mas os aspectos subjetivos que envolvem a identidade desse movimento coletivo, expressos nas palavras confiança, sensibilidade, solidariedade e troca, acima citadas. Tais aspectos surgiram naturalmente, sem serem provocados pela equipe técnica do programa. Alguns grupos tomaram a iniciativa, no final da feira, de efetuarem troca de produtos, a partir da experiência vivenciada na Feira Estadual, realizada em Maringá.

Também foram explicitados alguns pontos negativos: horários de encerramento da feira no sábado (muito cedo); falta de cafezinho; falta de água gelada; divulgação realizada muito próxima da data da feira; preço alto de alguns produtos; a data da feira não ter coincidido com a de pagamento; poucos dias de feira (sexta e Sábado); pouco tempo para produção, considerando a data de repasse do fomento em relação à data da feira; tipo do lanche servido; presença de cigarros e copos descartáveis jogados no chão e não no lixo; não cumprimento do horário marcado para o término por parte de alguns grupos que saíram mais cedo.

Como proposição para as próximas feiras, foram sugeridos alguns encaminhamentos: confecção de material de divulgação dos grupos; confecção de um número maior de folders com maior tempo de antecedência; confecção de cartazes; continuidade das feiras; realização de feiras regionalizadas; realização de troca de produtos entre os grupos ao final da feira; cada grupo contribuir com a limpeza do local; confecção de sacolas com identificação da feira; confecção de camisetas, aventais, jalecos, crachás para melhor identificação da feira; extensão dos dias da feira para sexta, sábado e domingo.

Para a 2ª FEISOL, realizada nos dias 12 e 13 de março de 2004, alguns aspectos na organização já foram diferenciados, a partir da avaliação da primeira feira. Assim, a CMTU passou a manter uma pessoa para a coleta seletiva do lixo, a SANEPAR instalou um bebedouro, o número de panfletos foi ampliado e os grupos puderam levar um maior número de folders para serem distribuídos, os membros dos grupos ficaram responsáveis por estabelecer contatos com os meios de comunicação, um grupo costurou os aventais para serem utilizados pelos participantes. Outro fator, que diferenciou a 2ª FEISOL, foi a participação de mais expositores, chegando ao número de 75 com os artesãos e artesãs vinculados/das ao programa da CODEL.

Nas discussões em geral, pautadas tanto na Assistência Social quanto na Economia Solidária, sempre está presente a questão do protagonismo

dos usuários da política pública de assistência social e/ou dos empreendedores solidários. Nesse sentido, já havia discussão com os grupos que, participaram da 1ª e 2ª FEISOL, pois pelo processo inicial dessa construção, o Programa estaria organizando as feiras para os grupos dedicarem-se à produção e, assim, na avaliação da 2ª FEISOL considerou-se que já era momento dos empreendedores experienciarem a organização de feiras, para a qual foi formada uma comissão composta por representantes das regiões e dos técnicos do programa.

Na primeira reunião para organização da feira, os representantes das regiões acentuaram a necessidade de se elaborar um regimento para participação nas FEISOL's, propondo alguns itens que deveriam ser contemplados:

- participação nas reuniões e atividades propostas pelo programa;
- cumprimento do horário de chegada e saída, conforme o horário de funcionamento da feira, exceto para os grupos da zona rural, que possuem problemas de horário com o transporte coletivo;
- comercialização de produtos confeccionados somente pelos membros do grupo;
- cuidado e zelo para com o espaço coletivo da feira;
- presença somente de membros dos grupos no interior das barracas.

O grupo expressou que a abertura para a participação de outros expositores foi importante e trouxe maior variedade e qualidade à feira. No entanto, não houve um momento de integração, de conhecimento de todos os participantes e a disposição das barracas, por programas, talvez pudesse ter dificultado o entrosamento.

Anteriormente à realização da 2ª FEISOL, houve discussões sobre a participação de novos expositores, avaliando-se que eram pessoas/grupos que, com sua produção, estavam em busca de uma forma de viver de seu trabalho, e, em função disso, poderiam incorporar-se à rede de Economia Solidária. Tal postura soma-se à análise de que o momento vivido pela Economia Solidária em Londrina é o de articular forças para que possa cada vez mais impulsionar essa proposição.

No entanto, uma dificuldade expressa pelos representantes das regiões e que traz um diferencial de compreensão e de envolvimento, é a participação dos grupos do Programa de Economia Solidária nas diferentes atividades de capacitação conceitual, técnica e de gestão.

A partir desse entendimento, para a 3ª FEISOL, que se realizou nos dias 7 e 8 de maio de 2004, propiciou-se um momento de discussão do Programa Londrina Fome Zero, do seu público-alvo, dos objetivos do eixo de Geração de Renda e do Programa de Economia Solidária e dos preconceitos e discriminações que permeiam e estão introjetados neste sistema excludente em que vivemos.

Na 3ª FEISOL, os estagiários de Administração aplicaram uma pesquisa que objetivava fornecer parâmetros de avaliação do público visitante e consumidor, para implementar as atividades da feira em conjunto com os empreendedores solidários. As pessoas entrevistadas respondiam a 7 perguntas. Em geral, percebe-se que o índice de satisfação da feira corresponde a muito boa e boa, o que girou em torno de 94% a 99%.

Além das feiras municipais, o trabalho em rede também tem sido estimulado com a organização das feiras descentralizadas realizadas em alguns locais que possuem concentração de pessoas/trabalhadores/estudantes. Algumas feiras acontecem na SERCOMTEL, ASK – Companhia Nacional de Call Center, SANEPAR e UEL.

Faz-se importante ressaltar que, nos dois primeiros locais, a disponibilização do espaço foi viabilizada por um representante dessa empresa que participa do Comitê Gestor do Programa Londrina Fome Zero. A UEL, tendo conhecimento deste trabalho, organizou a feira e estendeu o convite aos grupos fomentados por este programa.

Apesar das várias iniciativas de fomento, capacitação e feiras, percebe-se, como já explicitado em uma das oficinas realizadas no evento do dia 26 de abril de 2004, que ainda a prática da rede, que também envolve o consumo solidário, não está incorporada integralmente ao cotidiano dos grupos e da vida familiar de seus membros. Assim, deu-se continuidade, em maio de 2004, a um processo de discussão coletiva por regiões, respeitando as especificidades locais, da definição de estratégias para consolidação da rede de economia solidária.

A rede é aqui entendida como composta por diferentes atores, que podem estar envolvidos com a Economia Solidária, cada qual portador de uma ou mais responsabilidades nesse processo - o Poder Público (executivo municipal), com o papel de apoiador e fomentador; igrejas, associações de moradores, unidades básicas de saúde, escolas, associações de pais e mestres, entre outras, com a responsabilidade de divulgar o conceito e prática da Economia Solidária; grupos de

geração de renda, que podem entreapoiar-se, trocar experiências, organizar-se em grupos de compras coletivas, difundirem o conceito e a prática entre grupos, na sua própria família e para a comunidade em geral.

Para a discussão sobre a rede, tem-se, como exemplo, a oficina realizada, que aglutinou a região norte A e norte B, cuja dinâmica referia-se à relação dos diferentes atores e organizações (empreendedores solidários, associações de moradores, igrejas, unidades básicas de saúde, centros regionais de assistência social, entre outros) presentes na Economia Solidária.

Como resultado final, houve interpretação do grupo sobre a necessidade da união, da constituição de uma teia, de uma rede entrelaçada, cuja análise referia-se ainda sobre os momentos de tensão e pressões, mas que, por meio da coesão, é possível enfrentá-los e superar as dificuldades que surgem. Outro aspecto explicitado foi a força política da rede, no sentido de manter, fortalecer e avançar uma proposição.

Alguns fatores foram elencados como dificultadores nesse processo, como a “falta de conscientização das pessoas” e a “falta de acesso aos produtos”. Para isso, sugeriu-se que, num primeiro momento, todos os grupos, de todas as regiões, tivessem acesso aos endereços dos grupos, tipo de produto, material utilizado (caso usem material reciclado como vidros, garrafas, tecido, etc.) e disponibilidade de cada um em repassar a técnica para outro grupo.

Além disso, foi também alvo de discussão a possibilidade de envolvimento das igrejas, associações, escolas, etc., cujas estratégias ficaram de ser debatidas no próximo encontro do NESOL que, por sua vez, definiu como estratégia o envolvimento dos grupos de teatro da região para a elaboração de uma peça teatral específica que contemple a questão da Economia Solidária e o estímulo ao consumo solidário.

Esta é a experiência da Economia Solidária que está em construção no município de Londrina. Entende-se que o Poder Público possui um importante papel como propositor, articulador, apoiador e facilitador com investimentos e viabilização de ações concretas nesta área. O desenvolvimento da Economia Solidária passa, assim, por atividades que desencadeiam a organização dos grupos de geração de trabalho e renda para a vivência do modelo da Economia Solidária, a qual envolve processo de conhecimento da realidade dos grupos entre si e da prática de uma nova constituição do trabalho. Envolve, ainda, na sua

operacionalização, uma outra forma de comercializar e consumir, que ocorre com as feiras municipais (FEISOL) e feiras descentralizadas, da troca de experiências intra e entre grupos, do entreapoiamento de um para com outro grupo. Além disso, acredita-se que a Economia Solidária só será suficientemente fortalecida quando alcançar o patamar de representatividade e legitimidade de determinado território. Espaço este que possui uma diversidade de atores chaves, cuja consolidação perpassa pela organização dos Núcleos Regionais de Economia Solidária.

Concomitante a esse processo local, o movimento da Economia Solidária também ganha espaço em outros municípios, no estado do Paraná e no Brasil, o que se expõe no próximo tópico.

#### **4.3 Cenário estadual e nacional da Economia Solidária**

O objetivo, aqui, é propiciar ao leitor um olhar quanto ao crescimento do movimento da Economia Solidária, pautando-o no espaço público e político, por meio da criação de programas, órgãos e realização de eventos de discussão, reflexão, aprofundamento e de levantamento de proposições que indiquem para sua ampliação e fortalecimento no cenário estadual e nacional.

Dessa forma, paralelamente à implantação do Programa de Economia Solidária em Londrina, havia uma relação com o contexto estadual e nacional, em que os eventos citados nesse estudo referem-se àqueles em que houve a participação de técnicos e/ou de empreendedores solidários de Londrina.

Se, no âmbito local, houve a instituição do Programa de Economia Solidária, na esfera estadual, ocorreu, em 2003, no recém governo estadual empossado, a criação do Programa de Economia Solidária, dentro da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, na estrutura da Coordenadoria de Geração de Trabalho, Emprego e Renda com o objetivo de promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, à inclusão social e à promoção do desenvolvimento justo e solidário (SETP - Programa de Economia Solidária – Termo Técnico de Referência, abril, 2003).

No âmbito estadual, debates acerca do tema foram promovidos com

o objetivo de propiciar o intercâmbio de experiências, a discussão das dificuldades e os caminhos já trilhados que demonstravam novos rumos.

Nessa linha, o município de Ponta Grossa realizou, nos dias 22 e 23 de maio de 2003, um encontro intitulado "Economia Solidária - Mudando os Paradigmas", promovido pela Prefeitura, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social.

O encontro contemplou as discussões conceituais, a conjuntura da Economia Solidária no Brasil, enfocando as ações do Governo Federal, Estadual e Municipais, as ações da sociedade civil e práticas e implementação local. Para tanto, esse espaço traduziu-se numa oportunidade do município de Londrina compartilhar com outras experiências sua proposição na área da Economia Solidária e demonstrar que, a partir da realidade vivenciada, e de contemplar no Programa local as diferentes facetas que envolvem a Economia Solidária, estava no rumo certo.

Soma-se a essa outra iniciativa no Paraná, que foi a realização do Seminário "Economia Solidária e Tecnologias Sociais", realizado nos dias 29 e 30 de maio de 2003 em Curitiba, promovido pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio das Secretarias de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Emprego, Trabalho e Promoção Social, com apoio da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior, Conselho de Pró-Reitores de Extensão e Cultura e Universidade Federal do Paraná.

Percebe-se que esse movimento da Economia Solidária vem incluindo diferentes segmentos e forças, como o Poder Público, a sociedade civil, compostos por gestores de políticas públicas em Economia Solidária, empreendedores solidários e militantes em organizações de fomento e assessoria, incluindo-se, ainda, o meio acadêmico, por meio dos docentes e estudantes das instituições de ensino superior.

Para somar nesse processo de organização nacional, no Paraná, ocorreu a I Plenária Estadual em 15 de junho de 2003, que elegeu delegados para participar da Plenária Nacional, e o Encontro Estadual de Economia Solidária, realizado nos dias 21 a 23 de novembro de 2003, na cidade de Maringá – Paraná.

Este último encontro foi organizado com o tema "Produzindo trabalho, renda e dignidade" e acoplou três eventos em um único momento, com discussões simultâneas e/ou comuns. Foi o I Fórum Paranaense de Economia Solidária, a I Feira Paranaense de Economia Solidária e o I Encontro Estadual de

Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis. O evento cumpriu o objetivo de uma capacitação conceitual, assim como inserir os grupos de geração de trabalho e renda de Londrina nas discussões e articulação da região norte do Paraná, do estado do Paraná e do Brasil. Apesar de ser um encontro paranaense, as discussões referiram-se aos desafios da Economia Solidária no Paraná e no Brasil, aos programas sociais e suas interfaces com a Economia Solidária, às políticas públicas de Economia Solidária e ao Poder Legal, às experiências e parcerias da sociedade civil em Economia Solidária.

A organização no âmbito nacional conquista maior espaço com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego, que tem sua formalização em 26 de junho de 2003, cuja meta é o fomento e o apoio aos empreendimentos solidários, por meio de ações diretas ou por meio de contratação de agências de fomento especialistas em economia solidária e a consolidação das políticas públicas voltadas para a economia solidária (MTE/SENAES - Plano de Ação, 2003).

Nessa perspectiva, várias ações foram desencadeadas pela SENAES. Dentre elas, destaca-se o mapeamento dos empreendimentos solidários com o objetivo de traçar um diagnóstico dos mesmos (número de empreendimentos, número de trabalhadores, área de atuação, estrutura, etc.). Outra ação refere-se ao processo de capacitação realizado com os gestores públicos das esferas municipal, estadual e federal. Vale ressaltar que a participação dos gestores foi direcionada aos funcionários efetivos com a preocupação da continuidade do processo da Economia Solidária nas três esferas de governo, independente da mudança de administrações. Também foram destinados recursos para a construção de Centros Públicos de Economia Solidária como espaços de referência e desenvolvimento das diferentes atividades que compõem a Economia Solidária.

Em âmbito nacional, realizou-se nos dias 27, 28 e 29 de junho de 2003, em Brasília, a III Plenária Nacional de Economia Solidária, que tinha como um de seus objetivos instituir o Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

A participação na III Plenária Nacional foi momento de riquíssimo debate, o qual, além de explicitar as divergências e convergências, demonstrou as diferentes realidades espalhadas pelo Brasil em termos de etnia, cultura, linguagem, conjuntura política, condições ambientais, traduzindo-se em uma gama de diversidade de experiências da Economia Solidária.

Dentre a programação, abordaram-se discussões e reflexões sobre o público participante da Economia Solidária, como se organiza, qual articulação existe ou precisa ser construída, qual é o projeto comum (carta de princípios), que políticas públicas se buscam, desafios para fortalecer o movimento da Economia Solidária, que Fórum Brasileiro se deseja construir (concepção, composição, dinâmica de funcionamento, relacionamento com outros atores).

Um dos pontos polêmicos debatidos na III Plenária Nacional, que vale aqui ressaltar, relaciona-se à participação ou não dos gestores públicos de políticas públicas em economia solidária no Fórum Brasileiro de Economia Solidária.

Havia um segmento da plenária que partia do entendimento de que a participação do Poder Público no espaço do Fórum poderia descaracterizar o movimento da Economia Solidária, considerando o seu processo histórico e a própria mudança de linha e condução política em diferentes administrações governamentais. A outra parcela da plenária acreditava que, alterando a configuração e a linha dos governos, o que poderia resultar em choque com os princípios da economia solidária, acarretaria a não adesão à plataforma dessa proposição e, automaticamente, estaria excluído do Fórum. Acolhe-se a esta proposta, a leitura que, na atual conjuntura da Economia Solidária no Brasil, o momento é de aglutinar forças que acreditam nesta perspectiva e querem trilhar um novo caminho. Esta última postura foi a que prevaleceu nas deliberações da III Plenária.

Um outro elemento amplamente reforçado foi o protagonismo dos empreendedores solidários, ou seja, que esse movimento seja incorporado, fortalecido, consolidado e construído pelos diferentes atores, mas sobretudo pelos próprios empreendedores solidários.

No cenário brasileiro da Economia Solidária, já havia uma discussão dos gestores municipais presentes ao Seminário Nacional “A sustentabilidade da Economia Solidária no Brasil” realizado em São Paulo, nos dias 17 e 18 de dezembro de 2002, que se propunha a articular os gestores governamentais de Políticas Públicas de Fomento à Economia Popular e Solidária, cuja proposição foi reafirmada no Encontro Nacional de Administração Pública e Políticas de Economia Solidária, realizado em Porto Alegre, no dia 23 de janeiro de 2003, com a iniciativa de constituir um Fórum de Gestores Governamentais.

Assim, nos dias 6 e 7 de agosto de 2003, em Brasília, realizou-se



um encontro com os gestores municipais e estaduais, com a presença de 21 participantes, representando os municípios que possuem programa de economia solidária: Londrina e Sarandi (Pr), Vitória da Conquista, Salvador (BA), Jaboticabal, São Carlos, Santo André, São Paulo (SP), Dourados (MS), Recife (PE), Blumenau (SC), Caxias do Sul (RS), Belo Horizonte (MG), Aracaju (SE), dos quais 3 participantes representavam os Governos Estaduais do Paraná e Mato Grosso do Sul e 1 participante de Porto Alegre representava a Delegacia Regional do Trabalho, além de representantes da SENAES e do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar.

A reunião nacional dos gestores teve como objetivos formatar e lançar oficialmente a Rede de Gestores Governamentais de Políticas Públicas de Economia Popular Solidária, bem como definir sua agenda e mecanismo de funcionamento; estabelecer interlocução com a SENAES e outros órgãos do governo federal, responsáveis por políticas que repercutam nas ações dos municípios na área de fomento à Economia Popular Solidária.

Para tanto, as discussões contemplaram os seguintes aspectos: Economia Popular Solidária e Políticas Públicas; Objetivos, Caráter, Participação, Parceiros e Parceiras da Rede de Gestores; Integração de Políticas de Economia Popular Solidária entre níveis de Governo; Agenda e Mecanismos de Funcionamento da Rede de Gestores; Experiências de implantação de políticas públicas de Economia Popular Solidária.

No relatório desta reunião nacional, percebe-se que a Economia Solidária vem se configurando enquanto uma alternativa de enfrentamento à pobreza e o envolvimento da esfera pública nessa proposição.

No que se refere à geração de trabalho e renda e ao desenvolvimento sócio-econômico, entre outras iniciativas, esses governos propõem-se a potencializar estratégias e atividades que surgiram dos próprios trabalhadores ou de organizações da sociedade civil, numa tentativa de ampliar sua escala e capacidade, portanto, de amplificá-las como instrumentos eficazes para enfrentar o problema na sua dimensão atual, ou seja, de convertê-las em políticas públicas. Dentre tais estratégias a que vem ganhando destaque é a da Economia Popular e Solidária, o que se manifesta em programas variados de apoio à cooperação e ao associativismo e outras formas de empreendedorismo popular, seja para a produção, a prestação de serviços ou para a viabilização de crédito, de comercialização e de outros instrumentos de fomento à autogestão e desenvolvimento econômico das comunidades e trabalhadores mais afetados pela reestruturação produtiva das últimas décadas. Para além dos aspectos econômicos, a economia solidária é portadora de uma ética e cultura transformadora das relações humanas, comunitárias e sociais, recolocando a centralidade do ser humano e seu bem estar e a sustentabilidade econômica, social, cultural e ambiental das ações por ela desencadeadas (SCHWENGBER: 2003 Relatório da Reunião Nacional da Rede de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária).

Esse Fórum de Gestores também tem sido fortalecido pela SENAES, que, no dia 27 de fevereiro de 2004, provocou uma discussão com os gestores, da qual participaram 23 gestores municipais e estaduais, a fim de debaterem as linhas de ação dessa Secretaria e as prioridades estabelecidas nas ações de fomento e de mapeamento desse movimento no Brasil e, assim, desencadearem mecanismos de maior articulação.

Essas proposições da SENAES foram levadas com calendário pré-fixado a todos os estados brasileiros. O Paraná pôde expor sua realidade, dificuldades e potencialidades na reunião ocorrida em maio de 2003, por meio da exposição de algumas propostas/experiências como dos municípios de Londrina, Maringá, Sarandi, Cascavel, Ponta Grossa, entre outros. Tais discussões desembocaram na elaboração de uma proposta de fomento do estado do Paraná para a SENAES, que congregou as diferentes especificidades de cada localidade.

As exposições acima permitem avaliar que a Economia Solidária não está isolada em um programa ou em um grupo de geração de trabalho e renda, ao contrário, a sua proposição vem cruzando fronteiras municipais, estaduais e nacional.

#### 4.4 A Construção no Cotidiano

Este é um processo que ainda está e sempre vai estar em construção, e uma das preocupações do Programa de Economia Solidária de Londrina é, neste apoio aos grupos de geração de trabalho e renda, primar pela garantia da autonomia e protagonismo dos empreendedores solidários, sem contudo deixar de avaliar, continuamente, de forma coletiva, do ponto de vista qualitativo e quantitativo, os resultados dessa ação.

Uma das dificuldades encontradas para a estruturação do Programa de Economia Solidária foi a ausência de uma equipe técnica que apresentasse vivência prática e bagagem teórica. No entanto, as constantes inserções nas discussões, por meio dos eventos de capacitação e dos estudos realizados, faziam com que a equipe pudesse ir se apropriando gradativamente do conteúdo da Economia Solidária.

Vale ressaltar que a estruturação local do programa procura abarcar as várias dimensões que envolvem a proposição da Economia Solidária, os aspectos que fornecem estruturação e sustentação para o que chamam a atenção Razeto, Singer, Mance, Arruda e Lisboa, que é a rede de Economia Solidária.

Além disso, pensa-se na difusão do conceito e práticas, por meio de diferentes estratégias, como a realização das feiras, eventos, teatro, boletins específicos, entre outros; o processo de capacitação dos próprios empreendimentos; o apoio financeiro para que possam ter viabilidade de funcionamento; a relação de parceria do Poder Público e sociedade civil, tanto na participação no Comitê Gestor do Programa, como nas organizações regionais.

Ainda, há que se apontar alguns desafios e limites postos a essa proposição, que é o enfrentamento às práticas já incorporadas ao cotidiano pessoal, familiar e grupal, e que perpassam pelo exercício diário de posturas excludentes e não de inclusão.

Assim, pode-se mencionar, por exemplo, que a prática do consumo solidário não está incorporada à ação do dia a dia como atitude pessoal, familiar, grupal e comunitária, como já citado no capítulo II, verbalizado na oficina realizada no evento “Economia Solidária – Um Caminho para a Cidadania” e na oficina realizada em uma das regiões, citada como exemplo, mas cuja prática não difere de

outras regiões.

Dessa forma, ao se fazer referência a uma cultura consumista, tão arraigada e diretamente vinculada ao que se vive atualmente no sistema vigente e, ao mesmo tempo, com as estratégias hoje propostas pelo Programa de Economia Solidária em Londrina, permanece ainda o desafio de contrapor essa dimensão e trilhar no caminho do consumo solidário.

O enfoque da Economia Solidária como uma nova forma de trabalho, que organiza a produção, comercialização e consumo sob a égide da solidariedade, da cooperação e gestão democrática e de rede, traz a reflexão da dimensão que se pode alcançar no âmbito de uma experiência localizada e de suas contribuições como um indício de que se caminha rumo a uma cultura solidária.

O cenário local, estadual e nacional demonstra o papel crescente que o Estado tem assumido na proposição da Economia Solidária. É a primeira vez, no âmbito federal, que o Poder Público assume esta proposição. Apesar da ampliação desta participação, a Economia Solidária não está presente como política de Estado em todos os pontos do país. Muitas vezes, ela tem sido incorporada às práticas de governos democráticos e populares com o reconhecimento e respaldo às formas organizativas coletivas de trabalho e na busca de mecanismos que possam estabelecer um marco regulatório específico e investimentos que a legitimem e consolidem.

Assim, a Economia Solidária constitui-se em uma proposta de busca da melhoria da qualidade de vida pautada na recuperação da inclusão no mundo do trabalho, associando iniciativas da sociedade civil e do Poder Público com princípios que superem a relação de exploração. Há o reconhecimento pelo Estado, neste momento, da necessidade de se criar novas condições de geração de trabalho e renda e também o reconhecimento que, muito embora as ações estejam especialmente no campo da sociedade civil, é preciso estabelecer parceria com a esfera estatal que possui responsabilidades quanto à geração de mais postos de trabalho.

Para analisar, posteriormente, nesse estudo, as formas de organização interna e externa aos grupos que possam apontar para a perspectiva da Economia Solidária, é necessário que se compreenda, inicialmente, a realidade vivenciada pelos grupos de geração de trabalho e renda, sobre a qual se discorre no próximo capítulo, com a caracterização desses grupos fomentados pelo Programa

de Economia Solidária de Londrina.

## **CAPÍTULO IV**

### **5 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

Este capítulo objetiva apresentar uma caracterização geral dos grupos de geração de trabalho e renda, denominados de empreendimentos solidários, nomenclatura utilizada no campo da Economia Solidária para aqueles grupos que buscam, em suas práticas cotidianas, desenvolver ações pautadas nos princípios da Economia Solidária.

Como objeto dessa caracterização, têm-se 28 grupos de geração de trabalho e renda, que receberam fomento do Programa de Economia Solidária de Londrina e participaram das 3 linhas de ação do Programa, já descritas no capítulo anterior.

Como base de dados, utiliza-se o cadastro dos grupos de trabalho e renda do Programa de Economia Solidária, identificando-se, num primeiro momento, aspectos que envolvem o grupo: área de produção, região em que se localiza, tipo, tempo de funcionamento, número de membros, documentação, renda, sede, necessidades apresentadas, organização do trabalho; e, num segundo momento, características dos participantes do grupo: idade, renda familiar, condições habitacionais, desempenho ou não de outra atividade econômica, horas trabalhadas no grupo, ocupação anterior e escolaridade.

Como já explicitado no capítulo I, percebe-se que a organização das pessoas na busca de alternativa de sobrevivência ou da complementação da renda familiar ocorre em atividades que não exijam alto investimento, com equipamentos sofisticados e material de consumo de alto custo, muitas vezes partindo daquilo que já sabem e têm domínio e conhecimento, o que pode ser demonstrado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Área de Produção**

<b>Área</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
Alimentação	2	7,15%
Artesanato (incluindo vestuário)	19	67,86%
Higiene e Limpeza	5	17,85%
Horta	1	3,57%
Alimentação/Artesanato	1	3,57%

**Fonte:** PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

As áreas de produção concentram-se na alimentação, artesanato, higiene e limpeza e horta. Há prevalência sobre o artesanato com 19 grupos, correspondendo a 67,86%, seguido da higiene e limpeza com 5 grupos, equivalendo a 17,85% e, em terceiro, a alimentação com 2 grupos, ou seja, 7,15% do total. Somente 1 grupo (3,57%) trabalha com duas áreas de produção, alimentação e artesanato.

Ao analisar a localização dos empreendimentos, detecta-se que há concentração na periferia da zona urbana, somando-se 82,14% e 17,86% na zona rural, conforme aponta a Tabela 2.

**Tabela 2 – Região em que se localizam os grupos**

<b>Região</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
<b>Norte</b>	8	28,57%
<b>Sul</b>	8	28,57%
<b>Leste</b>	4	14,29%
<b>Oeste</b>	3	10,71%
<b>Rural</b>	5	17,86%

**Fonte:** PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

A organização das pessoas em busca de estratégias de sobrevivência ocorre pela vivência de uma mesma dificuldade, cuja articulação pode ser facilitada pela proximidade de moradia. Tal afirmação é foco de análise de Coraggio (2003), que, ao entender as Unidades Domésticas (UD) como base da

Economia Popular, relaciona a sua formação como decorrente da união por parentesco, local de moradia, etc.

Nessa mesma linha, Razetto (2001) também aponta que, na Economia de Solidariedade, na qual estão presentes, no processo de distribuição da produção, a cooperação e a reciprocidade, são fatores preponderantes para esse processo organizativo as relações de vizinhança, de amizade, laços familiares, religiosos.

Dessa forma, a Tabela 3 demonstra o tipo de grupo, verificando-se a prevalência dos Grupos de Mulheres, com 15 grupos, o que equivale a 53,57%, seguido das iniciativas individuais, com 5 pessoas, correspondendo a 17,86% e, em terceiro, as organizações familiares, com 4 grupos, perfazendo 14,28%. Aparecem ainda, em menor proporção, grupos constituídos por mães, moradores, e por proximidade religiosa.

Ao analisar a organização dos grupos, a partir de locais comuns de convivência como o bairro, a igreja e a própria família, têm-se a somatória de 23 grupos, o que corresponde ao percentual de 82,14% de grupos que foram articulados sob essa orientação.

**Tabela 3 – Tipo de Grupo**

<b>Tipo de Grupo</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
<b>Familiar</b>	4	14,28%
Individual	5	17,86%
Mães	2	7,15%
Mulheres	15	53,57%
Moradores	1	3,57%
Religioso	1	3,57%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Com relação ao tempo de funcionamento dos grupos, a Tabela 4 aponta que 10 deles, ou seja, 35,71% iniciaram suas atividades há mais de 6 meses até 1 ano, seguidos daqueles que estão em funcionamento há mais de 1 ano até 3 anos, com 8 grupos, 28,57%. Em terceiro, estão aqueles que já existem há mais de 3 anos até 4 anos, 17,86%. Somando-se os que funcionam há mais de 4 anos até 14 anos, encontrando-se 5 grupos, 17,86%.



Num outro cálculo, ao aglutinar os grupos com mais de 6 meses até 3 anos de funcionamento, percebe-se que 18 grupos, isto é, 64,28% começaram suas atividades no período que corresponde à atual administração municipal.

**Tabela 4 – Tempo de Funcionamento**

<b>Tempo de Funcionamento</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
+ 6 meses até 1 ano	10	35,71%
+ 1 ano até 2 anos	7	25%
+ 2 anos até 3 anos	1	3,57%
+ 3 anos até 4 anos	5	17,86%
+ 4 anos até 5 anos	1	3,57%
+ 5 anos até 6 anos	1	3,57%
+ 8 anos até 9 anos	1	3,57%
+ 9 anos até 10 anos	1	3,57%
+ 13 anos até 14 anos	1	3,57%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Quanto ao número de membros dos grupos, a Tabela 5 aponta que a maioria se constitui em pequenos grupos, 23 empreendimentos possuem até 4 membros, o que corresponde a 82,14% do total dos grupos, e 5 grupos possuem de 9 a 17 membros, o que equivale a 17,85%.

**Tabela 5 – Número de Membros**

<b>Nº de Membros</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
1	6	21,43%
2	6	21,43%
3	6	21,43%
4	5	17,86%
9	1	3,57%
11	1	3,57%
13	1	3,57%
15	1	3,57%
17	1	3,57%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

No tocante à documentação, a Tabela 6 demonstra que um grande percentual, o que equivale a 18 grupos, 64,30% de todo o universo, não possui

nenhuma documentação, 4 grupos, 14,28% possuem um tipo de documento e 6 grupos, 21,42% possuem de 3 a 5 tipos de documentos.

Ao considerar que 22 grupos, 78,58% não possuem documentação ou está incompleta, faz-se necessário refletir sobre as dificuldades enfrentadas por essa parcela da população para ter acesso aos procedimentos necessários, o que pode estar relacionado à falta de informação, à burocracia exigida e ao custo não acessível a esses grupos.

Independente da formalização dos grupos, estes continuam existindo e funcionando, e encontrando formas alternativas para a produção e comercialização de seus produtos. Assim, as estratégias desenvolvidas são a venda “de porta em porta”, isto é, diretamente nas casas dos consumidores; a comercialização em feiras que, no caso da alimentação, não necessita do certificado do Setor de Inspeção Municipal, que possui vários requisitos, mas do laudo elaborado pelo setor de Vigilância Sanitária, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, e emitido após visita e constatação de condições básicas para a produção de alimentos.

Outra reflexão que cabe explicitar, se refere às exigências atualmente impostas para credenciar qualquer empresa, extensiva aos empreendimentos solidários, para que possa produzir e comercializar. As regras estabelecidas são aquelas sob a égide do capital, que fogem da realidade vivenciada pelos grupos de geração de trabalho e renda.

A mudança dessa prática requer um movimento não só na esfera local, mas estadual e nacional, para que corresponda adequadamente às necessidades dos empreendimentos solidários.

Talvez um indicativo para a análise da possibilidade de enfrentamento dessa e outras questões seja a atual mobilização por parte dos próprios empreendimentos solidários, a exemplo do I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária do Paraná, realizado no dia 8 de agosto de 2004, na cidade de Curitiba, que contou com a participação de 90 empreendimentos do estado e mais de 200 pessoas. Soma-se, nessa perspectiva, o I Encontro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária realizado nos dias 13, 14 e 15 de agosto de 2004, em Brasília, que contou com a participação de 2000 pessoas procedentes das diversas regiões do país.

**Tabela 6 – Documentação dos Grupos**

<b>Documentação</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
<b>Nenhuma</b>	18	64,30%
CNPJ/ata de posse da diretoria/estatuto/regimento	3	10,71%
Ata de Posse	3	10,71%
Alvará de Licença	1	3,57%
CNPJ/Ata de Posse/Estatuto/Regimento/Utilidade Pública	1	3,57%
CNPJ/Ata de Posse/Estatuto/Alvará de Licença	1	3,57%
Ata de Posse/Estatuto/Regimento	1	3,57%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Quanto à renda obtida pelos grupos, percebe-se, pela Tabela 7, que é bastante incipiente, estando 78,57% dos grupos (22 grupos) com rendimentos de até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), 14,29% dos grupos ( 4 grupos) com renda de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) por mês e 3,57%, o que equivale a 1 grupo com renda de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais). Há, ainda, 1 grupo (3,57%) que não soube informar o valor da renda, considerando a irregularidade dos ganhos.

**Tabela 7 – Renda do Grupo**

<b>Renda</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
0	3	10,71%
+ 0 até R\$ 50,00	1	3,57%
+ R\$ 50,00 até R\$ 100,00	9	32,15%
+ R\$ 100,00 até R\$ 150,00	2	7,15%
+ R\$ 150,00 até R\$ 200,00	3	10,71%
+R\$ 200,00 até R\$ 250,00	4	14,29%
De R\$ 300,00 até R\$ 350,00	1	3,57%
+ R\$ 1.500,00	4	14,29%
<b>Não soube informar</b>	<b>1</b>	<b>3,57%</b>

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Quanto ao local de funcionamento dos grupos de geração de trabalho e renda, a Tabela 8 demonstra que 8 grupos (28,56%) se utilizam de sede

própria, cedida ou alugada, o que seria mais adequado à produção. Isso não significa que as condições em relação à estrutura física e tamanho estejam em condições ideais de funcionamento. No entanto, talvez se possa afirmar que se encontram um pouco mais estruturados do que os outros 20 grupos (71,42%) que possuem como local de produção a residência de um dos membros ou de cada membro, salão da igreja ou centro comunitário.

**Tabela 8 – Sede dos Grupos**

<b>Sede dos Grupos</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
<b>1.1 Residência de Cada Membro</b>	4	14,28%
Residência de Um dos Membros	11	39,29%
Salão da Igreja	4	14,28%
Centro Comunitário	1	3,57%
Sede Própria	3	10,71%
Sede Cedida	4	14,28%
Sede Alugada	1	3,57%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

A Tabela 9, ao expor dados sobre as necessidades apontadas pelos grupos, demonstra que, apesar da situação apresentada anteriormente quanto à sede dos empreendimentos solidários, somente 2 grupos (7,15%) mencionam o espaço físico. O material de consumo e equipamento aparecem em 22 grupos (78,57%). Ao analisar os cadastros dos grupos e estabelecer um comparativo em relação ao tempo de funcionamento e a necessidade de material de consumo, a leitura inicial é que essa dificuldade girava em torno dos grupos mais novos, pelo fato destes materiais terem menor custo do que outros. No entanto, verifica-se que há grupos com maior tempo de funcionamento e que apontam para a necessidade de material de consumo. Por outro lado, 3 grupos (10,71%) não apresentaram nenhuma necessidade, tendo 3 anos de funcionamento (1 grupo) e 5 anos (2 grupos).

**Tabela 9 – Necessidade dos Grupos**

<b>Necessidade dos Grupos</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
Material de Consumo	9	32,15%
Equipamento	6	21,43%
Material de Consumo/Equipamento	3	10,71%
Cursos	2	7,15%
Curso/Equipamento	1	3,57%
Material de Consumo/Curso/Espaço Físico/Canais de Compra Facilitados	1	3,57%
Equipamento/Curso/Local para Venda	1	3,57%
Material de Consumo/Espaço Físico/Curso	1	3,57%
Alterar o Tipo de Produção	1	3,57%
Não Apontaram Necessidade	3	10,71%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

No que tange à organização do trabalho dos grupos, entendida enquanto a forma de distribuição da produção, verifica-se, a partir dos dados explicitados na Tabela 10, que 11 grupos, 60,72%, referiram-se ao processo produtivo interno, como produção coletiva com divisão de trabalho. Neste tipo de organização, os membros do grupo possuem habilidades específicas e dedicam-se ao processo produtivo para esta atividade, o que pode desembocar na confecção de uma mesma peça com a participação de diferentes pessoas. Nove (9) grupos, 32,15%, consideraram o processo produtivo, como aquele que é de produção coletiva sem divisão do trabalho, ou seja, constitui-se de um grupo de pessoas, que se uniu em torno de um ramo de produção comum, a exemplo do artesanato, mas cada uma, a partir de suas habilidades, confecciona a peça, desenvolvendo o trabalho com começo, meio e fim, mas buscando formas conjuntas de comercialização e aquisição de material pelo grupo. Há, ainda, aqueles grupos em que o processo de produção é individual completo, o que se verifica em 3 grupos, 10,71%, no qual cada membro confecciona e compra os materiais necessários para a confecção do produto, apenas buscando comercializar em grupo. Do total dos empreendimentos, 5 deles, 17,86%, são compostos por uma única pessoa, são individuais.

**Tabela 10 – Organização do Trabalho**

<b>Organização do Trabalho</b>	<b>Nº de Grupos</b>	<b>Percentual</b>
Produção Coletiva com Divisão do Trabalho	11	60,72%
Produção Individual	5	17,86%
Produção Coletiva sem Divisão do Trabalho	9	32,15%
Produção Individual Completa	3	10,71%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Em geral, na organização do trabalho na perspectiva da Economia Solidária, tem sido tônica o estabelecimento de relações democráticas, ancoradas por atitudes de cooperação e solidariedade, sob o prisma da relação entre iguais dentro de um empreendimento solidário.

Dessa forma, outra discussão importante de se ressaltar é quanto à existência de empreendimentos individuais, os limites e as possibilidades que estes apontam na Economia Solidária. Têm sido foco de intervenção desta as formas associativas de organização das pessoas para o trabalho. Por outro lado, entende-se que, apesar destes empreendimentos não estabelecerem internamente relações de autogestão coletiva, pelo fato de serem individuais e não conseguirem alcançar uma dimensão maior, não estão excluídos dessa proposição. Nessa linha, compreende-se que, na proposição da Economia Solidária, seus princípios devem estar pautados e ser praticados nas relações intra e extra empreendimentos solidários. Assim, a adesão cada vez maior, independente da quantidade de membros de um empreendimento, poderá dotar a Economia Solidária com maior significado, conquistando, assim, mais espaço para o seu crescimento e avanço na sociedade.

Essa leitura pode ser explicitada com a palestra proferida por Armando de Melo Lisboa, professor da Universidade Federal de Santa Catarina, no I Encontro Estadual de Empreendimentos de Economia Solidária, realizado em Curitiba, no dia 8 de agosto de 2004. Para Lisboa, se não houver relações democráticas, não é economia solidária, é um pré-requisito, mas talvez isso não seja suficiente, pois a própria história já se encarregou de nos provar isso. Esse movimento começou há 200 anos, não com o nome de Economia Solidária, e a

economia capitalista absorveu a lógica da cooperativa. Não é suficiente apenas a organização por meio da autogestão, porque estamos inseridos no que se chama mercado, permeado por disputas, por interesses individuais. Há que se romper com essa lógica e não é suficiente apenas nos desenvolvermos de forma autogestionária, mas é preciso nos juntarmos. A novidade que a Economia Solidária nos traz é a construção de redes, de cadeias produtivas, de relações de troca de consumo.

Dessa forma, compreende-se que mesmo o empreendimento individual pode ser absorvido pela lógica da Economia Solidária e contribuir para o crescimento desse movimento.

Considerando a importância da participação de cada um dentro do empreendimento, as tabelas a seguir demonstram as características gerais dos membros dos grupos de geração de trabalho e renda, que do total de empreendimentos (28) conta com a participação de 122 pessoas.

Conforme a Tabela 11, ao analisar a idade dos membros que participam dos grupos, percebe-se a grande concentração na faixa-etária que se situa entre mais de 30 anos a mais de 60 anos, equivalendo a 82,78%, isto é, a 74 pessoas, com prevalência para a idade de mais de 40 anos a 50 anos, com 39 membros, 31,97%; seguido de mais de 30 anos a 40 anos, 29 membros, 23,77% e, em terceiro, a faixa-etária mais de 50 anos a 60 anos, 17 membros, 13,93%.

**Tabela 11 – Idade dos Membros**

<b>Idade dos Membros</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
De 16 anos a 20 anos	7	5,74%
+ 20 anos a 25 anos	5	4,10%
+ 25 anos a 30 anos	8	6,56%
+ 30 anos a 40 anos	29	23,77%
+ 40 anos a 50 anos	39	31,97%
+ 50 anos a 60 anos	17	13,93%
+ 60 anos	16	13,11%
Sem Resposta	1	0,82%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

A avaliação dos dados contidos na Tabela 11 aponta para uma grande proporção de pessoas acima de 30 anos a mais de 60 anos. Tais dados reafirmam o que Antunes (1999) coloca sobre o desemprego estrutural e a expulsão

dos mais velhos do mercado de trabalho. Dessa forma, na ausência de empregos, a própria população busca diferentes estratégias para o enfrentamento dessa questão, organizando-se por proximidade de moradia, por objetivos comuns, por habilidades comuns, constituindo-se, assim, uma das formas, que é por meio dos grupos de geração de trabalho e renda.

**Tabela 12 – Renda Familiar**

<b>Renda Familiar</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
Até R\$ 100,00	6	4,92%
+ R\$ 100,00 até R\$ 150,00	6	4,92%
+ R\$ 150,00 até R\$ 200,00	11	9,10%
+ R\$ 200,00 até R\$ 250,00	6	4,92%
+ R\$ 250,00 até R\$ 300,00	31	25,40%
+ R\$ 300,00 até R\$ 350,00	10	8,20%
+ R\$ 350,00 até R\$ 400,00	10	8,20%
+ R\$ 400,00 até R\$ 450,00	2	1,64%
+ R\$ 450,00 até R\$ 500,00	13	10,65%
+ R\$ 500,00 até R\$ 600,00	11	9,02%
+ R\$ 600,00 até R\$ 700,00	4	3,28%
+ R\$ 700,00 até R\$ 800,00	7	5,74%
+ R\$ 900,00 até R\$ 1.000,00	2	1,64%
+ R\$ 1.200,00 até R\$ 1.300,00	1	0,81%
+ R\$ 2.000,00 até R\$ 2.500,00	1	0,81%
Não Soube Informar	1	0,81%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

A renda familiar dos participantes dos empreendimentos, demonstrada na Tabela 12, tem prevalência para aqueles que se situam na faixa de até R\$ 500,00 (quinhentos reais), pouco menos de 2 salários mínimos (R\$ 520,00), para 95 pessoas, isto é, 77,86 % dos membros. Para outros 22 membros, 18,04%, a faixa salarial gira em torno de mais de R\$ 500,0 a R\$ 800,00, pouco mais de 3 salários mínimos (R\$ 740,00).

A análise dos rendimentos familiares dos membros dos grupos vem reafirmar a tese de que, diante da escassez da oferta de emprego, a inserção das pessoas em outras atividades econômicas e a opção do tipo de trabalho relacionam-se àquelas ocupações que se baseiam nas habilidades já adquiridas e de menor investimento. Isso remete para a reflexão das formas de crédito atualmente em vigor, dos critérios estabelecidos e do difícil acesso para os grupos mais vulneráveis



que não possuem a documentação exigida, a garantia de terceiros ou de bens patrimoniais que assegurem o novo negócio.

**Tabela 13 – Condições Habitacionais dos Membros**

<b>Condições Habitacionais</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
Casa Própria	80	65,58%
Casa Alugada	12	9,84%
Casa Cedida	29	23,77%
Sem informação	1	0,81%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

No tocante às condições habitacionais dos membros, a Tabela 13 aponta que a maioria, 80 pessoas, 65,58%, residem em casa própria; 29 pessoas, 23,77%, em casa cedida e 12 pessoas, 9,84%, moram em casa alugada. Um dado que chama a atenção é o percentual de pessoas que residem em casa cedida, o que pode indicar a dificuldade econômica em adquirir ou alugar um imóvel, recorrendo, nesses casos, aos laços familiares para conseguir uma casa para morar.

A Tabela 14 refere-se à ocupação de outra atividade econômica, além da participação no grupo de trabalho e renda. Para 87 pessoas, 71,32%, a única atividade exercida para gerar renda é no empreendimento. No entanto, 34 membros, 27,87%, exercem outra atividade, as quais correspondem às seguintes funções: diarista, doméstica, “roça” (agricultura/lavoura), babá, serviços gerais, costureira autônoma, costureira em empresas, atendente em clínica, digitadora, artesã, copeira, auxilia o esposo em diferentes ocupações, “sacoleira” (venda direta nas casas dos consumidores), trabalho temporário auxiliando candidatos políticos. Dos 122 membros dos grupos, 43 pessoas, 35,24%, são da zona rural e destas, 20, o que corresponde ao percentual de 46,51% de membros da área rural, exercem outra atividade. A função para 9 pessoas é exercida na roça (lavoura).

Isso demonstra que ainda dedicar-se somente à atividade do grupo de geração de trabalho e renda não é suficiente para garantir o sustento da família e/ou a complementação da renda familiar.

**Tabela 14 – Outra Atividade Econômica**

<b>Outra Atividade Econômica</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
Sim	34	27,87%
Não	87	71,32%
Sem Resposta	1	0,81%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Apesar dos números apontarem para 87 pessoas, 71,32%, que não desempenham outra ocupação econômica, as horas dedicadas às atividades de grupo são variáveis, alguns diariamente e outros semanalmente.

A Tabela 15 mostra que 31 pessoas, 25,40%, trabalham 2 horas/dia; 17 pessoas, 13,93%, 4 horas/dia; e 16 membros, 13,14%, 6 horas/dia. Há 4 membros, 3,28%, que, no momento, estão afastados das atividades do grupo por motivo de doença na família ou por estarem exercendo temporariamente outra atividade que os impede de participarem do grupo.

**Tabela 15 – Horas Trabalhadas no Grupo**

<b>Horas Trabalhadas</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
0	4	3,28%
1 hora/dia	13	10,65%
2 horas/dia	31	25,40%
3 horas/dia	12	9,84%
4 horas/dia	17	13,93%
5 horas/dia	6	4,92%
6 horas/dia	16	13,14%
7 horas/dia	2	1,64%
8 horas/dia	6	4,92%
9 horas/dia	3	2,47%
10 horas/dia	4	3,28%
12 horas/dia	1	0,81%
4 horas/semana	1	0,81%
5 horas/semana	1	0,81%
6 horas/semana	1	0,81%
8 horas/semana	1	0,81%
16 horas/semana	2	1,64%
Sem Informação	1	0,81%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Considerando que 118 pessoas, 96,72%, são mulheres e apenas 4 pessoas, 3,27%, são homens, a questão de gênero orienta a análise da diversidade das horas dedicadas ao grupo. Ao analisar o percentual de trabalho até  $\frac{1}{2}$  período, ou seja, até 4 horas/dia, percebe-se o número de 73 pessoas, 59,83%. A não dedicação em período integral remete à interpretação da dupla jornada que a mulher ainda tem que cumprir, conciliando as atividades domésticas com as do trabalho externo. Outra reflexão importante é o controle do tempo da ocupação ser de exclusiva decisão do membro e do grupo e não de um patrão, o que pode levar a opção, inclusive, para um tempo livre. Também é necessário ressaltar que a Tabela 7, se referiu à renda do grupo, detectando-se que esta é, ainda, muito pequena, e esse fato concreto pode impedir que a mulher pague para outra pessoa cuidar dos afazeres domésticos.

Quanto à ocupação dos membros antes de participar dos grupos, a Tabela 16 aponta que 46 pessoas, 37,72%, não exerciam outra atividade econômica, classificando-se como “do lar” ou “nenhuma”; 76 pessoas, 62,29%, ocupavam algum tipo de atividade econômica. Percebe-se que a grande maioria dos serviços não exigiam alto grau de escolaridade. Dentre as 76 pessoas que trabalhavam anteriormente, 14 pessoas, 18,42% (ou 11,49% do total das 122 pessoas) ocupavam-se com atividade “na roça” (agricultura); 13 pessoas, 17,10% (ou 10,65% do total das 122 pessoas) trabalhavam como empregada doméstica e 7 pessoas, 6,57% (ou 5,74% do total das 122 pessoas) atuavam como costureiras e outras 7 como serviços gerais.

**Tabela 16 – Ocupação Anterior**

<b>Ocupação Anterior</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
Do Lar	42	34,44%
Estudante	2	1,64%
Roça	14	11,49%
Lavadeira	1	0,81%
Diarista	6	4,92%
Doméstica	13	10,65%
Eletricista	1	0,81%
Bordadeira	2	1,64%
Pintor	1	0,81%
Assistente Administrativo	2	1,64%
Recepcionista	1	0,81%
Costureira	7	5,74%
Vigilante	1	0,81%
Reciclagem de Lixo	1	0,81%
Atendente de Clínica	1	0,81%
Manicure	1	0,81%
Babá	1	0,81%
Operador de Empilhadeira	1	0,81%
Professora	2	1,64%
Vendedora	2	1,64%
Serviços Gerais	7	5,74%
Horta	1	0,81%
Artesã	3	2,45%
Sacoleira	1	0,81%
Maquinista em máquina de Barbante	1	0,81%
Fábrica de Roupas	1	0,81%
Copeira	1	0,81%
Nenhuma	4	3,28%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Ao analisar a Tabela 17, que se refere à escolaridade dos membros, verifica-se que 55 pessoas, 45,08%, estão dentro da categoria de analfabetos, alfabetizados e de 1ª a 4ª série do ensino fundamental. Ao considerar as classificações de forma isolada, ganham destaque as que freqüentaram da 1ª a 4ª série, correspondendo a 44 pessoas, 36,07%; seguido daquelas que se situam de 5ª a 8ª série, com 37 pessoas, 30,33%; e, em terceiro, aquelas que possuem o 2º grau completo, perfazendo um total de 20 pessoas, 16,39%.

**Tabela 17 – Escolaridade**

<b>Escolaridade</b>	<b>Nº de Membros</b>	<b>Percentual</b>
Analfabeto	5	4,10%
Alfabetizado	6	4,92%
1ª a 4ª série	44	36,07%
5ª a 8ª série	37	30,33%
2º grau incompleto	7	5,74%
2º grau completo	20	16,39%
Superior incompleto	1	0,81%
Superior completo	1	0,81%
Sem informação	1	0,81%

Fonte: PML/Programa de Economia Solidária/Cadastro dos Grupos de Geração de Trabalho e Renda, 2º Semestre 2004

Essa é a realidade vivenciada por 28 grupos de geração de trabalho e renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária, cujos dados explicitados neste capítulo reafirmam a falta de oportunidade que o público, em situação de pobreza, enfrenta em seu cotidiano e a caracterização destes empreendimentos revela, concretamente, a sociedade excludente em vigor.

Assim, a oportunidade de se exercer o “direito” ao trabalho é limitada às difíceis condições de vida já enfrentadas por essa parcela da população e a inserção em alguma atividade produtiva ocorre mediante a conciliação entre baixo custo e conhecimento adquirido na trajetória de vida, o que faz prevalecer, por exemplo, o artesanato em 19 grupos, 67,86% do total dos empreendimentos.

A baixa escolaridade também é limitadora no campo do mercado de trabalho, para o que Castel (2001) e Bertucci (2003) chamam a atenção, pois o desemprego atinge até os jovens qualificados. Dos 122 membros de todos os grupos, 92 pessoas, 75,41%, cursaram até a 8ª série do ensino fundamental, o que torna mais restrito o acesso ao emprego.

Se para os jovens qualificados há imensas dificuldades para a inserção profissional, para aqueles com mais idade as barreiras são quase que intransponíveis. Essa realidade é confirmada pelos dados que apontam que 68 pessoas, o que equivale a 55,74% dos participantes dos grupos, possuem mais de 30 anos a 50 anos de idade.

A estratégia coletiva para se executar um trabalho é um constante desafio que se depara com um Estado não preparado para atender e adequar as

mais diversas atividades de trabalho hoje preponderantes na sociedade, com a instituição de mecanismos legais e de proteção social sob a égide da garantia de direitos.

Dessa forma, os documentos exigidos para a legalização dos grupos de geração de trabalho e renda são inacessíveis, o que vale enfatizar que 18 grupos, 64,30%, não possuem nenhuma documentação.

A dificuldade quanto ao processo de comercialização é detectada por meio dos dados que apontam que 22 grupos, 78,58%, possuem renda mensal grupal de até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta) reais. As formas atualmente estabelecidas para consolidar os empreendimentos, conciliando uma nova forma de produzir e comercializar, também estão aquém das necessidades, o que urge a instituição de mecanismos legais que assegurem a participação destes empreendimentos solidários em compras públicas, a garantia de reconhecimento e investimentos dessa constituição do trabalho no campo da política pública. Além disso, há necessidade da difusão da economia solidária para o público consumidor em geral.

Os grupos têm trajetória recente e, portanto, pouca experiência acumulada na luta pela organização cooperativa como alternativa de trabalho e renda. O público formador destes grupos é composto por pessoas que advêm de uma situação de extrema vulnerabilidade, o que torna esta experiência ainda mais significativa e difícil, pois estão, ao mesmo tempo, recuperando capacidades e enfrentando a exclusão do mundo do trabalho. Esta luta torna-se mais complexa na medida em que são grupos com insuficientes condições objetivas de trabalho (matéria-prima, maquinário, etc) e insuficiente grau de organização.

É a partir das dificuldades sofridas no cotidiano, no que se refere à exclusão das atividades econômicas propostas no atual sistema sócio-econômico, ao não acesso ao crédito para o empreendimento, à baixa escolaridade, ao não acesso aos mecanismos de documentação legal do empreendimento, à legislação não adequada à realidade dos grupos de geração de trabalho e renda, à dificuldade de se organizar coletivamente, que se colocam os desafios a serem enfrentados para o fortalecimento, consolidação e ampliação da Economia Solidária, entendendo-a como uma nova forma de trabalho e da organização da rede de produção, comercialização e consumo de empreendimentos solidários.

## **CAPÍTULO V**

### **6 MECANISMOS DE CONSTRUÇÃO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NOS GRUPOS DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**

O presente capítulo analisa os dados coletados na pesquisa realizada, que teve como fonte de dados os grupos de geração de trabalho e renda fomentados pelo Programa de Economia Solidária.

Para a coleta de dados, adotou-se a entrevista grupal, realizada com cada grupo. Houve contato telefônico para o agendamento das entrevistas grupais com um dos membros de cada grupo, para o qual foi solicitado que estendesse o convite a todos os participantes do grupo. As entrevistas foram realizadas na casa de um dos membros, havendo a permissão do uso de um gravador. Assumiu-se o compromisso de não divulgar o nome dos grupos e pessoas entrevistadas. Dessa forma, na análise dos dados, os grupos são identificados utilizando-se das letras A, B, C, D, E e F.

Contou-se com a participação de 3 a 9 pessoas por grupo nas entrevistas grupais, o que perfaz um total de 31 pessoas entrevistadas.

Aos grupos foram lançadas algumas questões:

- O que motivou a implantação do grupo ?
- Por que da opção por esse ramo de produção ?
- O que é Economia Solidária ?
- Como ocorre a organização do trabalho no grupo (produção, comercialização, tomada de decisão, divisão da renda) ?
- No trabalho desenvolvido pelo Poder Público por meio do Programa de Economia Solidária, quais são os pontos importantes e quais deveriam ser mudados ?
- O que é a rede solidária de produção, comercialização e consumo (como ela pode se constituir) ?
- Como pode ser fortalecida a Economia Solidária ?

Na sistematização e análise dos dados, foram consideradas 5 categorias que, a seguir, serão analisadas, a partir do foco da opinião expressa

pelos componentes do grupo e não da postura individual.

- 1 - Concepção de Economia Solidária
- 2 – Forma de Enfrentamento do Desemprego
- 3 – O papel do Poder público
- 4 – As relações Intra – Grupo
- 5 – Fortalecimento da Economia Solidária

Ressalta-se, ainda, que, na transcrição das falas, no momento em que é citado o nome de uma pessoa, será utilizada uma letra do alfabeto para preservar o sigilo dos entrevistados.

## **6.1 Concepção de Economia Solidária**

Cabe destacar que a introdução da discussão da Economia Solidária nos respectivos grupos ocorreu quando da implantação do Programa de Economia Solidária pela Prefeitura de Londrina. A partir daí, foram fomentados e passaram a receber acompanhamento no final de 2003. Dessa forma, são experiências recentes, compostas por pessoas que tiveram suas vidas marcadas pela exclusão social e por práticas que permeiam essa concepção.

Assim, tanto no âmbito da vida pessoal quanto do trabalho, reproduzir e exercitar a competitividade, a relação desigual e vertical de mando e desmando num local de trabalho, a divisão entre quem decide e executa, daquele que pensa e daquele que faz, a desigualdade salarial entre os que mandam e os que obedecem, a detenção do conhecimento para determinadas pessoas e a hierarquização são práticas consideradas como “natural” para o desenvolvimento econômico e para a vida da população.

A reprodução disso como o caminho para a garantia do “sucesso individual” é a ética vigente atualmente. Por outro lado, pensar o trabalho e exercê-lo sob outro olhar pode apresentar-se como uma das alternativas de enfrentamento à pobreza. Essa análise poder ser sustentada a partir da exposição de Tauile e Rodrigues (2004).



Ao confrontarmos os números da exclusão , que são de grande monta, com os da criação de postos de trabalho (formal) mesmo quando a hipótese de crescimento da economia e geração de postos de trabalho e renda é vislumbrada e palpável, julgamos ser o fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo (dos trabalhadores e trabalhadoras), através da autogestão de empreendimentos, muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis no longo prazo, ao funcionamento das economias contemporâneas (TAUILE e RODRIGUES: 2004, p.35).

Exercitar o novo, o diferente requer um processo de aprendizado e de incorporação não só de um grupo de geração de trabalho e renda, mas envolve a comunidade como um todo, o que fica evidente no relato do grupo A que se segue:

Pelo o que eu tenho participado, eu vejo que a Economia Solidária, se a gente não consegue fazer, por exemplo, esse trabalho em conjunto você acaba não conseguindo fazer mesmo uma economia. Porque, por exemplo, se a D. faz uma toalha de crochê, a vizinha dela, por exemplo, faz o sabão, a própria vizinhança dela pode ser cliente dela, porque quem que não consome sabão?

Então, eu acho que a partir do momento que a gente conseguir ter consciência que a comunidade pode trabalhar em conjunto, produzir e comprar o seu próprio produto e não ir, por exemplo, sair daqui e ir lá no mercado comprar um tapetinho sendo que aqui no nosso bairro a gente produz isso.

Eu acho que se a gente tiver consciência de que a nossa renda pode gerar até no próprio bairro não precisa, não precisa depender de uma feira ou de uma exposição para trabalhar. Uma colcha quem que não usa uma colcha na cama?

Então, a gente tem tentado acho que através de tudo que a gente tem feito, aprender e saber como a gente trabalhar com a própria comunidade mesmo, porque a Economia Solidária, acho que é a gente mesmo fazer aquela parte nossa, que é mostrar o que a gente sabe fazer e colocar para as pessoas a consciência que ele pode ser solidário junto com a gente também.

Então, acho que penso assim, que se a gente começar a gerar renda na própria comunidade o espaço para a gente vai ser sempre maior, né? Não pegar daqui e levar lá para a cidade, às vezes a pessoa nem sabe da onde tá comprando, quem que é esse grupo, da onde ele vem. Tem muitas pessoas que até perguntam quando vai comprar, mas tem muitos que compra e vai embora e não pergunta.

É. E aí acho que a gente estaria trabalhando a Economia Solidária junto, porque desde quando, assim, acho assim, a gente tá mostrando, a gente já tá procurando divulgar o trabalho, já tá procurando se unir mesmo, porque acho que a comunidade ela faz parte do nosso trabalho também né?

O depoimento do Grupo A valoriza o potencial da própria

comunidade local composta por pessoas que produzem e, ao mesmo tempo, que possuem necessidades de consumo. Essa idéia traduz o conceito de desenvolvimento local, o qual parte da realidade local e tem por objetivo contribuir para a melhoria da condição de vida dos moradores.

No que se refere ao desenvolvimento local, Jesus (2003) argumenta:

Desenvolvimento local é entendido como um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade local, criando oportunidades de trabalho e de renda, superando dificuldades para favorecer a melhoria das condições de vida da população local. Assim, se trata de um esforço localizado e concentrado, isto é, são lideranças, instituições, empresas e habitantes de um determinado lugar que se articulam com vistas a encontrar atividades que favoreçam mudanças nas condições de produção e comercialização de bens e serviços de forma a proporcionar melhores condições de vida aos cidadãos e cidadãs, partindo da valorização e ativação das potencialidades e efetivos recursos locais (JESUS: p. 72, 2003).

No relato do Grupo A, também estão presentes, no aspecto da comunidade, as relações de vizinhança, de pessoas que vivem numa mesma região e que compartilham capacidades e necessidades ao mesmo tempo comuns e específicas, por meio das quais o enfoque comunitário e a união apresentam-se como potenciais para o desenvolvimento do trabalho coletivo.

Esse depoimento reafirma os estudos de Razeto (2001) que apontam para os laços de vizinhança, de amizade e de confiança como facilitadores de uma economia alternativa, que é a Economia de Solidariedade. Para Coraggio (2003), também a proximidade do local de moradia contribui para a Economia Popular.

Encontra-se também presente a concepção da Economia Solidária enquanto troca de conhecimento e socialização de experiências intra grupo, o que pode ser percebido no relato de vários grupos.

No meu ponto de vista, eu acho que é porque quando ela tem dificuldade de fazer um tipo de trabalho, eu estou sendo solidária com ela, tô passando para ela uma idéia, depois ela vai passar uma idéia para mim também. A gente trabalha em grupo, a gente é solidária umas com as outras (Grupo F).

Suponhamos que ela tá fazendo um crochê, como ela não tem muita prática com o crochê e eu já tenho mais, aí ela quer aprender algum ponto, ela pegou uma amostra para ela fazer e tem um ponto que ela não entende muito bem, como eu tenho mais prática, eu tô sendo solidária de ensinar aquele ponto que ela não sabe. Eu acho que é por isso (Grupo F).

É. Vamos supor que eu estou fazendo tricô, e eu não tenho prática com tricô mas como eu preciso do dinheiro, e eu peguei aquela encomenda, a F. já sabe melhor o tricô, então eu tô com dificuldade, ela já vai ser solidária comigo de me dar uma idéia, me ensinar uma parte que eu não tô entendendo bem, é por isso que eu entendo que é solidária nessa parte (Grupo F).

Porque se o grupo tem que continuar, a gente tem que estar unido, solidário, porque só uma não vai conseguir levar o grupo para frente, porque é um grupo (Grupo F)

Porque uma tenta ajudar a outra, não é? (Grupo B)

Se unir, sempre lá nas feiras é falado para ajudar a outra, para nós comprar uma da barraca da outra não é? (Grupo B)

É tipo assim, igual a C., mesmo não sabe fazer alguma coisa, eu faço para ela, e outra coisa que eu não sei, ela faz para mim (Grupo B).

Vamos supor, se eu aprendo a fazer uma coisa em outro lugar, eu venho e ensino as outras (Grupo B).

Aí traz e ensina também (Grupo B).

Bom, por ser solidário é que nós vamos passar um para o outro, e reunir em grupo, trabalham juntos e não trabalhando diversificado cada um, eles reúnem o que sabem a força que tem e formam um grupo (Grupo C).

Sob a égide da sociedade salarial, expulsam-se do mercado de trabalho aqueles que não detêm um saber adquirido nos bancos escolares. Qualquer outro tipo de saber é desconsiderado. Mas, nas falas acima, evidenciam-se a existência e a detenção de um saber adquirido durante a trajetória de vida e que pode ser socializado com outros para o desenvolvimento de um trabalho coletivo.

Nesse processo de exclusão, de uma série de perdas, como o emprego, a participação política, a renda, fica claro, nos relatos, que há algo que pode ser compartilhado. Essa partilha está relacionada à solidariedade, aqui entendida como a troca de idéias, de práticas, de ajuda mútua e de ensinar ao outro aquilo que cada um aprendeu.

A solidariedade é um dos princípios básicos da Economia Solidária e, além de estar presente nas relações intra e entre grupos, deve atingir outros públicos. Para Melo Neto e Magalhães (2003), este é o maior desafio, pois este sistema não tem sustentação sem a adesão pela solidariedade.

Essa solidariedade muitas vezes acontece de forma espontânea e induzida, sem que isso represente uma atitude consciente. A consciência com instrumentos geridos pela própria comunidade, que faz dialogar produtor e consumidor – com base em outras regras e outras lógicas, diferente da rigidez e frieza das regras do mercado – é um passo para a cultura da solidariedade (MELO NETO e MAGALHÃES: 2003 p. 16).

Para Singer (2001), nesse mercado saturado, a solidariedade é a solução racional para um conjunto de produtores autônomos que se articulam e organizam para a troca de produtos entre si, além de oportunizar a todos o escoamento de seus produtos.

A troca de conhecimento relatada pelos grupos supõe que, por meio da prática individual, não se conseguirá alcançar um patamar de organização que

possa fortalecer o grupo. Os depoimentos também se referem à perspectiva da articulação da rede de empreendimentos solidários.

Pode-se perceber, nos relatos dos grupos, que a ênfase da atuação em rede recai sobre a possibilidade de realização de troca de produtos, do consumo solidário, da troca de informações e conhecimentos entre os grupos. Eles concebem a organização em rede como possibilidade de crescimento e fortalecimento.

Essa perspectiva, já tratada no capítulo II, é a mesma apontada por Singer (2002), quando se refere à necessidade dos empreendimentos solidários isolados articularem-se num todo.

Os relatos que se seguem demonstram as diferentes, mas complementares formas de se entender o trabalho em rede. Diz o Grupo E:

Eu acho, a rede, eu acho que é um grupo se ajuntar, uma rede, eu penso assim, uma rede de empreendimento que a gente está fazendo.

É, acho que sim, trocando idéia, porque se a gente tem, nosso aqui mexe com crochê e ponto cruz, o outro grupo já tem, já faz outro tipo assim, eu acho que a gente trocando idéia, eu acho que, eu percebi assim...

(...) se a gente se unisse com outros grupos a gente aprendia mais do que a gente sabe, outras coisas que a gente não sabe, a gente iria aprender.

Troca de informação, de conhecimento, o que a gente sabe, a gente ensina para o outro e o outro ensina a gente também.  
A troca de conhecimentos.

Porque eu acho assim, também, essa união, essa rede é, no caso, por exemplo, outro distrito né? Então, a gente levaria o nosso trabalho daqui lá, e elas traziam o trabalho delas para cá, seria uma rede onde a gente iria...

Circulando...

Circulando o nosso trabalho e elas também.

É, daí outras pessoas também de fora ia acabar conhecendo o nosso trabalho e a gente ia...  
 ia conhecer os distritos, porque a gente (...) eu vejo que não conhece o distrito da outra.

A gente vê lá na, quando tem feira a gente vê os produtos das outras lá para vender, e elas vê o da gente e a gente vê os delas lá também, é sempre diferente do que a gente faz, cada tem um...  
 Cada uma incentivar a outra, por exemplo, eu faço um crochê, bordo, né, então, se a gente vê material diferente, incentiva a gente a fazer mais coisa.

#### O Grupo A complementa:

Não fica não só num grupo só, ele vai no grupo da zona sul, até fora daqui de Londrina, quer dizer, não é só aqui, não fica só por aqui, vai longe.

Os depoimentos evidenciam a necessidade da expansão para outras localidades, o que permitiria a troca de experiências e a circulação dos produtos, cuja distribuição e comercialização garantiriam efetiva geração de trabalho e renda.

Mance (2003) discorre sobre o objetivo das redes.

O seu objetivo principal é gerar trabalho e renda para as pessoas que estão desempregadas e marginalizadas ou que desejem construir novas relações de produção, melhorar o padrão de consumo de todos os que dela participam [...] (MANCE: p. 81, 2003).

O depoimento do Grupo B expressa que, para a organização da rede, há dificuldades, quando relata “é possível, não é ? É difícil, mas é possível”.

Novamente vêm à tona os limites impostos a essa proposição, que busca avançar de forma a superar uma ação pontual e constituir-se como uma estratégia de organização participativa, flexível, descentralizada, horizontal, pautada na integração e no compartilhamento de objetivos comuns.

Observa Melo (2002) sobre a ação em rede de uma experiência de

Portugal, cujas reflexões também podem ser consideradas na realidade local.

Como em qualquer outro processo dentro desta perspectiva, em que se tenta avançar contra a corrente, não há vitórias definitivas nos projetos de desenvolvimento local desenvolvidos através de ação local dos cidadãos. Qualquer eventual sucesso, que é inexoravelmente alcançado graças a um esforço pessoal desproporcional, acaba sendo apenas o início de nova corrida de obstáculos. O sentimento generalizado entre os que participam deste movimento é o de que estão permanentemente tentando subir um lance descendente de escadas rolantes ... No entanto, quando se entra em um movimento deste gênero, é impossível parar ou sair, pois cada momento de uma luta como essa traz um animador sentimento de 'estar vivo', um passo recompensador no nosso esforço pessoal e coletivo para a melhoria da nossa sociedade e do mundo em geral e, ao fazê-lo, para melhorarmos a nós mesmos (MELO: 2002, p. 463).

A possibilidade dessa construção é apontada por Mance (2002), que enfatiza o seu grande potencial.

Muitas redes e organizações solidárias já se deram conta desse potencial coletivo, revolucionário, capaz de democratizar a economia, a política e a cultura, afirmando-se novos padrões para o desenvolvimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável, que integra o local e o global de maneira aberta e fecunda. A maior parte das organizações que atuam nesse campo, entretanto, ainda não se apercebeu desse potencial de transformação estrutural e continua agindo sem encadear as conexões necessárias para potencializar a sinergia que essa integração é capaz de gerar (MANCE: 2002, p. 260).

Os Grupos A, C e F também enfatizam a realização da troca de produtos.

Eu acho assim, tá sim porque a gente já faz isso, até porque, bom, aqui na região norte mesmo a gente faz essa troca, entre os grupos que já tão começado e tem até entre as outras pessoas que a gente não conhece, a gente acaba até fazendo essa parceria (Grupo A).

Eu vejo pela feira, quando a gente fala “vamos fazer uma troca?” a

gente já vê que o pessoal já tá, sabe, sentindo essa vontade de trocar, porque eles sabem que a troca é importante, é o produto que eu quero e o produto meu ela tá precisando também (Grupo A).

Troca é comigo mesmo.  
Essa aí é a troca-troca.  
Eu fiz em Maringá, fiz aqui (Grupo C).

Isso, que a gente pode trocar, o que eu tenho, o que eles não têm, e em termos de limpeza, a gente precisa muito talvez de um produto que eles fazem lá para alvejar o nossos panos, para lavar, de amaciante. Então, isso a gente não tem condições de comprar (...) a gente pode tá pegando deles esse material e eles pegando o nosso (Grupo F).

A realização de trocas no momento das feiras partiu da iniciativa dos próprios grupos que tiveram sua primeira experiência ao participar do I Forum Paranaense de Economia Solidária e da I Feira Paranaense de Economia Solidária, conforme o relato acima destaca.

Os depoimentos mostram que a troca é realizada em decorrência de uma necessidade das pessoas por um produto não produzido pelo próprio grupo. Essa atitude foi elencada nas reuniões de avaliação das feiras (FEISOL) como positiva, por atender ambas as partes, ou seja, o consumidor que possui uma necessidade e o produtor que precisa comercializar o seu produto, especialmente aqueles perecíveis, como os alimentos que têm urgência de serem consumidos em função do período de validade.

Melo Neto e Magalhães (2003) descrevem o que é um Clube de Trocas, cujo conceito pode ser utilizado nas trocas realizadas pelos grupos de geração de trabalho e renda.

[...] é o produto da decisão de um grupo de pessoas de juntar as necessidades de consumir de umas com capacidades de produzir de outras, que não poderiam encontrar-se por falta de dinheiro. Ou seja, pessoas que têm algo para 'oferecer' e pessoas que têm algo para 'consumir' fazem a troca desses produtos e serviços, sem que a presença do dinheiro seja determinante (MELO NETO e MAGALHÃES: 2003, p. 60).



Também está presente, na concepção de rede, não somente a realização do consumo solidário como forma de aquisição daquilo que é necessário para a pessoa, mas igualmente a valorização do trabalho do outro, o que se verifica nos seguintes relatos:

E a consciência de comprar também, por exemplo, ontem quando eu fui lá no Encontro de Economia Solidária [...] uma das meninas [...] faz uma bandeja, e eu precisava dar um presente de casamento, e eu achei aquele presente lindo, porque eu fui na feira e é elas que fazem, eu fui lá e até era aquela que tava gestante que já foi para o hospital ganhar neném, naquele dia, aí ela tadinha, você viu que até ela chorou tudo, mas eu já tinha encomendado a bandeja, ela falou tá pronta, aí eu já dei o dinheiro lá (Grupo A).

Então, eu acho que aquilo ali já é uma Economia Solidária, porque não é porque ela mora lá no [...] eu não comprei por dó, não comprei por nada, porque eu achei o trabalho dela bonito (Grupo A).

Eu acho que isso daí a gente tem que trabalhar no dia a dia, até com a própria comunidade e com a gente mesmo, com os amigos, eu acho que não tem que comprar o produto por dó, nem porque ela tá precisando, nem porque ela, acho que é porque a gente acha bonito mesmo, acho que isso a gente tá trabalhando entre a gente [...] (Grupo A).

Eu mesma, quantas vezes que eu vou nessas feiras eu já vou com o meu dinheirinho, já vou reservando quando ela fala “tal dia dá para você ir” eu falo “dá”, então até chegar esse dia, eu vou guardando algum dinheiro, chega lá, eu gasto o meu dinheiro [...] (Grupo F).

Lá mesmo, quando a gente vai fazer a feira lá, eu compro muito é doce do doceiro lá, trago bastante doce para casa (Grupo E).

Pode ser identificada, nos relatos, a menção à consciência que os consumidores devem adquirir, quando da compra de um produto. É de conhecimento de todos que, por meio do consumo, pode-se reforçar uma produção baseada numa relação desigual, consequência da exploração da força de trabalho, ou no fortalecimento de movimentos e grupos que se propõem a desenvolver a

produção sob a ótica da relação entre iguais, da autogestão, do entendimento do trabalho enquanto realização humana, fonte de criação e de valorização das pessoas.

A discussão sobre o consumo solidário traz ainda, em seu cerne, divergências de posturas entre os diferentes autores, o que pôde ser verificado no capítulo II. Para Mance (2001), é chamado de consumo solidário aquele que tem por objetivo a promoção do bem-viver, que consiste na aquisição de um produto com características similares, ainda que seja um produto mais caro ou um pouco inferior. Singer (2002) considera que o esforço militante para promover o consumo solidário traz resultados ínfimos, pois, nessa ótica, “o consumo solidário lhes poupa a necessidade de se atualizar tecnicamente, levando-as a se acomodar numa situação de inferioridade, em que ficam vegetando” (SINGER: 2002 p. 119).

No entanto, pode-se entender que a adoção do consumo solidário não exclui os grupos de geração de trabalho e renda da vivência e da relação que devem estabelecer com outras empresas e com a sociedade como um todo, hoje alinhadas sob a égide do capital.

Adotar o princípio do consumo solidário não significa ser conivente com a produção de má qualidade. Significa a possibilidade de, cada vez mais, envolver parcelas da população a desenvolverem o senso crítico quanto às consequências de sua opção pelo consumo. Acreditar no potencial do consumo solidário não requer o isolamento da economia solidária nessa única direção.

Mance (2003) resgata a discussão dos tipos de consumo, relacionando 4 formas de consumo: consumo alienado, compulsório, bem-viver e solidário.

Para o autor, o consumo alienado é aquele realizado em função das propagandas que manipulam as pessoas gerando necessidades, desejos e ilusões; o consumo compulsório é praticado por pessoas que, para satisfazer suas necessidades, não possuem condições financeiras e não têm alternativa de escolha; o consumo do bem-viver é aquele realizado por pessoas que possuem condições de escolha daquilo que vai proporcionar o seu bem-viver; e o consumo solidário é aquele no qual as pessoas selecionam os produtos que consomem ao preferirem os produtos das redes de colaboração solidária e buscam, assim, garantir o bem-viver de todas as pessoas.

## 6.2 Forma de enfrentamento ao desemprego

A condição da pobreza e a realidade vivenciada no mundo contemporâneo da falta de emprego atingem cada vez mais parcelas crescentes da população e fazem com que formas alternativas de sobrevivência sejam encontradas.

Para Castel (1999), esta situação de desemprego e a precarização das relações de trabalho, que resultam em exclusão social, é chamada de desfiliação.

[...] A presença, aparentemente cada vez mais insistente, de indivíduos colocados em situação de flutuação na estrutura social e que povoam seus interstícios à margem do trabalho e nas fronteiras das formas de troca socialmente consagradas – desempregados por período longo, moradores dos subúrbios pobres, [...] vítimas das readaptações industriais, jovens à procura de emprego e que passam de estágio a estágio, de pequeno trabalho à ocupação provisória ... [...] (CASTEL: 20001 p. 23).

Dessa forma, há aqueles que se inserem no mercado informal em ocupações precárias, sazonais e semiclandestinas como vendedores ambulantes, guardadores de carro em vias públicas, limpadores de pára-brisa de carros, lavadores de carros em locais públicos; e aqueles que encontram trabalho na própria comunidade, a partir das relações de vizinhança e da vinculação a grupos produtivos.

A leitura da sociedade excludente na qual se vive é feita pelos participantes dos grupos de geração de trabalho e renda e pode ser identificada nos relatos que se seguem:

Bom, eu não posso trabalhar, ficava sem trabalhar por causa da doença, aí a V. me chamou para [...] fazer os artesanatos daí eu tô fazendo e vou fazendo até vou criando alguma coisa, e vou criando mais e mais (Grupo C).

[...] porque você vê, a gente chega numa faixa de idade, a empresa não quer pegar, ainda mais com o pouco estudo que a gente tem. Então a gente tem que se virar em casa com alguma coisa (Grupo D).

[...] e também a falta de emprego, cada um tem que fazer uma coisinha para se defender (Grupo D).

Olha, é eu falando para a maioria das que estão aqui, o meu caso é difícil arrumar emprego, na minha idade, o lugar que não ajuda muito é muito mal falado, é a depressão, e eu amo o artesanato [...] (Grupo F)

O que que motivou? O desemprego mesmo. Eu acho assim, que cada pessoa, eu penso assim comigo né, diretamente falando de mim, é uma opção de trabalho mesmo que a única empresa que eu trabalhava era doméstica, então [...] eu pude mostrar o que eu era capaz de fazer (Grupo A).

Os depoimentos confirmam a idéia da ótica competitiva vivenciada no cotidiano, na qual aqueles que possuem maior escolaridade e melhor idade produtiva acabam por conseguir espaço no mercado de trabalho. Dos 6 grupos entrevistados, em 5 grupos, o desemprego apareceu como fator preponderante e desencadeador da organização dos grupos de geração de trabalho e renda.

Ainda, nos relatos, fica evidente a discriminação enfrentada no momento da busca por um emprego que possui, dentre os inúmeros requisitos exigidos, o local de moradia. Tal critério, muitas vezes, impede que empregos sejam oportunizados, considerando a presença desse fator discriminatório. Para Yasbek (1999), há um olhar para essas localidades como aquela que é patológica, como se fosse uma doença.

As famílias residentes em favelas, assentamentos e ocupações recebem o estigma ao qual se refere Paugam (2003), herdam a identidade negativa, na qual são marcados pelo status desvalorizado. “Trata-se de uma desvantagem suplementar – para procurar um emprego, por exemplo – e um sinal exterior de que pertencem às camadas inferiores da hierarquia social” (PAUGAM, 2003, p. 213).

A doença é outro fator impeditivo para o acesso ou, igualmente, para o afastamento do mercado de trabalho. Como já abordou o Capítulo I, com os índices alarmantes de desemprego, para cada vaga de trabalho que se abre, há um enorme contingente de pessoas que disputam este posto, o que permite a ampla escolha, entre o rol de requisitos, daquele que é mais “saudável”.

O nível de escolaridade também aparece no depoimento do Grupo D como condição para o emprego. A baixa escolaridade dificulta a inserção no mercado de trabalho, versão essa a que se refere Marques (1997) ao abordar o desemprego dos qualificados no âmbito mundial, em especial na França. No entanto, é ilusório pensar que a resolução para a crise da sociedade salarial ocorre simplesmente pela equação: maior escolaridade resulta em mais emprego, pois o desemprego é consequência de um problema estrutural do sistema excludente hoje vigente.

Para Santos (2004), é necessário compreender que tudo isso resulta da adoção de um modelo sócio-econômico capitalista selvagem que não traz oportunidades sociais para todas as pessoas. Implica, sim, acumulação e o privilégio de uma minoria em detrimento da maioria.

Hoje nem todo mundo é qualificado e competente, e a elevação do nível de formação continua sendo um objetivo social. Mas este imperativo democrático não deve dissimular um problema novo e grave: a possível não empregabilidade dos qualificados (CASTEL: 2001 p. 521).

Entretanto, mesmo com essa análise, não se descarta a necessidade de investimentos públicos na educação, mas não são os únicos instrumentos de enfrentamento. Reafirma-se a importância do Poder Público desenvolver estratégias e mecanismos de trabalho estruturados a partir de uma nova constituição do trabalho.

Mesmo diante dessa realidade adversa, o que se evidencia nos relatos é a esperança de poder viver de seu trabalho como meio para a melhoria da condição de vida.

Porque muitas aqui, não sei, a maioria tem casa própria, outras ainda não tem, então o sonho de todo mundo qual que é, ajudar o marido para conseguir ter a tua casa própria, conseguir criar os teus filhos, porque o maior objetivo hoje de todo mundo é esse, ter uma família, porque igual a P. só tem um filho, tá começando agora, mas aqui a maioria já teve filho (Grupo A).

Quer dizer, no trabalho já tem mais de cinco anos, trabalhando assim com este trabalho de artesanato. Mas assim legalizado, agora com expectativa de crescimento, desenvolvimento, participando de feira, de exposições tem há um ano (Grupo A).

Sabe o que que acontece, é que isso pode gerar empregos para outras pessoas que realmente precisam também para comprar comida, você tá entendendo, eu ainda tenho para comprar comida, mas tem gente que não tem, tem muitos que amanhã esse dinheiro se ele entrar, esse dinheiro vai ajudar para ele comprar uma comida, é por isso que eu não desisti, não foi nem pensando em mim, é mais pensando nos outros que podem vir depois (Grupo D).

Porque eu não tenho outra opção de emprego né S., eu tenho que me virando é assim, e seguir em frente, a hora que eu vejo que não vai dar para mim continuar sozinha, eu vou trazer outras companheiras (Grupo D).

O primeiro relato mostra o enfoque na família, o objetivo de “ter uma família”, o sonho de ter casa própria e criar os filhos. Canalizar a preocupação para a família é compreensível para essa vida de privações cotidianas. O desemprego, a baixa escolaridade, a discriminação do local de moradia estão presentes na realidade vivida por essas pessoas, o que as expõem a todas as inseguranças quanto à possibilidade de prover a família com condições objetivas. Por outro lado, enfrentar a pobreza, a falta de renda e a falta de emprego é possível através de soluções individuais e coletivas.

[...] os pobres, mesmo quando são dependentes da coletividade, não estão desprovidos de possibilidades de reação apontando o caráter equivocado da noção de exclusão. [...] Diversos trabalhos têm mostrado que os pobres reagrupados em ambientes socialmente desqualificados podem resistir coletivamente – ou às vezes individualmente – à desaprovação social, tentando preservar ou restaurar sua legitimidade cultural e, assim também, sua inclusão social (PAUGAM : 1999 p. 65).

Conseguir viver do próprio trabalho é analisado pelos grupos sob 3 diferentes formas, desde as que implicam o alcance de um emprego que supõe a relação patrão-empregado e um “salário fixo” no final do mês; as que indicam conciliação entre as atividades econômicas no grupo e o emprego; e as atividades desenvolvidas no grupo que permitem desenvolver capacidades, trazem valorização, criatividade e, conseqüentemente, elevação da auto-estima.

[...] É que a maioria que tava no começo, hoje até já tá trabalhando, tá no emprego já, que começou desde o comecinho tá trabalhando em empresas, conseguiram as vagas através da opção de ter trabalhado e conseguido aprender a costura, então conseguiu entrar em empresas (Grupo A).

Então outros que saíram, outros que foram para um emprego, agradeço a Deus todos eles, que caso como a dona V. agora que a gente colocou lá na creche [...] (Grupo A).

[...] por exemplo eu tenho muitos que tão no grupo que têm outro emprego também, mas que não consegue manter a renda, então tá junto com o artesanato também (Grupo A).

Ah, foi desde o ano passado, foi o primeiro dia, foi no dia do carnaval do ano passado em fevereiro, que nós começamos a atuar, tava com dezesseis no grupo, aí foi dispersando, alguns começou a trabalhar, outros queriam o retorno mais rápido, mas não é possível, como você sabe, é difícil e algumas pessoas não levam jeito mesmo, não consegue, não é isso que elas descobriram que não é aquilo que elas queriam, aí ficamos, permanecemos nós quatro (Grupo C).

E de construir mesmo, porque, às vezes, trabalhar de doméstica eu chego lá, limpo a casa, mas eu não produzi nada, eu só fiz um serviço que eu vou fazer na minha casa.  
Então a opção de escolher pelo artesanato foi uma coisa que eu achei que eu poderia mostrar o que eu tinha capacidade de fazer (Grupo A).

Eu, às vezes não tenho assim aquela capacidade de pegar uma coisa grande para fazer, mas coisa pequena eu vou treinando, às vezes as primeiras coisas que eu fiz a K. foi me ajudando, “você faz assim, assim, assim”, eu fui fazendo o primeiro, ela foi falando e eu fiz, depois eu pensei “não acredito que foi eu que fiz” (Grupo F).

O objetivo é conseguir inserir-se no mundo produtivo, não importa a forma, pois a necessidade concreta e imediata é a garantia da sobrevivência. Para isso, a experiência adquirida no grupo de geração de trabalho e renda qualifica as pessoas e as habilita para outras oportunidades de emprego.

A possibilidade de uma ação política que se coloca no campo da Economia solidária, o que se vislumbra por meio de uma nova forma de trabalho, muitas vezes não está presente na luta imediata, de forma contínua e sistemática. A necessidade premente de renda impõe a sujeição das pessoas à atividade que traga retorno imediato.

Para tanto, ao se pensar sobre o amplo acesso a uma nova forma de trabalho pela via da Economia Solidária, urge dotar o Poder Público com proposições concretas e efetivas, e o movimento social da Economia Solidária com condições que permitam dar respostas rápidas e ágeis de alternativas de trabalho e renda.

Observa-se que aqueles que optam por esse caminho não o fazem por concepção ideológica, salvo raras exceções. Entretanto, esse espaço de organização pode trazer ao trabalhador uma nova concepção do mundo de trabalho, de relações, de mercado, com a construção de valores que privilegiam o respeito pelo outro, o bem-estar coletivo, a ajuda mútua, a valorização do humano; enfim, pode possibilitar seu empoderamento (CORTIZO e OLIVEIRA: 2004 p. 84).

Para viver do trabalho, nem sempre a escolha parte daquilo que é prazeroso, que traz realização profissional. Assim, acontece a dupla atividade, ou seja, a participação no grupo de geração de renda com outro emprego.

Apesar de ser perceptível que a produção na área artesanal existe por todo o Brasil, a experiência com os grupos de geração de trabalho e renda de Londrina aponta que, apesar das ações desencadeadas pelo Programa de Economia Solidária, os grupos não conseguem ainda uma renda mensal que



possibilite viver desse tipo de produção.

Dessa forma, para garantir a sobrevivência, não há muita alternativa de escolha por parte dos integrantes dos grupos, embora a experiência acumulada com a participação nos grupos contribua e qualifique para o emprego, o que pode ser constatado nos depoimentos. A questão da sobrevivência faz com que, independentemente da ocupação, haja um rápido retorno, que possibilite condições de se alimentar, vestir e morar.

Os pobres raramente podem se dar ao luxo de ficar 'desempregados'. Os pobres ficam 'parados' quando a procura por seus serviços cessa, mas eles não podem permanecer nesta situação muito tempo. Se não conseguem ganhar a vida na linha da atividade a que vinham se dedicando, tratam de mudar de atividade ou de região, caso contrário correm o risco de morrer de fome (SINGER, 2001, p. 31 – 32).

Assim, o trabalho explorador e alienante, base da sociedade moderna, é a grande aspiração das pessoas que sempre buscam um emprego e a inserção no mundo produtivo.

Por outro lado, a opção por um trabalho que propicie renda, paixão, terapia, criatividade, valorização e desenvolvimento de capacidades também merece destaque. É o que expressam os relatos:

Muita gente depois não acredita que foi a gente que fez aquilo, agora imagine se eu for fazer sozinha aquilo lá acho que eu não sei fazer, mas só olhando assim a gente faz, né (Grupo F).

Então, com a ajuda de outro, a gente vai para frente, às vezes tem muitos que a gente vê chegar aqui e dizer “agora não tem dinheiro eu vou sair, outras vezes não quer nem se importar, mas isso a gente aprendeu aqui, mas tem muito mais coisa para aprender e ensinar para outros que estão aí e que não sabe” (Grupo F).

Então, muita gente, às vezes, imagina querer só para ele aquilo, e nós temos que dividir um pouco porque eu não sei aquele sabe, o que aquele não sabe eu sei. Então é todo aquele, tem que ser unidas umas com as outras mesmo, então [...] também de poder estar reunida e eu conseguir fazer o que eu sempre imaginei (Grupo F).

Sempre eu tô fazendo alguma coisa, eu não sei ficar só com uma atividade, por exemplo ficar só com o serviço de casa, cuidando de filhos para mim me mata, eu tenho que estar fazendo outra coisa, isso aí para mim, acho que serviço de casa não traz a renda, porque você só fica lá, lava e passa e não tem jeito e a gente precisa, necessidade também, e eu não sei ficar parada (Grupo A).

É o que eu sempre falo, conversando com elas mesmo, a gente desenvolve uma coisa que tava dentro da gente, por exemplo, a D. agora vai começar a fazer umas blusinhas, então ela vai mostrar a criatividade dela, ela vai mostrar a capacidade dela e o que ela aprendeu, porque às vezes, ela tá lá, ela tem dois filhos, ela não vai poder sair mesmo, colocar a criança na creche, eu sei porque eu tive quatro filhos eu sei o que que é isso, a gente tem dó de passar para outras pessoas fazer o que a gente pode fazer (Grupo A).

Só não sei se é errado, mas é meu ponto de vista. Eu acho que o artesanato é uma terapia, certo? Porque, com tantos problemas que a gente tem, ainda mais como é no meu caso, é doença, é o desemprego, é tudo dentro da minha casa, se eu for me concentrar só naquilo ali eu enlouqueço, então isso daí me distrair, é uma maneira que eu tenho que afasta meus pensamentos ruim, meu tempo não vai ficar naquilo ali, meu também, minha concentração vai ficar naquilo que eu estou fazendo.  
Produzindo, né? (Grupo A)

Olha, se for assim dizer em termos de tempo, eu sou ocupada vinte horas, se ficar vinte horas assim, eu tenho serviço direto é que eu gosto mesmo, tenho paixão pelo aquilo que faço e eu gosto de fazer bem feito, então eu gosto (Grupo A).

A possibilidade de se exercer uma atividade de trabalho que possibilite o desenvolvimento de capacidades traz diferenciais em relação a outras alternativa de emprego, conforme demonstra o depoimento a seguir, em que a única opção era a carreira de empregada doméstica.

Então, eu acho que para isso a oportunidade da prefeitura de Londrina tá desenvolvendo, que a gente precisava de geração de renda mesmo nos bairros, porque qual era a opção de trabalho? Acho que de todo mundo aqui acho que é trabalhar de doméstica (Grupo A).

Uma trajetória marcada pela exclusão, ausência de direitos, precariedade das condições de vida traz, como conseqüências, a dúvida e a incerteza de sua própria capacidade.

A prolongação destas situações de deterioração histórica e de privação, assim como a crescente perda de expectativas relativamente à recuperação e regresso às formas e níveis anteriores, vai gerando outras possibilidades: redefinir aquilo que é necessário e útil, admitir outras formas de produção e consumo mais adequadas. Isso amplia as vantagens de buscar outras formas de efetivar as capacidades das pessoas, competindo ou associando-se para ascender a meios e condições de vida através do trabalho comunitário, da produção simples de mercadorias em empreendimentos individuais, familiares ou cooperativos, das redes de coalizão do poder de compra para baratear os preços de meios de vida, da ocupação de espaços públicos e outras condições de vida do entrono, dos movimentos reivindicatórios frente ao Estado ou ao capital (CORAGGIO, 2003, p. 90).

Sen (2000) analisa que as privações como a fome, desemprego, o analfabetismo, que afetam as pessoas, são barreiras para o pleno desenvolvimento não só sob o aspecto material, mas igualmente de suas capacidades. Para o autor, a liberdade está relacionada com a ampliação das capacidades, quanto mais as pessoas desenvolverem as capacidades pessoais e sociais, mais possibilidades terão para influir no mundo que está a sua volta.

Portanto, conforme os relatos, passar a acreditar naquilo que faz, no potencial que possui, na possibilidade de aprender mais, na perspectiva de ensinar o outro, na probabilidade de extrapolar o mundo doméstico são fatores que se constituem como fundamentais, a partir do desenvolvimento de um trabalho que propicie a expansão das capacidades.

Arruda (2003), em seus estudos, refere-se ao trabalho emancipado como aquele que extrapola a perspectiva material e coloca, como um dos sentidos de emancipar:

O de libertar o trabalho humano das armadilhas da mera sobrevivência material, o que se consegue através da reorganização da economia e do Estado em torno das necessidades humanas, das formas familiares e comunitárias e associativas de propriedade e gestão da produção, da promoção de um padrão ético e solidário de consumo, do retorno da circulação da moeda como meio de troca em vez do seu estancamento por acumulação, da criação de sistemas transparentes de regulação, supervisão e garantia do bem comum (CATTANI: 2003 p. 267).

Também está presente, nos depoimentos, a ênfase em programas públicos que tragam à população outras possibilidades para além do atendimento emergencial por meio da cesta básica.

Por exemplo, a gente falamos sobre o projeto Fome Zero, eu acho assim, que é muito importante, para nós aqui foi muito importante, porque a gente conseguiu, porque a gente sempre pensou em começar esse trabalho, o maior objetivo era acabar com aquela dependência de uma cesta básica (Grupo A).

Porque, hoje em dia, você pode mostrar o seu trabalho dignamente e não depender de uma cesta básica, você pode comprar a sua alimentação, e antigamente tinha muito disso, às vezes a gente falava de trabalhar e com isso a gente conseguiu descobrir talentos, não porque a pessoa precisa, mas hoje ela tá precisando, amanhã e não vai precisar mais, entendeu? (Grupo A)

Os relatos do Grupo A vão ao encontro da Política Nacional da Assistência Social que diz: “a assistência social configura-se como possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários e espaço de ampliação de seu protagonismo” (Política Nacional de Assistência Social: 2004 p. 31).

Esta Política possui caráter de política de Proteção Social e uma das formas das proteções afiançadas é a Proteção Social Básica. Para Sposati (2004), esta tem por objetivo a “inclusão de grupos em situação de risco social nas políticas públicas no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária” (SPOSATI : 2004 p.183). Para a autora, a proteção social deve trabalhar com potencialidades, talentos, desejos e capacidades e cabe à Assistência Social atuar como provedora de

seguranças sociais, como as de acolhida, convívio, autonomia, equidade e travessia (SPOSATI: 2004 p. 42/43).

A segurança da acolhida pressupõe a cobertura às várias vulnerabilidades (invalidez, deficiência, velhice, maternidade, entre outras) para possibilitar a reconstrução dessas vidas para a autonomia. A segurança de convívio supõe o desenvolvimento de ações que propiciem espaços de vivência entre pessoas com situações comuns ou diferentes para estabelecer laços e encontrar estratégias coletivas para a melhoria da qualidade de vida. Por segurança de rendimento e de autonomia, entende-se como a garantia de acesso a uma forma monetária de sobrevivência. A segurança de equidade deve considerar as situações específicas e propiciar apoios especiais, a exemplo das famílias que possuem a mulher como chefe. A segurança de travessia supõe potencializar as capacidades e propiciar requisitos básicos para a autonomia e empoderamento dos atendidos.

Nos depoimentos, evidencia-se a importância de avançar na segurança de convívio e de travessia, que ultrapasse a questão emergencial da fome e alcance outros patamares, capazes de oportunizar a esse público o acesso ao direito de viver do seu trabalho, a possibilidade de escolha daquilo que vai comprar, e de novas descobertas.

É possível e necessária uma política ativa de assistência social que signifique a vida, a dignidade, a resistência, o empowerment dos ainda estruturalmente excluídos. A auto-estima, a capacidade de decidir e pertencer, ao lado da extensão da proteção social aos riscos na sociedade de violência, precisam ser ativados [...] . A assistência social é uma das ferramentas para ativar um novo contrato social na direção de inclusão dos excluídos. A população tem clara esta situação e reclama pelo direito a um 'empurrão'. [...] Este 'empurrão' é uma condição de força para enfrentar o forte movimento que os exclui. [...] As pessoas precisam ser consideradas capazes inclusive de escolhas para seus destinos, ainda que suas chances precisem ser construídas (SPOSATI: 2004 p. 44/45).

Direito a oportunidades tem relação com o exercício da cidadania, pois para Mazotti (2003) "a ampliação da cidadania das mulheres e a promoção de seu exercício ativo requer o fortalecimento da autonomia com uma dimensão que as define como sujeitos de direitos" (MAZOTTI: 2003 p. 113). Para a autora, a aquisição da autonomia feminina perpassa por quatro níveis: autonomia física, que está

relacionada com o autocontrole da sexualidade e fertilidade; a autonomia econômica, que implica o acesso e controle aos meios de produção; autonomia política, que significa o acesso aos direitos políticos básicos e à autodeterminação, e a autonomia sociocultural, que implica afirmação da identidade das mulheres, no desenvolvimento da auto-estima e nas suas instâncias organizativas.

Outro aspecto, presente nos depoimentos, refere-se ao papel da mulher, evidenciando-se ainda o acúmulo e sobrecarga atribuída à mulher como mãe, esposa e dona de casa.

É o que cada um, acho que hoje em dia enfrenta, por exemplo, vaga em creche, aí você não pode mesmo trabalhar ou às vezes você tem a vaga da creche, mas não consegue o emprego, aí você, eu acho que a maioria que entrou é por opção mesmo de trabalho e poder trabalhar em casa, porque não precisa sair de dentro de casa para vim para o trabalho, ali ela pode cuidar da casa, cuidar do filho, cuidar da família e estar produzindo também (Grupo A).

É, no meu caso, trabalhar fora é difícil, eu só posso trabalhar se for assim, da meia noite até de manhã, porque eu tenho um irmão deficiente de cinquenta anos e os meus dois filhos, um de dezoito e um de dezesseis, eles estudam à noite e chegam vinte para a meia noite em casa. E aí, de dia, eles, o meu filho tá trabalhando e a menina tá correndo atrás de emprego (Grupo D).

Eu também, porque a gente, foi em função do desemprego, e outra, eu não posso trabalhar fora porque eu tenho uma criança de cinco anos que ela tem problema de saúde, então a creche não pega criança que deu problema assim, que dá convulsão e eu não tenho quem cuida, tenho dois rapaz adolescente, tá os dois desempregados também, mas eles não têm paciência com criança também, então eu entre nesse grupo porque daí eu tenho, tanto tenho tempo para ela como tenho para serviço também (Grupo D).

Eu sou sozinha para fazer todo o serviço de casa [...] sempre sobra tempo, depois do meio dia, que eu vou começar a fazer os meu crochê, e à noite, quando eu agüento fazer, porque me dá sono, aí à noite eu faço também e de madrugada que eu levanto de madrugada para fazer que até clarear o dia para mim poder fazer outras coisas, porque eu tenho que dá conta de tudo porque o meu marido vai para a roça...

É, meu marido trabalha na roça, suja roupa demais e tem que dá conta de almoço e de todas as coisas para ele, tem que deixar tudo

arrumadinho e vem o meu filho também, que eu lavo roupa para ele, eu passo roupa, eu remendo roupa dele, é dois homem para mim cuidar, então não sobra tudo aquele tempo que eu tenho também para, que tem que ter para a gente fazer tudo, depressa não dá, tem que fazer com calma também, porque o crochê não é só assim, correndo, não é num dia que a gente faz um crochê, demora para fazer um crochê (Grupo E).

Eu, o meu esposo sai seis hora da manha no ônibus, quando eu tenho encomenda, eu sento e eu faço o crochê até ela acordar para ela ir para a escola, então...  
Eu sempre controlo, tem que controlar tudo as minhas atividades [...] (Grupo E).

Quando eu acordo com aquilo na cabeça, que eu tenho que terminar aquele bordado, levanto seis hora e faço almoço, faço a marmita e aí o R. já sai, e vou bordar, cansei, aí entra o serviço da casa, eu faço assim (Grupo E).

[...] como eu não posso trabalhar fora porque eu tenho as minhas crianças, já tem essa fonte de renda que eu vou trabalhar dentro da minha casa, eu já ganhei um pouco de dinheiro trabalhando aqui, já fiz umas encomendas para a dona M., eu falo assim, para a dona M., mas, na verdade é do grupo (Grupo F).

Ah sim, que nem eu posso fazer em casa, posso fazer perto aqui, na frente das minhas crianças, então facilitou muito (Grupo C).

Fica claro nos relatos que é função da mulher prover as condições objetivas na dinâmica familiar. Dessa forma, é atribuída a ela a responsabilidade de zelar pelo membro da família que necessite de cuidados especiais, além das atividades domésticas.

Para Guérin (2003), um dos obstáculos por uma igualdade real da mulher é a existência de desigualdades intrafamiliares, com atribuição desigual para as obrigações familiares, como o cuidado com crianças, idosos e serviços domésticos, os quais são destinados à tarefa da mulher.

Em nome dessa responsabilidade, transformada em verdadeiro dever, é que a liberdade individual das mulheres foi sacrificada – e continua a sê-lo – em nome da eficácia coletiva, sendo sua contribuição para o capital humano considerada prioritária em relação a qualquer perspectiva de projeto pessoal (GUÉRIN: 2003 p. 79).

A mulher, ao ter que cumprir esse papel nas relações intrafamiliares e, ao mesmo tempo, deparar-se com a ausência ou escassez de serviços públicos que garantam o atendimento às crianças na educação infantil e aos adultos com deficiência, adota, como única opção, a inserção em um trabalho que possibilite a conciliação dessas diferentes atribuições.

Guérin (2003) analisa que ambas as liberdades, feminina e masculina, têm valores e que parte das responsabilidades familiares, em especial com as pessoas dependentes, são consideradas como bens públicos porque beneficiam o conjunto da população. Para a garantia desses bens públicos, deve haver uma divisão de “responsabilidades entre a família, as autoridades públicas, mas também entre o mercado e a sociedade civil, por um lado, e uma distribuição das responsabilidades intrafamiliares, por outro [...]” (GUÉRIN: 2003 p. 79).

Nos depoimentos, aparecem ainda aquelas situações que, além dos cuidados com a casa e filhos, a mulher não recebe nenhum incentivo e apoio do marido para desenvolver um outro projeto pessoal e/ou coletivo.

Eu gosto muito também, assim, de sair vender [...] mas o meu problema é que o meu marido ele sempre vem almoçar em casa, vem tomar café e quando ele chega em casa, ele não gosta de chegar e não achar eu, daí ele começa a falar “cadê o dinheiro dessas feiras que eu não vi hoje” (Grupo F).

Ah, ele não é muito fã não, mas, eu venho do mesmo jeito (Grupo F). Muitas vezes ela não vai, porque eu sei que ela tem esse probleminha com o marido, mas eu vou desanimar, “você tem esse problema com o seu marido eu não vou deixar você no grupo”, jamais, uma hora ele vai entender, que nem o meu entendeu [...] (Grupo F)



Eu falo a verdade, eu é porque eu gosto, aí eu até penso de largar, meu marido quer que eu largue por causa da minha doença, quer que eu largue isso aqui, hoje mesmo ele me trouxe aqui “então você fica me esperando que eu venho te buscar”, olha os pés para ver como é que tá inchado, e ele quer que eu largue disso aqui, hoje mesmo na hora do almoço eu falei para ele “não me fale isso, você vai me deixar mais doente eu não vou largar”, “ah essa casinha, eu vou pôr fogo nessa casinha” (Grupo B).

Tem a outra que vai escondida do marido, se der seis horas já tem que estar em casa (risos)... (Grupo A)

Esses relatos e outros já citados anteriormente levam à reflexão de que as mulheres têm, nesses espaços de trabalho, a possibilidade de exercer sua criatividade, de desenvolver capacidades e potencialidades, de resgate e de elevação de sua auto-estima, um dos fatores essenciais ao processo de inclusão social, de travessia, de autonomia, enquanto protagonistas desse mesmo processo.

Para Guérin (2003), a economia solidária desempenha um papel fundamental nas relações de gênero.

Ao revalorizar as atividades de reciprocidade e de cuidar dos outros, não mais consideradas ‘virtudes’ femininas, mas uma responsabilidade coletiva que contribui para o desenvolvimento pessoal de cada um; ao facilitar a expressão de problemas particulares e a reivindicação de soluções para eles; e, enfim, ao desempenhar um papel de mediação entre diferentes esferas com muita frequência consideradas compartimentadas, as práticas da economia solidária demonstram que a questão da pobreza feminina e, de maneira mais ampla, a das desigualdades entre homens e mulheres não são uma fatalidade, desde que se admita que dependem de uma responsabilidade compartilhada (GUÉRIN: 2003 p. 71/72).

A organização dos grupos de geração de trabalho e renda já foi expressa nos depoimentos como a forma encontrada de enfrentamento ao desemprego. A escassez de recursos financeiros e a baixa escolaridade fazem com que a escolha dessa alternativa esteja muito próxima. Assim, a opção pela área do artesanato, materiais de limpeza, entre outros, está relacionada a um conhecimento prévio e/ou a experiências individuais anteriores.

[...] Eu, sempre, desde quando era solteira, eu sempre fiz alguma coisa de artesanato, porque é uma coisa que eu gosto de fazer e a necessidade também (Grupo A).

É bem mais barato, porque no nosso caso, nós trabalhamos muito com a reciclagem, então tanto de retalhos ou o que aparece, o material que aparece a gente tenta criar com aquilo que a gente tem (Grupo A).

É todo mundo de nós, já fizemos sabão para vender, no caso eu a R., eu vendi muito sabão (Grupo D).

Aí, então, nós achamos produto de limpeza porque é uma coisa que a gente usa, não tem como não usar (Grupo D).

[...] Eu, o meu projeto seria por comida, mas nós não tem condição de higiene (Grupo D) .

O artesanato sempre foi meu forte, alimentos eu também gosto, eu gosto de alimentos, só que eu estava meio assim para entrar com alimentos porque eu não tenho o curso de manipulação (Grupo E).

Vê-se que a opção pelo ramo de atividade ao qual o grupo se dedicará ocorre em função da urgência de se desenvolver algum trabalho que possa contribuir para a sobrevivência. Assim, não há tempo disponível para primeiro capacitar-se e, depois, trabalhar. Além disso, o custo é um dos grandes fatores determinantes da atividade.

O acesso dessa parcela da população ao crédito é cercado por inúmeras dificuldades como a falta de experiência, a ausência de pessoas que tenham possibilidade de ser fiadores, a não existência de renda comprovada, a não existência de bens patrimoniais e a possibilidade do nome constar no cadastro do Serviço de Proteção ao Crédito.

As regras oficiais estabelecidas para o crédito não correspondem à

realidade da população em situação de pobreza. Este é mais um elemento que mostra a necessidade da estruturação de políticas públicas que respondam a essa demanda e oportunizem condições, dentre elas, o crédito, para que essas pessoas possam viver dignamente de seu trabalho. Nesse sentido, é crucial o papel do Poder Público.

### 6.3 O papel do Poder Público

Direcionar ou redirecionar Políticas Públicas em curso com ações pautadas em um leque de possibilidades que se afirmem como garantia de direitos e que apontem para a autonomia das famílias em situação de pobreza é fundamental.

Essa diversidade de possibilidades é tratada nos depoimentos que se seguem, destacando-se a visibilidade do trabalho realizado, a instituição de espaços de comercialização e a oportunização de cursos de capacitação.

Eu acho que mudou muita coisa, porque antes a gente estava escondidinho aqui no cantinho, tinha que tá correndo de porta em porta para vender, oferecer para os conhecidos, para os amigos. Hoje em dia não, a gente tem o espaço, a gente conseguiu recursos também para isso, porque a gente pode ampliar esse trabalho, não ficar só naquele pouquinho que você tinha.

E a gente já conseguiu até apoios mesmo, até de empresários já, então quer dizer que o pessoal tá reconhecendo o trabalho, a gente não tá ali naquele cantinho escondido sem ninguém saber que você existe...

Eles tão vendo o valor na gente...

É o valor da gente, que é o mais importante. Porque, a partir do momento que você leva um trabalho lá, “ah, a dona N., quem é a dona N., onde que ela mora?” eu acho que aí, a gente vê que eles tão valorizando também e a gente queria muito que em Londrina tivesse esse valor do artesanato (Grupo A).

É unir o grupo, as pessoas trabalharem juntas e as feiras, para ter, porque nenhuma tinha local para levar o produto que produzia, então agora elas sabem que o que elas fazem trazem aqui, nós vamos para a feira, igual se a M. não pode ir para a feira, ela sabe que ela pode fazer, que ela conta comigo, a J. e a R. que pode ir [...] (Grupo C)

Ter o apoio da prefeitura, que foi muito importante para nós, deu uma chance para a gente. Foi importante, muito importante sim, porque a gente não tinha, do que que a gente ia começar? Do nada. Então esse apoio que a prefeitura nos deu foi muito bom (Grupo D).

Fui num curso do SEBRAE, fui no curso do PROVOPAR, fui lá para Brasília no Congresso, são coisas que a gente aprende como liderança, liderar grupo, trabalhar com as pessoas, então é muito bom (Grupo D).

Foi, as feiras.

É, foi importante para a gente. Esse espaço que está tendo.

Foi muito importante, a gente fica tão feliz quando eles falam que vai ter feira em tal lugar, a gente fica contente e a gente vai contente (Grupo E).

Os grupos de geração de trabalho e renda, compostos por pessoas em situação de pobreza, não dispõem de recursos e marketing para divulgação de seus produtos. A existência de outros nessa mesma condição e a possibilidade de compartilhamento de objetivos comuns, como o crescimento e fortalecimento dessas ações, com apoio do Poder Público, são analisadas como importantes.

Dessa forma, a disponibilização de materiais para a produção, a instituição de estratégias, como a capacitação técnica e a criação de espaços de comercialização, são reconhecidas como elementos extremamente necessários para a consolidação e fortalecimento dos grupos.

O investimento do Poder Público nessa área constitui-se um dever do Estado e direito do cidadão para que lhe sejam oportunizados meios para gerar renda. Alinhar esse dever com a Economia Solidária demonstra um salto de qualidade, na medida em que se propõe a desenvolver trabalho e renda por meio de uma nova constituição do trabalho, na produção, comercialização, consumo e financiamento.

Mesmo havendo o reconhecimento do importante apoio do Poder Público, os relatos apontam para a necessidade de maior investimento em algumas áreas.

Acho que um lugar fixo para vendê. Sim, porque tem feira, tudo bem, mas, que é muito assim...

Fora...

É, precisa ter mais assim, mais próximo (Grupo E).

O importante é se a gente tivesse mais uma força. Igual, eu quero ter uma força para eu fazer sabonete, para mim dar, porque eu tenho que dar o curso aqui, porque para mim fazer do meu bolso não tem jeito não.

A gente precisava aqui de cursos, né, S., de as pessoas que dá curso assim de outras coisas para a gente aprender.

Não só de artesanato, outros tipo de coisa também (Grupo E).

Um espaço só para nós trabalhar aqui no nosso grupo, porque nós estamos usando o espaço da escola e você vê, não é um local assim só para nós, para os nossos trabalhos, para unir o nosso grupo.

Estamos usando uma parte da escola, estamos ocupando um espaço que não é nosso. Se fosse possível, se a prefeitura tivesse condição assim de arrumar um local, dá uma força para a gente, para a gente ter um local só para nós mexer com os nossos artesanatos . Onde pudessem trabalhar e expor.

É, trabalhar e expor. É difícil para a gente, mas sem dificuldade, a gente não consegue nada (Grupo F).

Eu acho que mais espaço, que nem, por exemplo, acontece muitas poucas feiras, então ter mais feira, ter mais espaço, porque local aí tem bastante.

[...] dar mais curso para a gente para a gente aprender a fazer mais coisa, então ajudaria muito.

Isso, mais coisas, porque o sonho dela é um curso de corte e costura, só que não tem como ela pagar, e outras pessoas que querem.

Eu acredito que o poder público investir um pouco mais, acreditar mais no nosso trabalho e é o que todos nós, os grupos com que eu participo e converso, o meu e os outros grupos das outras região, sempre o sonho é ter um espaço para nós...

Fixo. Um espaço onde nós podemos trabalhar, fica uma, a outra vai para a feira, e não pararmos, mas a hora que sairmos da feira nós sabermos que vamos continuar aquele espaço ali, todos os dias, no mesmo horário e tal. Esse é um que eu acho que o poder publico pode fazer por nós, pode nos ajudar aqui em Londrina (Grupo C).

Eu acho assim, não sei se todo mundo pensa a mesma coisa, mas eu acho que como foi feito esse projeto, eu acho que tinha que dar continuação para desenvolver mais grupos e para ter expectativa maior, porque eu acho assim, como a gente tá aqui, aqui na região norte tem vários grupos, então que pudesse ter essa união, fortalecer esses grupos para poder a gente conseguir recursos mesmos, para investimento mesmo e para melhor o trabalho da gente.

Porque a gente, o que falta para nós mesmo é os recursos, porque capacidade tem muitas pessoas aqui capacitadas para trabalhar e podem ter condições de gerar sua própria renda, porque o que a gente quer é chegar no próprio salário, por exemplo, a gente fazer o nosso próprio salário. Então, eu acho assim, não depender do salário mínimo, eu acho que cada um quer ter um salário...

Porque o que acontece, [...], porque não fortalecer os grupos da região norte e fazer um apoio maior para esses grupos, mas não individual, porque eu acho que pode fortalecer mais, tanto até na matéria de trabalho, porque pode ter mais gente trabalhando com o produto e a gente em condições de trabalhar e fornecer mais para a comunidade.

Tipo um barracão.

É, tipo um barracão mesmo. Tipo uma cooperativa mesmo, tanto para a distribuição, para compra de material, para tudo. Porque o que nós precisamos em Londrina, que eu acho que é ideal e a gente tá precisando disso urgente, principalmente acho que todos os artesãos pode falar isso, é uma cooperativa de venda e compra, por quê?

Às vezes, você vai lá e faz um curso, e o que mais eu acho assim, que para nós mesmo era muito importante a gente até tem a nossa vizinha que é a dona L. que cede a casa dela para nós fazer.

Mas, você vê, se a gente conseguisse através do projeto Fome Zero mesmo, vários cursos profissionalizantes, a gente conseguiria até desenvolver mais o nosso trabalho [...] (Grupo A)

Os depoimentos demonstram a necessidade do Poder Público investir mais nos grupos de geração de trabalho e renda, o que se traduz em ampliar espaços de comercialização, produção, capacitação, incentivos para outros grupos, dotando-os, assim, de possibilidades mais concretas, sistemáticas e continuadas de, efetivamente, gerar trabalho e renda. Tem-se a avaliação que a iniciativa do Poder Público, quanto ao desenvolvimento do Programa, trouxe novas perspectivas para os grupos. No entanto, essa dimensão precisa ser ampliada com mais investimentos.

Apresentam saídas que combinam estratégias práticas com aquelas mais conceituais. Dessa forma, estão pautadas ações que dependem do Poder Público, aliadas com as dos próprios grupos. A união aparece como fator de fortalecimento, estando estreitamente relacionada com os princípios da economia

solidária como a solidariedade, cooperação, autogestão, prática democrática e atuação em rede. Como expressão dessa nova forma de conceber o trabalho, a organização cooperativa é apontada como caminho a ser trilhado.

Esta forma de expressão descrita nos depoimentos é compartilhada por Singer (2003), que coloca, como uma das modalidades de organização solidária, a cooperativa que, por meio de autogestão, faz compras ou vendas em comum.

Outro aspecto presente nos depoimentos refere-se à desarticulação das ações do Poder Público, o que pode ser identificado no depoimento que segue:

Aí, a mulher lá da Secretaria [...], colocou o cartaz, e aí como nós tamo com os dois grupos, eu aceitei ela colocar, aí depois a [...] passou lá e perguntou, falou “ué, vocês não tão mais com o Fome Zero ?” Eu falei “sim”, aí ela passou e me deu o passe e fiquei sem entender [...] daí ela falou assim, “não, porque a Secretaria [...] vai fornecer um passe para os grupos deles, e nós estamos fornecendo um passe para os nossos grupos” (Grupo B).

Aí só que veio para nós, foi fornecido só quatro passes, no caso teria que ser oito passes, porque nós tava em duas pessoas ou foi fornecido só quatro passes, aí eu falei para a C. acho que não deveria ter misturado, porque daí ficou um conflito sabe, a Secretaria [...] não passa oito passes para nós, aí nos tivemos que tirar dinheiro do bolso e pagar as passagens (Grupo B).

Esse relato demonstra a dificuldade de uma unidade de condução por parte do Poder Público, o que resulta em uma ação segmentada e fragmentada ao público atendido.

Evidencia-se, ainda, que o patamar das ações desencadeadas até o momento pelo Poder Público não atingiu o grau de auto-suficiência e rendimentos que pudessem trazer autonomia para os grupos e a possibilidade de viverem do seu trabalho, afirmação reforçada pelo Grupo A, que expressa o objetivo de “chegar no próprio salário”.

Nos relatos, também estão presentes as propostas de maior investimento em equipamentos, expressas da seguinte forma: “ nós precisa de uma overloque” (Grupo F).

Percebe-se que tais proposições se encontram tanto no campo individual como no coletivo, quando apontam interesses particulares em capacitar-se

em outras áreas e, no âmbito coletivo, quando referem-se à perspectiva de organização e articulação de vários grupos.

A necessidade de espaço físico que possibilite comercialização foi enfatizada por diferentes grupos. Este é, atualmente, um dos grandes entraves existentes, pois sua ausência é analisada pelos grupos como a referência que falta para demarcar o espaço dos grupos de geração de trabalho e renda e da Economia Solidária.

A dificuldade em financiar equipamentos foi vivenciada no Programa de Economia Solidária em Londrina, cujo recurso orçamentário não previa a possibilidade de efetuar esse tipo de gasto. Nesse sentido, criar mecanismos que permitam atender as necessidades do investimento da Economia Solidária é um desafio que está posto para os governos locais, que estão se propondo a implementá-la no âmbito da política pública. Para Singer (2001), trata-se de uma forma de enfrentamento ao desemprego.

Será preciso eleger governos municipais, estaduais e federal que dêem prioridade ao combate ao desemprego através do apoio concreto a todas as formas de economia solidária. Mas antes será necessário reforçar e multiplicar as iniciativas surgidas no seio da sociedade civil, para que a proposta de economia solidária ganhe visibilidade e possa atrair apoio das forças que se opõem à exclusão social (SINGER, 2001, p. 135).

A implantação da Secretaria Nacional de Economia Solidária e o movimento crescente nas esferas estaduais e local, embora recentes, são fortes indicativos da amplitude que a Economia Solidária vem adquirindo, o que pode impulsioná-la para que, nesse cenário, tenha maior interlocução e ganhe espaço e força de uma proposição que atenda à realidade dos empreendimentos solidários.

São, ainda, inúmeros os desafios a serem enfrentados, a exemplo do acesso a recursos financeiros para os grupos de geração de trabalho e renda, constituídos sob a forma de crédito e investimento social.

O crédito oficial, como já foi analisado anteriormente, não responde à realidade dos empreendimentos. É ainda tema de debates a questão do financiamento para a Economia Solidária, a exemplo da I Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada em São Paulo, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2002,



da proposição do Programa da SENAES – Programa Economia Solidária em Desenvolvimento como Políticas de Finanças Solidárias e da Rede de Gestores em Políticas Públicas de Economia Solidária.

Constitui alvo desse debate o investimento social para aqueles grupos mais vulnerabilizados que não possuem condições de acessar o crédito, mesmo que fosse facilitado, pois este implica recurso financeiro que “vai e volta”. O investimento social é aquele que não se caracteriza como empréstimo, mas oportuniza o acesso a um recurso financeiro para gerar trabalho e renda, considerado como um direito, ou seja, propicia um direito à emancipação, direito esse que sempre foi negado à população que se encontra mais fragilizada socialmente.

Um outro exemplo que pode ser destacado no rol dos desafios é a inexistência de respaldo legal, que impede que empreendimentos solidários consigam se consolidar e se expandir.

São vários os limites detectados para os empreendimentos, donde a importância da integração de outros níveis de governo. Entre esses limites estão a legislação federal e as definições das políticas macroeconômicas (SCHWENGBER: 2003 p. 120).

Para a autora, esses limites compreendem as discussões da previdência em que estão somente contemplados os empregados ou os trabalhadores informais; a política tributária não prevê tratamentos diferenciados de tributos e investimentos para os empreendimentos solidários; a não existência de mecanismos diferenciados para a aquisição de produtos de empreendimentos solidários nas compras públicas.

Isso também faz parte do Programa Nacional da SENAES, que pretende instituir um arcabouço legal para a Economia Solidária, com a elaboração de mecanismos que protejam e garantam direitos ao trabalhador associado e suas organizações.

O Capítulo I mostrou que a proteção social aos trabalhadores foi resultado de um processo de contradições e conflitos entre patrões, trabalhadores e Estado. As conquistas advindas desse momento histórico para os trabalhadores, apresentou fragilidades e foram facilmente perdidas. A garantia de mecanismos de

proteção social ao trabalhador deve ser pensada à luz da crise da sociedade salarial.

Se admitirmos que a liberdade de expressão é tão necessária quanto a liberdade econômica, se admitirmos também que a liberdade de expressão não se resume ao exercício de uma democracia representativa, mas supõe exercer uma democracia participativa, capaz de contribuir para o desenvolvimento da deliberação, da formulação e da expressão das necessidades, concluiremos que a responsabilidade de corrigir essas desigualdades, de modo a possibilitar que o público tenha voz, é dos Estados. Provavelmente, a importância do Estado jamais foi tão essencial, mas um Estado sob outras formas. O futuro da economia solidária depende precisamente de seu reconhecimento pelos Estados e pelas organizações internacionais. Cabe aos atores da economia solidária perseguir suas ações, suas reivindicações assim como seus esforços de unidade, mas é atribuição das autoridades públicas apoiar sem demora esses esforços, sem delas esperar resultados concretos, o que supõe reconhecer que as próprias autoridades têm necessidade dessa força de contestação para serem, ao mesmo tempo, mais justas e mais eficazes (GUÉRIN: 2003 p.85).

Para Singer (2004), é papel do Estado, como representante democrático da sociedade, dispor de instrumentos como os impostos sobre a renda, a propriedade e a transferência do tesouro público aos pobres, para estabelecer limites à desigualdade econômica; e interferir nos mercados para impedir o domínio por parte de algumas empresas. “O Estado solidário tem por missão tributar os ganhadores e subvencionar os perdedores para que a desigualdade entre eles não se perpetue [...] (SINGER: 2004 p. 12).

O Estado assume também papel relevante nesse processo da construção do novo, o que se soma aos processos inter grupais e intra grupais. O crescimento da economia solidária também depende da adesão intra grupal, a qual se discute no próximo tópico.

#### **6.4 As relações intra-grupo**

Para a parcela da população que sempre viveu excluída, faz parte

do seu universo o conhecimento adquirido em seu cotidiano que, muitas vezes, sozinho não consegue alcançar aquilo que almeja e a organização entre estes, torna-se uma estratégia.

Observa TÜRCK (2002):

Por isso a integração de ideais e esforços é fundamental para enfrentarmos desafios da luta por um mundo mais justo e igualitário. Por isso, também, a humildade, aliada ao reconhecimento da necessidade de articulação, se faz tão importante. Não basta nascermos predispostos a nos relacionarmos, pois acabamos criando círculos baseados em interesses pessoais e egoístas. É preciso uma ampla articulação social com indivíduos que se aliem para criar espaços de sociabilidade e de participação [...] É nesse processo que se adquire o sentido do ser coletivo... do ser cidadão (TÜRCK, 2002, p. 16).

Os relatos a seguir enfocam a perspectiva da união, com a qual é possível obter espaço para o crescimento do trabalho dos grupos de geração de trabalho e renda. Expressam, ainda, os cuidados do grupo para com seus membros.

Eu faço artesanato desde criança, desde dos meus dez, quinze anos que eu tô mexendo com artesanato. Para mim foi uma forma de poder expor a idéia do trabalho, porque a gente se torna difícil a venda para uma sozinha, para sozinha a gente é difícil eu pegar o meu trabalho e dizer eu vou para uma feira vender (Grupo F).

Porque no nosso grupo a gente sempre tem visto isto, até que a gente colocou das reuniões, a gente sempre vê as dificuldades primeiro, primeiro de cada, por isso que eu acho que a gente já tá sendo solidário, participando e vendo as dificuldades de cada um [...] (Grupo A)

Então, eu acho que nisso a gente tá sendo, igual a E., quando ela fala mas eu não posso, então eu acho que a gente também tem que entender a razão de cada um, a situação de cada um.

Eu acho que num grupo a gente tem que trabalhar isto, porque não, porque a M. hoje pode fazer de manhã, mas de tarde não, "porque você não pode fazer de tarde, não você vai ter que fazer o dia inteiro", não é assim, eu acho que é com isso que a gente tem que ter muito diálogo, saber conversar, porque cada um aqui tem uma história, tem uma situação, tem uma dificuldade, não é todo mundo

igual, eu tenho a minha, a P. tem a dela, hoje ela tá aqui, nem sei se o marido dela gostou dela tá vindo, mas ela tá aqui.

Então, eu também não gosto, eu penso assim comigo, seu marido vai achar ruim, seu marido não gosta, não tem que pensar em tudo isso, mas eu tenho essa abertura de chegar para você e falar, mas não é todo mundo que é assim.

É, a gente tem que respeitar o espaço de cada um, né?

Então, é a dificuldade que a gente enfrentou no dia-a-dia que hoje a gente tenta junto com elas ver o que é melhor para elas, não só para mim, porque eu, os meus filhos são criado, mas, eu tenho que ver que cada uma tá começando hoje e tem as dificuldades e tem a situação difícil também (Grupo A).

Eu acredito que é mais a união, porque a gente quer criar e crescer, a gente quer criar outras coisa, nós não vamos parar por aí, nós estamos querendo, então se nós estamos unidas é mais fácil como elas mesmo disse, eu talvez tenho mais facilidade de conseguir a matéria prima para mim trabalhar e elas é difícil conseguir, elas saem menos, elas ficam mais em casa (Grupo C).

Nós somos bem unidas, igual eu e a M., nós somos bem unida porque a gente trabalha, sai junto, a gente vai na feira junto e agora a E. não pode sair por causa da criança, que não pode ir em feira e nem nada, ela pode fazer e dar para a gente vender... (Grupo E).

É, no caso agora ela disse que quer ir, mas eu falei para ir, para ela ir, não que a gente não quer que ela vá, mas você vê, ela tá grávida para levar aquelas bolsas de ônibus, para pegar três, quatro ônibus, então fica assim difícil (Grupo B).

Viver num mundo competitivo, individualista, em que o ter prevalece sobre o ser, em que não importa a realidade e necessidade de cada um é a prática comum em qualquer atividade do mercado de trabalho.

No entanto, ao imaginar que uma outra forma de trabalho é possível, poderia estar no rol dos elementos necessários a união, que pode ser um indicativo de não exploração.

Nos relatos, ao que parece, a união é fator primordial nesse processo, por aderir aspectos como o respeito às diferenças, a mútua compreensão, a necessidade do diálogo franco e aberto, a possibilidade de expandir idéias, criações e o próprio trabalho. Isso é viável por meio do esforço coletivo. Ter uma

opção diferente das regras estabelecidas no mercado de trabalho, cabe o respeito à realidade de cada membro, o que pode ser identificado nos depoimentos que se seguem:

Porque a gente não estipula dia nem horário para fazer, cada um faz da maneira que pode em casa. Porque se a gente for falar todo mundo tem que trabalhar três horas por dia, ou nós temos que trabalhar de segunda a Sexta, eu acho que não é uma empresa né? Nós somos uma comunidade mesmo, que a gente tá podendo mostrar o trabalho, trabalhando e nos seus passos, não precisa, né, sair de casa. Por exemplo, nos casos das feiras, né, R.? Muitos não podem ir, às vezes, acontece de ir ou porque não tem condições mesmo de ir porque não pode largar a casa, nem o filho e nem a família, é um espaço que a gente não pode levar criança também, e então a gente tem que entender a dificuldade de cada um. Então, por isso que é bom trabalhar em grupo, porque você consegue entender os problemas das pessoas e você pode ajudar também, porque não é só você “ah mais você tem que ir”, cada um tem uma situação, né? (Grupo A)

Cattani (2003) chama a atenção para um dos graves problemas do sistema capitalista.

[...] Decorrente da intensificação da sua natureza profunda: acumular e acumular, sempre e mais, disciplinando a criatividade humana em processo de trabalho que resultam na espoliação e na alienação do trabalhador. A organização da produção está baseada no princípio da fungibilidade física e intelectual do trabalho vivo. Sua ampliação ou sofisticação contemporâneas redefinem formas variadas de trabalho, mas não alteram a lógica de funcionamento. Para grande parte da humanidade, o trabalho é desenvolvido de forma desinteressante e estressante, assegurando a inserção subordinada na esfera social e garantindo acesso à sociedade de consumo alienado (CATTANI, 2003, p. 9).

O trabalhador, ao vender a sua força de trabalho ao capital, deve se submeter a todos os tipos de regulações impostas, jornadas estressantes, salários ínfimos, precárias condições de trabalho.

O autor refere-se à realização do trabalho de forma desinteressante e estressante, cuja análise pode ser afirmada pelos relatos anteriores, que enfocam que a participação no grupo de geração de trabalho e renda, ao contrário, é motivada pelo trabalho prazeroso, realizado com paixão, com a possibilidade do

desenvolvimento de capacidades e o exercício da criatividade.

A dimensão pessoal também está presente como motivo para continuar participando do grupo.

E eu acho que para mim é uma questão de prazer mesmo, eu tenho, toda vida eu gostei do artesanato, eu tive envolvida com isso desde criança e o prazer também de conviver aqui, com o pessoal, que a gente tá sempre aprendendo, eu sempre digo, o que que você veio aprender hoje, eu digo “eu vim aprender”, porque cada vez que a gente vem aqui, a gente aprende uma coisa nova, seja mental, seja aqui no manual mesmo, a gente tá sempre aprendendo algo de importante que a gente sempre precisa (Grupo F).

Então, eu me sinto muito feliz, e eu entendo também que é uma terapia ocupacional, porque a gente, muitas vezes, a gente tá em casa deprimida, cheia de problema [...] a gente é uma dona de casa sozinha para cuidar de filho, casa, marido, tudo e a gente faz parte da luta, faz quase que correndo no tempo (Grupo F).

E aí a gente reserva ali uma hora para se reunir em grupo, naquele momento que você tá reunido, igual, nós estamos aqui, a gente tá aliviando a cabeça daquele, daquele peso que tá em casa. Eu acho muito legal e eu tô muito feliz por isso (Grupo F).

Eu a mesma coisa, por isso de fazer coisas diferentes, porque o artesanato é uma coisa que você faz uma pequena coisa ali, mais para frente, cada vez que você vai andando, você vai vendo umas coisas diferentes, você se interessa [...] (Grupo F)

Então, a gente vai tendo as dificuldades da gente, mas vai tirando, cada dia outras, a gente vai, que nem eu mesma não sabia nada, sempre tive vontade de aprender coisas de artesanato, pintura mesmo era o meu sonho de tá fazendo pintura, aí saiu aquele curso de pintura [...] mas o pouco que a gente aprendeu eu já fiquei contente e só espero aprender muito mais (Grupo F).

Eu não desisto porque eu quero vê se desse trabalho, eu quero ver se eu vou crescer também (Grupo C).

Eu também. Cada vez vou aprendendo mais, sempre faço meus pontos cruz para as fraldinhas de bebê, agora mesmo estava bordando lá, faço do meu artesanato uma terapia (Grupo C).

Os relatos mostram a preocupação com o crescimento pessoal, a busca por uma realização pessoal e com a possibilidade de aprender sempre algo novo. Para Arruda (2003), o trabalho, ao longo da história, perdeu o seu caráter humanizador e reduziu-se a instrumento de sobrevivência. Por outro lado, deve-se ter a dimensão mais abrangente do trabalho humano como:

Toda ação ou processo transformador, criativo, libertador, orientado para o desenvolvimento da própria pessoa, de outras e da sociedade humana, pessoal e socialmente responsável, em um sentido integrador consigo mesmo, com cada outro, com a sociedade e com a natureza (ARRUDA: 2003 p. 262).

Na dinâmica de funcionamento dos grupos de geração de trabalho e renda, está presente, na organização, a divisão das diferentes tarefas, não só referente ao processo produtivo e de comercialização, mas também a participação em reuniões, o que pode ser compreendido com o depoimento abaixo:

É porque sempre eu divido, por exemplo assim como a gente tem tido muitas reuniões, cursos, então a gente faz uma divisão para não pesar para uma só. Como a gente teve duas reuniões esta semana e um encontro, então algumas foram e outras não. Então, a gente faz esta divisão para não ficar uma só participando, então muitas que estão aqui não foram no dia lá em cima também, no encontro que a gente teve (Grupo A).

A tomada de decisão dos grupos nem sempre é realizada mediante uma assembléia convocada com essa finalidade. A definição de quem produzirá a peça, de quem participará da feira ocorre também por meio de contatos individuais ou no momento em que se reúnem para produzir, o que é expresso no relatos que se seguem:

Então, não tem uma pessoa só para fazer o trabalho, tem várias pessoas que aí a gente pode, a R. também trabalha na costura, que ela faz tapete, se precisar ela tá ali.

Então, não é uma pessoa só, então a gente acaba dividindo com aquela pessoa que não tem, por exemplo, se vir uma encomenda eu já sei qual tá sem serviço, porque aí ela acabou o trabalho dela, então, a gente repassa outro, aí a gente vai fazendo aquela troca.

Por exemplo, se ela fala para mim “mas eu não vou poder fazer” aí a gente já vê outra pessoa que pode entrar lugar dela (Grupo A).

É eu, a R. faz, quando não pode ser a R., ela entra em contato com mais alguém ou eu mesmo (Grupo A).

Não, não é toda semana, de repente eu ligo, igual eu fiz ontem “dá para vocês virem tal dia, tal horário aqui para nós conversar, o que que vocês acham?”, eu sempre tô, pergunto para elas “o que que vamos fazer, como vamos fazer?”, “vocês querem, nós vamos para a feira ou não vai”, você entendeu? (Grupo C)

É definitivo já nós, porque geralmente sempre pergunta, igual antes de você chegar tava perguntando, aí uma falou que não pode ir, mas outra já disse que pode ir, só leva as coisas e deixa lá, daí no caso eu fico sozinha se a C. poder ir. Então, é uma coisa assim, que a gente não esforça muito a pessoa.

É, cada uma tem a sua opção (Grupo B).

Tanto no grupo que faz reunião como naquele que faz consultas individuais, a responsabilidade de condução desse processo recai sobre aquela pessoa que responde pela coordenação do grupo. Ainda está presente, nos grupos, a figura da coordenação como aquela que precisa tomar as iniciativas para manter o grupo em funcionamento. A falta de uma previsão de produção e comercialização mais fixa dificulta o próprio processo organizativo dos grupos, a distribuição de tarefas e responsabilidades, assim como a não existência de um espaço comum para a produção.

Percebe-se, em alguns relatos, que há preocupação em consultar todos os membros do grupo para decidir sobre determinados assuntos, a exemplo da produção e comercialização. No entanto, não há uma periodicidade estabelecida



para a realização de reuniões deliberativas sobre as ações do grupo. Elas ocorrem quando algum fato necessita de decisão coletiva. Por outro lado, a tomada de decisão também acontece em contatos individuais em que se consultam os membros do grupo.

Estão identificadas, também, na divisão do trabalho, tanto a produção coletiva, ou seja, todas fazem juntas num mesmo local; a produção de uma peça, na qual cada um é responsável por uma parte; como aquela produção em que cada membro produz a peça inteira.

Por exemplo, uma faz um trabalho e, às vezes, aquela não terminou o trabalho e aí outra termina.  
Uma faz uma parte, a outra faz outra (Grupo A).

Depende, por exemplo assim, depende de cada pessoa, como por exemplo, se tem duas ou três sem serviço, a gente divide para que não ficar nenhuma sem fazer.

Então, a gente vai fazendo uma divisão, é uma corta, a outra passa na máquina, a outra vai e costura, depois a outra monta. Então, para que isso? Para dividir e cada uma poder aprender aquele mesmo trabalho (Grupo A).

Ainda não teve esse trabalho de fazer uma peça em duas, três, juntas, cada uma faz uma peça, por enquanto, a hora que a gente tiver mais forte, mais unidade, ou mais pedido, nós vamos tá trabalhando assim.

(fala sobre encomenda) É uma pessoa do grupo que tá com menos trabalho fazendo, com menos encomenda.

Não, é todas. Eu pego uma encomenda, às vezes eu já tô ocupada, aí eu venho aqui e pergunto quem quer fazer [...] dentro do prazo que a pessoa me pediu (Grupo F).

[...] cada uma pega a sua peça e faz e pronto, deixa pronto (Grupo B).

No Grupo D, a produção é realizada com a participação dos 3 membros em conjunto. Nos depoimentos dos Grupos A e F, fica clara a importância das pessoas terem as mesmas oportunidades de aprender o trabalho, várias pessoas participam da produção de uma determinada peça.

Para Pedrini (2000), uma forma de oportunizar maior aprendizado para todos os membros é o sistema de rotatividade funcional, que corresponde à realização do rodízio de funções. É este, também, um mecanismo para a eliminação da hierarquia estabelecida entre trabalho intelectual e braçal, o que proporciona a todos o conhecimento do processo produtivo como um todo.

Quanto à divisão da renda, está presente nos relatos como ela é efetivada no momento atual, sendo baseada na quantidade de horas dedicadas à produção.

Nós divide por hora que nós fez, se ela fez duas horas ela vai receber as duas horas, se ela fez mais duas ela recebe, se eu fiz duas, vamos dividir horário.

Por isso divide, e a produção também, porque aí a produção seria, ela produz, lá na casa dela, no horário que ela achar que dá para encaixar, dentro da vida dela e ela produz no dela e você produz no seu (Grupo E).

Nos relatos dos Grupos A, C e B, percebe-se outra forma de divisão da renda.

Aí nós temos o caderno, “J. tem tal peça, M. tem tantas peças”, daí é assim, se de repente vendeu aquela peça é dela, é dela, é dela, ela fez até o final (Grupo C).

É que daí, no caso é assim, ela dá o material para mim, eu faço duas peças, aí uma peça eu entrego para ela, essa peça que eu entreguei para ela, ela vai vender e esse dinheiro que fico no grupo para comprar outro material, aquela peça minha eu vou vender para mim para fazer o dinheiro para mim (Grupo B).

Dado o material, da mão de obra fora o material que foi tirado do trabalho dela, porque a colcha de você for vender por cento e vinte reais, não tô falando dessa, tô falando da outra porque a outra é com tecido, se for vendido a cento e vinte reais é tirado a mão de obra delas que é livre, elas não dão nada para a ONG, é uma mão de obra delas é livre, a única coisa que é tirada é o material, que é tecido, a linha, porque é tudo feito à mão (Grupo A).

Na divisão da renda, são consideradas as horas dedicadas à produção, no caso da produção coletiva e, na produção individual, o tipo e a quantidade de peças produzidas. Também está presente, no Grupo B, um percentual que fica com o grupo para garantir a sua manutenção.

Singer (2002) refere-se à empresa solidária como aquela em que não há salários, mas retiradas dos sócios mediante decisão em assembléia, a partir da receita obtida. Essas retiradas podem ser iguais ou diferentes por sócios, mas muitas delas estabelecem limites entre a menor e a maior retirada. Essa decisão de retiradas diferentes acontecem para não perder a colaboração daqueles sócios mais qualificados.

Já Pedrini (2000), ao relatar a experiência de uma cooperativa, afirma que a mesma manteve a igualdade de retiradas. “Não são levadas em conta as cotas diferenciadas na propriedade, o tempo de trabalho na empresa, a qualificação maior ou menor, o empenho ou a produtividade” (PEDRINI: 2000 p. 38).

O Grupo A relata a adoção de estratégia de rotatividade para a comercialização.

[...] porque o nosso trabalho é principalmente porque tem variedades, nós não trabalhamos com um público só por isso mesmo, para poder ter esta rotação, porque é bem dividido o trabalho por isso, porque geralmente uma colcha, ela demora mesmo para ser vendida, só se for por encomenda para a gente já entregar logo em seguida. Agora, não deixando das outras pessoas, mesmo que no caso não conseguiram vender o produto delas, mas se a gente não consegue vender e tem dinheiro em caixa, se a gente puder ajudar aquela pessoa é repassado também. Não só se o trabalho dela não foi vendido, nós trabalhamos tipo de uma cooperativa mesmo, porque é no caso da dona J., ela fez esses trabalhos em metais, só que não foi vendido, a gente tá fazendo uma amostra, mais esta semana a gente já passou uma ajuda para ela. Quer dizer, esta ajuda é tirada dos outros trabalhos que já foram vendidos também, porque se a R. fizer cinco tapetes, mas o tapete dela não foi vendido, ela precisa de material para continuar trabalhando (Grupo A).

A dificuldade quanto à comercialização faz com que adotem mecanismos que possam atender as necessidades e contemplar todos os membros. A compreensão do grupo, explicitada no relato, é que, independente da venda ou não da peça confeccionada por um membro do grupo, houve uma dedicação à

produção e ao próprio grupo. Nesse sentido, recebe um apoio financeiro que vem do caixa do grupo. Porém, não é o mesmo valor daquela pessoa que teve a peça produzida vendida.

Pedrini (2000) aponta que, para momentos de crise financeira da cooperativa, são estabelecidos critérios para retiradas. Cita como exemplo as necessidades pessoais e familiares de cada sócio. “Nestes aspectos, fica realçada, além da busca da equanimidade nas diferenças individuais, a flexibilidade, que é condição fundamental na autogestão” (PEDRINI: 2000 p. 38).

Ainda com relação à comercialização, os grupos de geração de trabalho e renda enfatizam:

(fala sobre a decisão da participação dos membros nas feiras) É definitivo já nós, porque geralmente sempre pergunta, igual, antes de você chegar tava perguntando, aí uma falou que não pode ir, mas outra já disse que pode ir, só leva as coisas e deixa lá, daí no caso eu fico sozinha se a C. poder ir. Então, é uma coisa assim, que a gente não esforça muito a pessoa (Grupo B).

Sempre a gente tem feito assim, como a gente não vai em todas, sempre é escalado, às vezes, para ou local ou outro logo em seguida, nunca é junto, então é feito a notificação, que no caso o pessoal do Fome Zero liga para a gente, “vai ser feito uma feira tal quem que vai”, ele já me liga pedindo os nomes (Grupo A).

Então, agora a gente já tá fazendo a coordenação para ver quem que vai para, porque a Cincão Fest vai ser uma semana e a feira do museu parece que vai ser uma semana, então a gente vai ter que já fazer isto antecipado, coordenar para poder nós ir nas duas feiras (Grupo A).

Porque se não, chega na última hora, falta alguém e a gente tem que cobrir, então a gente já tem que deixar, é tipo assim, tipo um time de futebol, tem que deixar gente de reserva, porque se falta uma, uma só acaba trabalhando (Grupo A).

Da Feisol a gente não teve problema, mas teve agora com a do calçadão por falta de verba para a gente ir até lá, porque a gente não tinha dinheiro para estar indo lá, mas a gente se reúne e vê aquela que tem tempo e que pode ir, a gente troca.

No caso dela, ela vai, ela organiza “olha eu não posso porque eu tenho compromisso”, “essa eu não posso”, “essa vai”, e ela vai e a gente faz isso (Grupo F).

Além da preocupação expressa nos relatos anteriores quanto à garantia de renda para todos os membros, a necessidade de prévia organização para a comercialização também está presente, o que depende da colaboração de todos. A garantia de renda tem relação com a retirada financeira justa do trabalho realizado no grupo. Essa discussão deve ser realizada com a compreensão sobre a necessidade de se efetivar o comércio justo.

Para Fretell e Roca (2003), o comércio justo implica pagamento de um preço justo, envolve relação de cooperação e colaboração e está vinculado ao consumo ético, também denominado nesse estudo como consumo solidário. Desenvolvem o seguinte conceito de comércio justo:

[...] Rede comercial de produção-distribuição-consumo orientada para um desenvolvimento solidário e sustentável, que beneficie principalmente os produtores excluídos ou em situação de desvantagem, impulsionando melhores condições econômicas, sociais, políticas, culturais, ambientais e éticas neste processo (preço justo para os produtores, educação para os consumidores, desenvolvimento humano para todos) (FRETELL e ROCA: 2003 p. 36).

Para os autores, o comércio justo permite melhorar as condições de vida por basear-se em interesses compartilhados, de reconhecimento e valorização do trabalho e das necessidades dos consumidores. Nessa relação, devem estar presentes a solidariedade, a confiança e a equidade.

A instabilidade quanto à comercialização gera insegurança na produção, o que acaba dificultando a própria organização do grupo em estabelecer fluxos e sistemas mais sólidos em seu processo organizativo.

Assim, coloca-se, ainda, como desafio para esses grupos, que caminham em busca de sua consolidação, desenvolver planejamento estratégico coletivo que contemple a sazonalidade, ou seja, determinados produtos são utilizados somente em certos períodos do ano, o conhecimento da necessidade do consumo local/ regional/ municipal, aspectos legais, entre outros.

Algumas dificuldades nos empreendimentos produtivos coincidem com aquelas a que se referem Melo Neto e Magalhães (2003).

Ausência de uma estratégia de comercialização para fora do bairro; vendas no bairro limitadas pelo baixo poder aquisitivo da população e pela prática do consumo alienado; baixa escala de produção dificultando a prática de preços mais competitivos; produção artesanal com baixo nível tecnológico; gestão dos empreendimentos realizada por pessoas com poucos conhecimentos administrativos (MELO NETO e MAGALHÃES, 2003, p. 53).

Apesar das dificuldades encontradas, estão presentes, nos diferentes relatos, que traduzem o funcionamento atual ou apontam perspectiva futura, valores que permeiam os princípios da Economia Solidária.

Economia porque a gente faz para vender para tirar o sustento, e é solidária porque a gente tá colaborando, ajudando a outras pessoas. Eu suponho que é isso, né? (Grupo D)

Ah, eu acho que é solidária porque há uma divisão de igualdades (Grupo J).

No caso, eu acho que funciona em partes iguais, eu acho que solidário quer dizer isso (Grupo D).

Ninguém é mais que ninguém, é tudo igual, é tudo dividido igual (Grupo D).

Ah, eu concordo, também acho que é sim, é porque é dividido tudo igual (Grupo D).

Os depoimentos combinam a economia com o solidário, o que significa uma forma diferente de viver do seu trabalho. O aspecto econômico é aquele que tem por objetivo prover o “sustento “ da casa, coincidindo com a análise de Arruda (2003), que enfoca a necessidade de uma economia que proporcione

melhoria das condições de vida e que esteja a serviço da gestão da casa. O autor analisa que esta gestão se refere a todas as casas, ou seja, à comunidade. Nos relatos, no termo solidário, aparecem valores hoje decadentes ou até inexistentes na prática, mas preconizados na legislação, como a igualdade. Pensar em igualdade supõe a existência de mútua colaboração, respeito às diferenças de capacidades e limites, a valorização dos diferentes tipos de trabalho dentro de um mesmo empreendimento solidário.

Para Gaiger (2001), uma das características presentes na economia solidária é o igualitarismo para a organização dessa nova racionalidade produtiva a partir da solidariedade e compromisso com a coletividade.

Para tanto, há ainda um longo caminho a percorrer, para o qual os grupos de geração de trabalho e renda apontam aspectos valorativos e conceituais que devem permear a prática, assim como estratégias que contribuem para o fortalecimento da economia solidária.

## 6.5 Fortalecimento da Economia Solidária

Ao analisar a questão referente às estratégias que contribuem para esse fortalecimento, os depoimentos expressam muito mais elementos relacionados ao processo de troca e apoio mútuo dos grupos de geração de trabalho e renda, do que responsabilidades atribuídas ao papel do Poder Público.

Assim, ao que parece, a economia solidária terá dificuldades para sua expansão e fortalecimento, caso o Poder Público cumpra o seu dever de executor de políticas públicas sem o envolvimento dos grupos de geração de trabalho e renda como atores protagonistas desse processo. O relato do Grupo C retrata a participação do Poder Público.

Eu acho que o trabalho que vocês fazem, as reuniões, a gente colocando, estar colocando, como se diz, é uma dose pequena, que você não pode chegar lá e eu falar “porque a J. é isso, fulano é isso”, não, é na conversação, nas reuniões, vocês apoiando, igual vocês estão.

Acho que é a união dos grupos.

Vem lá, por exemplo também do poder público, por exemplo, desde lá de cima ajudando, porque se não fosse essa ajuda nós também

não estaria aqui, que nem por exemplo ajude de material, que nem a ajuda de curso que pode proporcionar para nós..(Grupo C)

Identifica-se, no depoimento, a importância e a responsabilidade do Poder Público como um dos segmentos que devem contribuir para esse fortalecimento. Por outro lado, expressa também a visão de hierarquia, estando o Poder Público acima da população.

No entanto, acredita-se que essa visão não se refere à postura de que este Poder seja soberano perante a população, mas que cabe a ele, enquanto guardião dos interesses e necessidades da população, propiciar condições para que isso se desenvolva.

Os relatos a seguir já possibilitam uma compreensão que o fortalecimento implica maior união, o que pode ser identificado quando abordam a necessidade de maior comunicação e de troca de experiências, conhecimentos e idéias.

Acho que principalmente a humildade entre si, que eles tenham mais diálogo, mais reuniões juntos, não separar os grupos, “eu faço bolsa, eu faço isso, você faz isso, você faz aquilo”, mas vamos nos unir para crescer mais, para passar uma sementinha para outra, às vezes está faltando isso aí entre os grupos...

Eu acho que união, precisaria de mais união, por exemplo, mais destaque, por exemplo, um fazer mais propaganda do outro (Grupo C).

Bem mais, quanto mais união, mais, quanto mais a gente se unir, mais coisas boas acontecem.

Se reunir mais.

É. Comunicar mais uma com a outra.

Igual nós, nós fica assim, é tipo assim, muito parado. Por exemplo, nós só tem comunicação mais com eles, tipo assim, quando tem uma feirinha nós vamos, igual, eles, o outro pessoal, os outros grupo lá, eles têm o local deles ali, que eles vende, que eles se reúne, que eles se encontra com as outras famílias.

Agora, nós não, nós fica mais distante por causa da nossa dificuldade aqui, ônibus, tudo, e o grupo aqui é grande, mas nem todos se dispõe a ir a esse trabalho na feira, uma tem filho, a outra o marido não aceita, a outra tem isso, a outra tem aquilo.

Então, não é todas que se dispõe a ir, às vezes uma não pode, a outra não pode, então tem esse problema, e para nós fica muito parado aqui (Grupo B).



A respeito do que você tá falando, da união dos grupos. Se for colocar todos os grupos, marcasse uma reunião com todos os grupos, tipo assim, o plenário, cheio assim, todo mundo junto (Grupo F).

Eu acho tem mais um pouco de união, se unir mais discutir mais, os problemas, as questões, não só, por exemplo, eu só com o meu grupo, a gente se unir aos outros grupos também.

Acho que mais comunicação, “olha fulano, vamos fazer uma reunião”, por exemplo “vamos fazer um dia ali para a gente...”, como é que se fala quando a gente se uni assim?

É umas reunião, não, solidário, a gente se unir, discutir os problemas, o que cada um faz, acho que tem, sei lá.

É mais comunicação, tá faltando mais comunicação.

(fala sobre a união) Todos né, a gente fazer, por exemplo, igual foi feito lá em Brasília, eu acho muito importante ter união (Grupo D).

A união, aqui pontuada, é aquela que deve ocorrer no processo intra grupal e entre grupos. Fica evidente que é por meio do diálogo, da discussão de problemas e estratégias de enfrentamento coletivo, da “propaganda” de um grupo para o outro que esse trabalho se fortalecerá. Há a compreensão de que a “sementinha” deve ser passada de uns para outros. A “sementinha”, no imaginário das pessoas, é plantada, é germinada e cresce, podendo gerar flores e frutos. É através do lançamento das chamadas “sementinhas” que ocorrerá a difusão da idéia da economia solidária, que fará com que seja pautada na agenda pública e política, incorporada às ações cotidianas dos órgãos públicos, dos empreendimentos solidários e da comunidade em geral.

A comunicação é outro fator que aparece nos grupos como necessária. “A comunicação é um eixo que permeia toda a rede de relações sociais. Torna-se impossível pensar um grupo autogestionário, sem enfocar a comunicação intra e intergrupal” (PEDRINI: 2000 p. 41). Para a autora, a comunicação é positiva e atua como facilitadora do processo participativo e democrático, favorece as relações internas e externas ao grupo.

Para tanto, é imprescindível a criação de espaços de comunicação que oportunizem a difusão do conceito e prática da economia solidária, a exemplo do Banco Palmas, experiência do Conjunto Palmeira, de Fortaleza, que utiliza o

teatro para sensibilizar a comunidade para o consumo solidário (Encontro de Geração de Renda e Economia Solidária em 11 de setembro de 2003 – Londrina).

Além disso, torna-se também fundamental a instituição de espaços comuns de troca de experiências, de discussão das especificidades dos grupos e da região, para o levantamento dos problemas e das formas de enfrentamento.

Singer (2000) aponta que uma estratégia encontrada para consolidação dos empreendimentos solidários e da sustentação recíproca é a formação de fóruns de economia solidária. Considerar as peculiaridades de cada região e a riqueza que isso traz ao trabalho é outro aspecto demonstrado nos depoimentos.

Eu acho que deveríamos mais, assim, participar, não só da nossa reunião aqui, como com outras pessoas de outro grupo participar de nossas reuniões, explicar o que eles faz no grupo deles. Como a gente poderia também sair um, dois ou três pessoas do nosso grupo e ir a outros grupos também conhecer os trabalhos de lá, vê como é feito.

Porque cada região tem um estilo de trabalho, é como nós, eu faço o trabalho de um jeito, a F. já faz de outro, ela faz de outro. Então, mesmo que seja, mesmo o crochê, eu faço um tipo de crochê, às vezes ela já faz um diferente de mim, ela já faz um diferente, então cada região, cada pessoa que aprendeu lá com a mãe, com a avó, com a amiga da vizinha, então, é diferente.

Então, eu acho que esse é um lado importante também das pessoas participarem de um grupo e de outro, ir mais pessoas lá da zona leste, de lá da zona sul, participar aqui do grupo, ver como é feito o nosso trabalho aqui.

Como nos também sairmos daqui e irmos para outros grupos que recebem esse trabalho de lá, não só sobre o artesanato como a alimentação [...] (Grupo F).

Parte-se do princípio que há diferentes experiências acumuladas com a história de vida de cada pessoa. Experiências advindas e repassadas de geração em geração que trazem consigo diferentes “estilos”, que podem ser compreendidos como aqueles que traduzem diversas culturas, etnias e costumes. Articular os territórios nesse processo é extremamente importante, pois valoriza as diferentes práticas e saberes, facilita a instituição de uma identidade comum aos grupos de geração de trabalho e renda e oportuniza a organização da rede solidária de produção, comercialização e consumo.

A concretização da união, da troca de experiências entre

grupos/região é interpretada pelos grupos A e D como a formação de uma associação e/ou cooperativa que congregue vários grupos, independente do tipo de produtos.

[...] ter um local específico para todos os dias ser vendidas as mercadorias, não só no domingo ou de vez em quando em uma feirinha (Grupo A).

Eu acho que é como que uma cooperativa mesmo, acho que funcionaria no geral, porque é tudo feito à mão, é artesanal, o sabão mesmo é considerado artesanato também, porque é tudo feito à mão, porque a pessoa vai lá, faz, bate o seu sabão, faz no tacho, ela embala aquele sabão, ela corta, porque eu acho, o produto é artesanal também (Grupo A).

[...] formar uma associação desses grupos.

Cooperativa.

Cooperativismo.

Todos os grupos teriam que mandar, durante um mês, por exemplo, um tanto de produtos, independente de ser artesanato ou o que for, e teria tipo um shopping onde venderia todos esses produtos de todas essas pessoas, e o lucro, teria um contador, o lucro seria dividido em partes iguais para todas essas pessoas que seriam registradas ali na cooperativa (Grupo D).

Nesses relatos, a ênfase recai sobre o aspecto econômico. Nos depoimentos anteriores, apesar de não estarem explícitas outras dimensões que permeiam as práticas associativas, aparecem o aspecto político demonstrado por meio da necessidade de organização (união) das pessoas e dos grupos para o fortalecimento da economia solidária.

O estudo de uma associação, citado por Pedrini (2000), pode ser utilizado como referência. Para a autora, há um caráter multidimensional, expresso em 4 diferentes dimensões: face econômica, como uma empresa autogestionária que busca a sua autonomia e sustentação; dimensão política, que procura o desenvolvimento da consciência crítica e do exercício de cidadania; aspecto social, com o envolvimento e participação em espaços organizativos comunitários para que os direitos de cidadania sejam garantidos; e a face da convivência, que implica as trocas de afeto, de saberes e na consciência de pertencimento ao grupo.

Schmidt e Perius (2003) utilizam o conceito de cooperativa expressa no congresso de Manchester:

Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada (SCHMIDT e PERIUS: 2003 p. 63).

Afirmam os autores que as cooperativas possuem valores como a democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Ao se analisarem os valores elencados pela economia solidária e no cooperativismo, percebe-se que, independente da luta política, a necessidade de sobrevivência já faz com que essa parcela da população vislumbre e/ou exerça, dentro de suas possibilidades, os princípios da economia solidária.

Enfrentar e superar as dificuldades que estão postas no cotidiano dos grupos de geração de trabalho e renda é um constante desafio. Fortalecer a Economia Solidária significa inverter a cultura do individualismo e competitividade introjetada na sociedade, conseguir respostas rápidas e imediatas impostas pela necessidade da sobrevivência, descortinar e ultrapassar a insegurança.

Falar de união, apoio mútuo, troca, compartilhamento de objetivos significa mudar gestos, palavras, comportamentos, valores presentes no dia-a-dia.

Arruda (2000) ensina sobre a cultura.

Está presente na maneira como nos vemos e vemos o mundo, e nas maneiras de nos relacionarmos conosco mesmos, com a natureza, com a sociedade, com cada pessoa com quem convivemos diariamente, com os nossos ancestrais e com os seres que nos sucederão em infindáveis gerações futuras. A cultura está presente até na maneira como protestamos, nos indignamos, nos revoltamos contra ela e os modos de ela se expressar em nós e na sociedade (ARRUDA, 2000 p. 9).

Considera-se que os relatos apontam para um início de reflexão e de prática em que está em jogo uma nova cultura, revendo valores, atitudes e comportamentos. Essa luta cotidiana pela “cultura da cooperação e da solidariedade tem uma ética construtiva” (ARRUDA, 2000 p. 10) que está sendo gestada nos

grupos de geração de trabalho e renda, pois a velha cultura já mostrou e comprovou o fosso que deixou com a exclusão social.

A necessidade de investimento público nos empreendimentos solidários é notório, quando os depoimentos pontuam que foi o que impulsionou o grupo de geração de trabalho e renda, o que pode ultrapassar algumas fronteiras, quando se refere Leboutte (2003) ao Programa de Economia Solidária:

É um programa de vai além da Economia, embora seja gestado no seu âmbito. Não dissocia o econômico do social [...] Pelo contrário, tem no social o pressuposto e o sentido do econômico, compreendendo vários eixos como Formação e Educação em Autogestão, Capacitação do Processo Produtivo, Financiamento, Comercialização e Incubação [...] Trata-se enfim, com objetivos claros de abertura para a inclusão social, mantendo e ampliando oportunidades de trabalho e acesso à renda, por meio de empreendimentos autogestionários, de forma coletiva e participativa pelos próprios trabalhadores [...] Pode ser resumido no incentivo ao desenvolvimento de novas atividades econômicas, que proporcionam uma distribuição mais justa e equitativa de renda, e o estímulo de relações sociais de produção e consumo, baseadas na cooperação, na solidariedade dos seres humanos e do meio ambiente (LEBOUTTE: 2003 p. 12).

Por outro lado, ainda se coloca como desafio para o Estado organizar o desenvolvimento solidário, que, para Singer (2004), passa por um Estado Solidário capaz de investir em novas forças produtivas e instituir novas relações de produção que objetivem “um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma” (SINGER: 2004 p. 7). Isso aponta para um Estado que reconheça novos sujeitos sociais e novos direitos de cidadania.

Hoje, experienciar, mesmo que não na sua integralidade, uma proposição de Economia Solidária representa, para os grupos, a possibilidade de vivenciar outras relações, práticas e desenvolver capacidades. A oportunidade que os participantes dos grupos de geração de trabalho e renda tiveram com os cursos de capacitação técnica, de gestão, encontros regionais, paranaense e nacional de Economia Solidária contribuiu com novos acessos, conhecimentos e informações a esse público.

Dados apontados nas falas das entrevistadas demonstram que a participação nos grupos de geração de trabalho e renda trouxe um importante componente à vida dessas pessoas, que é a possibilidade de se sentir capaz, criativo e valorizado.

Na ótica da economia solidária, riqueza é a disponibilidade de bens e serviços que sustentem a vida das pessoas e das comunidades, e não seus valores [...] mas a riqueza advém também da participação democrática, da qualidade das relações sociais, do ar e da água, da paz, do nível cultural e do grau de acesso a bens e serviços públicos (WAUTIEZ: 2003 p. 182).

Para essas pessoas, articular-se com outras que estão na mesma condição é sinônimo de mais força, o que cresce mais, se aliado a outros grupos. Assim, aquilo que, preliminarmente, era enfrentado no campo individual passa a ser vislumbrado, ainda que incipiente, de forma mais coletiva. A perspectiva da organização do trabalho em rede é apontada nos depoimentos como estratégia de circulação dos produtos, da troca de experiências e de avançar para outros locais, além dos limites do bairro, da região e da cidade. Há que se ressaltar que um dos princípios de organização da Economia Solidária é não deixar que nenhum empreendimento solidário fique isolado (ARRUDA: 2005).

Inserir cada um deles nos conjuntos maiores significa construir cadeias produtivas por produto e redes por setor e entre setores. [...] O crescimento do volume de intercâmbios entre atores solidários nas cadeias produtivas e nas redes de colaboração solidária, e a expansão dessas dos âmbitos locais para o nacional e o global, têm o potencial de incorporar um número sempre maior de consumidores e também produtores [...] (ARRUDA: 2005).

Por outro lado, essa perspectiva coletiva não está efetivamente incorporada ao cotidiano dos indivíduos, das famílias, do grupo e da comunidade. Para Antunes (1999), na sociedade capitalista há a desidentidade entre indivíduo e gênero humano.

[...] Ao invés do homem voltado para-si-mesmo-conscientemente-como-gênero, tem-se o seu contrário. Nas palavras de Agnes Heller: ao mesmo tempo em que o capitalismo produz necessidades 'múltiplas e ricas', provoca empobrecimento dos homens e converte o ser que trabalha em um ser 'isento de necessidades'. Constata-se, pois, um processo de homogeneização e redução das necessidades do ser social que trabalha, 'que deve privar-se de todas as suas necessidades para poder satisfazer uma só, manter-se vivo' (ANTUNES: 1999 p. 116).

Para este autor, há uma complexidade quando se fala de consciência de classe, na medida em que envolve "identidades e heterogeneidades, entre singularidades que vivem uma situação particular" (ANTUNES: 1999 p.117).

A carga do trabalho da mulher tem aumentado, além de administrar a casa, cuidar dos membros da família, busca outras alternativas de geração de renda. Constatação também expressa por Soares (2003).

Dessa forma, ainda que a pobreza afete as famílias em geral - devido à divisão do trabalho sobre a base do gênero e as responsabilidades relativas ao bem-estar familiar -, as mulheres suportaram uma carga desproporcional ao tratar de administrar o consumo e a produção da família em condições de crescente escassez (SOARES: 2003 p. 75).

Soares (2003) refere-se à feminização da pobreza, em decorrência de fatores econômicos que se somam "à rigidez das funções que a sociedade designa às mulheres e seu limitado acesso ao poder, à educação, à capacitação e aos recursos produtivos [...]" (SOARES: 2003 p. 73-74). Para os grupos, a idade, a escolaridade e os cuidados especiais que necessitam alguns membros da família aparecem como fatores impeditivos para acesso ao mercado de trabalho. Há que se ressaltar que, quanto à idade, 55,84% das participantes dos grupos possuem mais de 30 anos a 50 anos, cuja idade, para o mercado capitalista, já ultrapassou o potencial máximo produtivo. A escolaridade também aparece como outro fator que se leva em consideração na disputa de um emprego. Para 45,09% das integrantes dos grupos, não ocorreu oportunidade de escolarização ou conseguiram cursar da 1ª até a 4ª série do ensino fundamental. Assim, a pouca ou nenhuma escolaridade torna-se um obstáculo para inserir-se no mercado de trabalho. A falta de serviços

públicos para prestar atendimento às pessoas que necessitam de cuidados especiais com a saúde ou pessoas com deficiência é outro fator restritivo à participação da mulher no trabalho.

O trabalho não-remunerado predominantemente de caráter feminino [...] continua sendo subvalorizado e ainda não se registra devidamente. Nele se incluem o trabalho na agricultura, o trabalho doméstico e o trabalho comunitário não-remunerado, bem como o cuidado às crianças, aos velhos, a preparação de alimentos, a proteção ao meio ambiente e a prestação de assistência voluntária a pessoas e a grupos vulneráveis e desfavorecidos. Esse trabalho não é mensurado em termos quantitativos nem é valorizado nas contas nacionais, com o que a contribuição da mulher ao desenvolvimento se vê seriamente subestimada e, em consequência, seu reconhecimento social é limitado (SOARES: 2003 p.79).

Mesmo que marcados pelo processo de exclusão, algumas possibilidades são expressas pelos grupos, como a comunidade, que é encarada enquanto um espaço com necessidades individuais, familiares e coletivas, capaz de enfrentar com seu potencial e até de auto-sustentação.

Para Nascimento, a cidade é composta por uma diversidade de espaços.

Aos espaços inteligentes e velozes da cidade informatizada, opõe-se a maior parte da população onde os tempos são lentos, adaptado as infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência (NASCIMENTO: 2004 p. 19).

Sobrevivências marcadas por uma trajetória de vida que implica “des-proteção”, “des-emprego”, “des-informação”, “des-politização” e “des-continuidade”. Para Castel (2005), trata-se de securizar as situações de trabalho e as trajetórias profissionais, na busca de novos direitos que contemplem as situações aleatórias e a vida de descontinuidades.



Uma resposta a esta situação consistiria em transferir os direitos do estatuto do emprego à pessoa do trabalhador. É a idéia de um estado profissional das pessoas, que não se define pelo exercício de uma profissão ou de um emprego determinado, mas engloba as diversas formas de trabalho que toda pessoa é suscetível de cumprir durante sua existência (CASTEL: 2005 p. 84).

Apesar das ações desencadeadas por meio do Programa de Economia Solidária em Londrina junto aos grupos de geração de trabalho e renda entrevistados, percebe-se, ainda, que não alcançaram o patamar da garantia da sobrevivência com o trabalho executado pelos mesmos. Por outro lado, há, por parte das participantes desses grupos, a presença de outras dimensões que significam possibilidade de crescimento individual, familiar e coletivo. Para tanto, o que as faz permanecerem no grupo, mesmo não conseguindo manter a casa com o resultado do seu trabalho, são outros aspectos que acrescentam valor às suas vidas.

Nessa perspectiva, entra em cena aquilo que foi adquirido em suas experiências de vida, sem ter tido a oportunidade de estudar até o terceiro grau, fazer cursos de pós-graduação, mas, mesmo assim, elas detêm um saber e um conhecimento que podem trazer troca e contribuição para com as outras pessoas.

O cuidado com a situação de vida de cada uma também foi expresso e integra o rol de preocupações entre os membros do grupo para com as condições de gestação, doença na família, cuidados com a saúde da própria participante e responsabilidades domésticas. O respeito ao individual e familiar é considerado na definição das atividades de cada pessoa, o que possibilita a adequação dos processos de trabalho ao cotidiano de cada participante.

Analisa-se que os critérios utilizados para a definição do universo pesquisado como o número de membros do grupo e o tempo de funcionamento não interferiram para que estes demonstrassem maior adesão ou não ao processo de construção da economia solidária. Talvez um dos fatores que contribuíram para a não percepção desse indicativo foi o terceiro critério utilizado, que era a maior participação nas feiras, o que fez com que os grupos que correspondiam a este critério tivessem maior acesso às discussões acerca da Economia Solidária. Um outro dado a ser considerado é que a falta de uma produção e comercialização continuada interferem para uma organização mais sistemática dos grupos,

independente do número de membros e tempo de funcionamento.

Apesar da Economia Solidária integrar a ação do Programa Londrina Fome Zero e este ser intersetorial, há ainda a falta de uma maior interlocução e definição de metas em comum para o fortalecimento e consolidação dessa proposição.

Essa análise é demonstrada em um dos depoimentos dos grupos e expressa a condução diferenciada adotada para uma mesma atividade proposta. O atendimento integralizado, com a compreensão das diferentes necessidades humanas, não ocorre com o simples cumprimento das tarefas por parte dos vários setores. A economia solidária “demanda ações transversais que articulem instrumentos das várias áreas (educação, saúde, trabalho, habitação, tecnologia, crédito e financiamento, entre outras) para criar um ambiente propulsor de emancipação e sustentabilidade” (GUIMARÃES e SCHWENGBER: 2004 p. 84).

A efetiva articulação apontaria não só para a perspectiva do desenvolvimento integral individual (saúde física, informação, auto-estima, desenvolvimento de potencialidades e capacidades) como também para o âmbito comunitário, coletivo e territorial. Este último, tendo a preocupação com o resgate dos hábitos, cultura e potencialidades locais, visando ao desenvolvimento local e sustentável.

Dar continuidade à análise dos resultados e impactos da Economia Solidária fora dos parâmetros e índices oficiais econômicos estabelecidos é outra construção necessária, e que parta da premissa da melhoria da qualidade de vida, o que pode ser observado pela elevação da auto estima, do aumento da participação nas atividades propostas, na exposição de idéias e tomada de decisões.

Trilhar novos caminhos, que apontem para uma nova perspectiva de trabalho, é o que se tem buscado na luta cotidiana dos grupos de geração de trabalho e renda, sobre os quais se discorre a seguir, com as considerações finais.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do presente estudo iniciou-se com a análise da falência dos modelos tradicionais de enfrentamento à pobreza e geração de empregos adotados, que pressupunham a garantia harmônica da ordem sócio-econômica vigente. Explicitou-se a fragilidade no campo da proteção social direcionada aos trabalhadores e houve a preocupação em demonstrar o movimento conflituoso deste processo de conquistas e perdas, no qual assumem diferentes papéis a sociedade civil e o poder público. Buscou-se evidenciar a responsabilidade do Poder Público como espaço de proteção, de respostas às demandas que advêm do modelo econômico, que resulta na dilaceração das condições de trabalho.

Para avaliar a Economia Solidária como uma alternativa a ser considerada, fez-se necessário um estudo deste modelo, sendo que o que mais se destaca é uma nova perspectiva nas relações de trabalho; a valorização do espaço local e comunitário; a valorização das potencialidades e capacidades de homens e mulheres; a possibilidade de congregar diferentes dimensões como a econômica, política, social e cultural; a capacidade de articular os limites das pessoas com as exigências do mundo do trabalho e, ao mesmo tempo, avançar na incorporação de princípios adormecidos como a solidariedade, cultura do bem comum, a autogestão e a cooperação.

Portanto, no caso da realidade de Londrina, pode-se indicar que a economia solidária trouxe novas perspectivas na área do trabalho e renda, a partir do resultado desse estudo: a) a organização dos grupos de geração de trabalho e renda ocorre como alternativa de enfrentamento ao desemprego; b) a oportunidade que esta atividade traz para desenvolver capacidades, habilidades, criatividade e de valorização do trabalho; c) a possibilidade de adequar o processo de trabalho ao cotidiano de cada participante; d) a possibilidade de se realizar trocas e conhecimentos, a partir do que foi acumulado na experiência de vida, socializando com outras pessoas e grupos; e) a necessidade da articulação das pessoas que vivem situações semelhantes de exclusão social e grupos, para alcançar o fortalecimento dos grupos de geração de trabalho e renda; f) reconhecimento do potencial da comunidade para dar sustentação ao desenvolvimento de ações de trabalho e renda; g) a importância do apoio do Poder Público em ações que

promovam autonomia e emancipação; h) a presença de valores da Economia Solidária, tais como troca, apoio mútuo, valorização das potencialidades, solidariedade, relação entre iguais, ainda que incipientes na compreensão da proposição do trabalho realizado. Dessa forma, verifica-se que a Economia Solidária traz diferenciais à vida das pessoas quando resgata a necessidade de se exercitar um trabalho com poder decisório coletivo, livre, que estimule o desenvolvimento de potencialidades e capacidades, quando começa provocar reflexões e alterações, ainda que ínfimas, mas continuadas na prática individual e de trabalho regidas sob as formas de troca, de solidariedade, da organização dos empreendimentos em rede.

Fortalecer a economia solidária no âmbito da política pública e, ao mesmo tempo, articulá-la com os movimentos da sociedade civil traz elementos que podem dar impulso à sua consolidação e crescimento. Dessa forma, demarcar o espaço da Economia Solidária, dotando-o de suas diferentes faces, econômica, possibilidade de trabalho e renda, cultural, social e política, é tarefa que está posta aos diferentes atores que transitam nesse cenário, ou seja, empreendimentos solidários, entidades de apoio e assessoria, movimentos sociais e poder público.

Apropriar-se dessas diferentes dimensões, que esta proposição nos aponta, constitui-se como mais um novo passo a ser conquistado na vida dessas pessoas que sempre só vislumbraram a possibilidade de continuar reproduzindo o ciclo da exclusão social. A perspectiva da renda coloca-se em primeiro plano e imediato e nunca ou pouco sobra tempo para outras questões, ou mesmo, não se sentem sujeitos para o protagonismo de uma nova história, para a participação social e política.

Incorporar tais desafios dentro de uma política pública que desencadeie suas ações na perspectiva da garantia dos direitos de cidadania é dever do Estado, buscando a autonomia, emancipação e empoderamento de seu público-alvo. Isso é o que se coloca para a administração municipal de Londrina, por meio do Programa de Economia Solidária.

Essa amplitude do objetivo do Programa aponta obrigatoriamente para a transversalidade das ações governamentais, cujos setores trabalham com o público de uma mesma família, comunidade e atendem a diferentes áreas das necessidades básicas e fundamentais da população (educação, saúde, assistência social, saneamento, entre outros).

Continuar construindo essa política pública, que já apontou avanços, quando, em seu desenho, busca alcançar as diferentes dimensões que envolvem a geração de trabalho e renda, expressas no fomento, na formação conceitual, na capacitação técnica e de gestão, na possibilidade da produção coletiva, na comercialização e no consumo, é o que está em pauta para a atual administração municipal.

Portanto, coletivizar as ações para que a Economia Solidária também se torne um espaço e instrumento de construção de participação política é tarefa que deve estar elencada, sobretudo para a política pública que a tem como direito de cidadania e a concebe nessa linha.

O desafio já está lançado, que é a Economia Solidária dotar-se, ao mesmo tempo, do conjunto de possibilidades de inclusão social e, por uma nova ótica do trabalho, construir um desenvolvimento solidário.

A importância da experiência da Economia Solidária vivenciada no âmbito do Poder Público é apontada na proposta do Programa de Economia Solidária do ano de 2005 nos seguintes aspectos:

- possibilitou o conhecimento mútuo de diferentes grupos de geração de trabalho e renda;
- proporcionou a troca de experiências;
- incentivou a organização entre os empreendimentos e as organizações religiosas, comunitárias e rede de serviços das regiões do município;
- contribuiu para a busca de estratégias de comercialização;
- oportunizou a capacitação conceitual, técnica e de gestão;
- propiciou o acesso, mesmo que pontual, para alguns grupos de geração de trabalho e renda, ao fomento com material de consumo;
- oportunizou a aprovação do Projeto de Construção do Centro Público de Economia Solidária em parceria com a Secretaria nacional de Economia Solidária.

Além disso, também alguns desafios são pontuados:

- garantia do fomento de forma sistemática e continuada;
- fortalecimento da Economia Solidária nas regiões com o envolvimento dos diferentes atores, como empreendedores solidários, lideranças religiosas, comunitárias e comunidade em geral;
- ampliação das estratégias de comercialização;

- organização da rede solidária de produção, comercialização e consumo;
- consolidação de uma equipe interdisciplinar e intersetorial.

Dessa forma, com o objetivo de ir ao encontro das necessidades apontadas pelos técnicos das diferentes secretarias, a avaliação dos próprios participantes dos grupos de geração de trabalho e renda é que se implementou o Programa de Economia Solidária, a partir de um planejamento estratégico realizado em 27 de abril de 2005, com a participação das diversas secretarias, o que culminou na instituição de 5 projetos: Investimento Solidário (acesso dos grupos aos recursos materiais), Rede Solidária (apoio à constituição da rede solidária de produção, comercialização e consumo), Assessoria aos Empreendimentos Solidários (acompanhamento e formação), Educação para o Consumo Crítico e Solidário (sensibilização e formação para diferentes públicos sobre o consumo crítico e solidário) e Oficinas Solidárias (identificação de habilidades e potencialidades profissionais e formação básica). O Programa, nessa linha, não se constitui mais como um dos eixos do Programa Londrina Fome Zero, mas como um programa articulado da administração municipal.

É importante, ainda, considerar que os grupos de geração de trabalho e renda constituem-se em nova demanda posta para o Serviço Social, cujo público-alvo é composto por aqueles que pouquíssimo acesso tiveram aos direitos sociais. Tem como perfil principal a baixa escolaridade, renda e, em grande parte, senão na sua totalidade, a ausência de emprego formal.

Dessa forma, o Serviço Social, independente da linha de governo, depara-se com uma população em situação de pobreza que sofreu privações do desenvolvimento de suas capacidades, debilitada do ponto de vista material e subjetivo, que não possui em sua história de vida a prática da participação política incorporada.

Considera-se, neste sentido, a importância do profissional traçar estratégias e trabalhar com elementos que resgatem e tragam novas capacidades a essa população, contribuindo, assim, para o seu fortalecimento, autonomia e empoderamento.

O assistente social, neste contexto capitalista permeado pelos interesses contraditórios de classes, pode, por meio da estratégia profissional e política, fortalecer com clareza as metas do capital ou do trabalho. Na atuação

profissional, há dois paradigmas em questão: aquele que vai intervir sobre as demandas do mercado tal qual se apresentam na sua aparência ou aquele que, com qualificação operativa e a partir de uma compreensão teórico-crítica, apreenda o movimento histórico da sociedade, identifica limites e alternativas de ação.

Trabalhar na perspectiva emancipatória, que ultrapasse a necessidade de simplesmente gerar renda, o que já é uma difícil caminhada, com o fortalecimento dos sujeitos que sempre tiveram suas vidas marcadas por fragilidades e opressões, é uma árdua tarefa.

O rompimento com a visão conservadora do Serviço Social é algo que já vem sendo gestado nas discussões, reflexões e regulamentação da própria profissão, quando temos, além das produções teóricas, o código de ética profissional que elenca, entre os seus princípios fundamentais, a democracia e o pluralismo em favor da equidade e da justiça social. A atuação do Serviço Social com a Economia Solidária, no nosso entender, aponta para essa práxis técnico-política emancipatória.

A Economia Solidária, em seu processo histórico, enquanto um movimento de resistência, de oposição ao instituído, de proposições concretas alternativas ao sistema excludente, traz a perspectiva da articulação entre o exercício da organização política e de uma nova forma de trabalho.

Traz avanços que são demarcados na medida em que a Economia Solidária busca o resgate da capacidade laborativa, entendida enquanto criação do próprio homem; dignifica as práticas de geração de renda, procurando estabelecer relações iguais no grupo; respeito ao meio ambiente, ao consumidor com a preocupação da qualidade dos produtos; e, ainda, proporciona às pessoas em geral a opção para um consumo com mudanças significativas, não sob a ótica do consumismo, da produção massiva, mediada pelo sofrimento e exploração daqueles que produzem.

Dessa forma, o que está em jogo também é a possibilidade do Estado ser capaz de estabelecer proposições diferenciadas da perspectiva neoliberal, capaz de assumir a economia solidária no campo não só da Política de desenvolvimento Econômico, na medida em que vislumbra nova égide de produção e consumo de bens para a sociedade, mas também capaz de assumi-la no âmbito da Política Social como estratégia de enfrentamento à pobreza, garantindo acessibilidade à satisfação das necessidades básicas da vida e de outras que alcancem qualidade de vida.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho ? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Editora, 6ª edição, 1999.

ARRUDA, Marcos. A Cultura da Socioeconomia Solidária. In: **Socioeconomia Solidária: Construindo a Democracia Econômica**. Rio de Janeiro: PACS, agosto, 2000.

\_\_\_\_\_. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. Trabalho Emancipado. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. Redes, educação e Economia Solidária: Novas formas de pensar a educação de jovens e adultos. In: KRUPPA, Sônia M. Portella (org.). **Economia Solidária e Educação de Jovens e Adultos**. Brasília: Inep, 2005.

BERTUCCI, Ademar. Texto de Economia Solidária: **Caso de Polícia e Filantropia ou de Direito e Desenvolvimento ?** novembro de 2003.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 3ª edição, 2001.

\_\_\_\_\_. A Insegurança Social: o que é ser protegido ? Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

COCCO, Giuseppe. Trabalho e Cidadania: Produção e Direitos na Era da Globalização. São Paulo: Cortez Editora, 2ª edição, 2001.

CORAGGIO, José Luis. Economia do Trabalho. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.



CORTIZO, Maria Del Carmen e OLIVEIRA, Adriana Lucinda. A Economia solidária como espaço de politização. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 80. São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004.

DUPAS, Gilberto. Economia Global e Exclusão Social: Pobreza, Emprego, Estado e o Futuro do Capitalismo. São Paulo: Editora Paz e Terra, 3ª edição, 2001.

FRETELL, Alfonso Cotera e ROCA, Humberto Ortiz. Comércio Justo. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio. **As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária**. In: CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, V. 37, nº 159, 2001.

\_\_\_\_\_. Eficiência Sistêmica. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil 1917 – 1937**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1979.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Globalização e Desigualdades Sociais**. In PROPOSTA: Revista Trimestral de Debate da FASE, Ano 30, nº 93/94, junho/dezembro de 2002.

GUERIN, Isabelle. /sociologia econômica e relações de gênero. In: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilene, NOBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

GUIMARÃES, Gonçalo e SCHWENGBER, Ângela (orgs.). Diretrizes para Políticas Públicas de Economia Solidária: A contribuição dos gestores públicos. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE/UFRJ, 2004.

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA**. Mercado de trabalho: Conjuntura e Análise. Ministério do Trabalho e Emprego, Brasília: 2004.

JESUS, Paulo de. Desenvolvimento Local. In CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

KOWARICK, Lúcio. O conceito de exclusão social. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (ed.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

LEBOUTTE, Paulo. Economia Popular Solidária e Políticas Públicas - A Experiência Pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro : COPPE/UFRJ, 2000.

LECHAT, Noëlle M. P. Economia Moral. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

LECHAT, Noëlle M. P.; SCHIOCHET, Valmor. Economia da dádiva. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

LISBOA, Armando de Melo. **A socioeconomia solidária diante da grande transformação**. In: CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, V. 37, nº 159, 2001.

LONDRINA. **Perfil Londrina 2003**. Londrina: Prefeitura Municipal 2003.

MANCE, Euclides André. Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. Revolução das Redes: **A Colaboração Solidária como uma Alternativa Pós-Capitalista à Globalização Atual**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2ª edição, 2001.

\_\_\_\_\_. Redes de Colaboração Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **A consistência das redes solidárias**. In: CIÊNCIAS SOCIAIS UNISINOS/Centro de Ciências Humanas, Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: UNISINOS, V. 37, nº 159, 2001.

**Mapeamento da pobreza no Paraná**: situação segundo Municípios e Associações de Municípios do Paraná, ano 2000. Londrina: IAPAR, 2003.

MARQUES, Rosa Maria. **A Proteção Social e o Mundo do Trabalho**. São Paulo: Bial, 1997.

MAZOTTI, Mariella. O município como articulador de interesses e oportunidades para as mulheres. In: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilene, NOBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

MELO NETO, Joaquim João e MAGALHÃES, Sandra. **Bairros Pobres Ricas Soluções Banco Palmas ponto a ponto**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da Associação In Loco no Sul de Portugal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NASCIMENTO, Cláudio. Hegemonia e Cidades. In: **Economia Solidária, políticas públicas e desenvolvimento solidário**. Mimeo. ENAP, Ministério do Planejamento, Secretaria de Economia Solidária, Ministério do Trabalho e Emprego.

OLIVEIRA, Francisco. "Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal" In **Os sentidos da Democracia**. Rio de Janeiro: editora Vozes, 1999.

PAIVA, Beatriz Augusto de (Consultoria e Relatório Final). **Bases de Construção do Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. Brasília, Janeiro, 2004.

PAUGAM, Serge. A Desqualificação Social: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez Editora, 2003.

\_\_\_\_\_. Por uma sociologia da exclusão social – O debate com Serge Paugam. São Paulo : EDUC, 1999.

PEDRINI, Dalila Maria. Bruscor: uma experiência que aponta caminhos. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

PINHEIRO, Márcia Baraúna. Economia de Comunhão: uma experiência peculiar de economia solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

**PLANO DE AÇÃO** – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2003.

**POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL** – versão oficial. In: **Serviço Social e Sociedade** nº 80, São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004.

**PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA** – SECRETARIA DE ESTADO, DO TRABALHO, EMPREGO E PROMOÇÃO SOCIAL – COORDENADORIA DE GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA - TERMO TÉCNICO DE REFERÊNCIA, 2003.

PROPOSTA DO PROGRAMA LONDRINA FOME – ZERO – Prefeitura de Londrina: 2003.

**PROGRAMA DE ECONOMIA SOLIDÁRIA** – Prefeitura de Londrina: 2005.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUITIÉRREZ, Francisco (orgs.). **Educação Comunitária e Economia Popular**. São Paulo: Cortez Editora, 3ª edição, 2001.

Revista Transformação . **Segurança Alimentar**. Ano XIV, nº 3, setembro, 2003.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e Exploração do Trabalho na América Latina**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 1ª edição, 1999.

SANTOS, Adriana Aparecida. Da pobreza à Recuperação das Capacidades – Avaliação do Programa de Transferência de Renda de Londrina. Tese de Mestrado, UEL. Londrina: 2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. São Paulo: FGV Editora, 2004.

SCHWENGBER, Ângela. Economia Solidária – de estratégia de resistência a estratégia de desenvolvimento. In: EMÍLIO, Marli, TEIXEIRA, Marilene, NOBRE, Miriam, GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as Políticas Públicas**. São Paulo: Prefeitura Municipal - Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SCHMIDT, Derli e PERIUS, Vergílio. Cooperativismo e cooperativa. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, PAUL. Economia Política do Trabalho: elementos para uma análise histórico-estrutural do emprego e da força de trabalho no desenvolvimento capitalista. São Paulo: Editora HUCITEC, 2ª edição, 1979.

\_\_\_\_\_. Trabalho Informal: origens e evolução. In: JAKOBSEN, Kjeld, MARTINS, Renato e DOMBROWSKI, Osmir (orgs.). **Mapa do Trabalho Informal. Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Editora Contexto, 4ª edição, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução À Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2002.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento Capitalista e Desenvolvimento Solidário. Estudos Avançados, 2004.

\_\_\_\_\_. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

SOARES, Laura Tavares Ribeiro. **O desastre social**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

SPOSATI, Aldaíza. Contribuição para a construção do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. In **Serviço Social e Sociedade** n° 78, São Paulo: Cortez Editora, novembro/2004

\_\_\_\_\_. Exclusão social abaixo da linha do Equador. In: VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (ed.). **Por uma sociologia da exclusão social: o debate com Serge Paugam**. São Paulo: EDUC, 1999.

TAUILE, José Ricardo e RODRIGUES, Huberlan. Economia Solidária e Autogestão: A Criação e Recriação de Trabalho e Renda. In: **Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise**, nº 24, Ministério do Trabalho e Emprego, IPEA, agosto 2004.

TIRIBA, Lia; SARRIA, Ana Mercedes. Economia Popular. In: CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

\_\_\_\_\_. **O trabalho no olho da rua: fronteiras da economia popular e economia informal**. In: PROPOSTA. Revista Trimestral de Debate da FASE. Rio de Janeiro: nº 97, junho/agosto de 2003.

\_\_\_\_\_. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (orgs.). **A Economia Solidária no Brasil: A autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Editora Contexto, 2000.

TÜRCK, Maria da Graça Maurer. **Rede Interna e Rede Social: O desafio permanente na teia das relações sociais**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Tomo Editorial, 2ª edição, 2002.

WANDERLEY, Maria Ângela; BÓGUS, Lúcia; YASBEK, Carmelita (org.). **Desigualdade e a Questão Social**. São Paulo: EDUC Editora da PUC-SP, 2ª edição, 2000.

WAUTIEZ, Françoise, SOARES, Cláudia Lúcia Bisaggio e LISBOA, Armando de Melo. Indicadores da economia solidária. In CATTANI, Antonio David (org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Veraz Editores, 2003.

YASBEK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.